



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Ana Carolina Cunha Lemos

**Entre a tradição e a modernidade: experiência e formação em Manuel
Raymundo Querino– Salvador, BA (1892-1916)**

Rio de Janeiro

2019

Ana Carolina Cunha Lemos

**Entre a tradição e a modernidade: experiência e formação em Manuel Raymundo
Querino – Salvador, BA (1892-1916)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Área de Concentração: História da Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Paula Leonardi

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

L555 Lemos, Ana Carolina Cunha.
Entre a tradição e a modernidade: experiência e formação em Manuel
Raymundo Querino – Salvador, BA (1892-1916) / Ana Carolina Cunha Lemos. –
2019.
120 f.

Orientador: Paula Leonardi.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Salvador (BA) – Teses. 2. Querino, Manuel, 1851-1923 –
Teses. 3. Professores – Formação – Teses. I. Leonardi, Paula. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37(09)(813.8)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Carolina Cunha Lemos

**Entre a tradição e a modernidade: experiência e formação em Manuel Raymundo
Querino – Salvador, BA (1892-1916)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Área de Concentração: História da Educação.

Aprovada em 20 de agosto de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Paula Leonardi (orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. José Gondra
Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Dr.^a Alessandra Schueler
Faculdade de Educação - UFF

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Ana Lúcia e Samuel.

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa é finalizada! Com todo o cansaço, percalços e todas as questões que envolvem esse processo, chegamos até aqui. E é esse o momento de agradecer o apoio, o carinho e o incentivo que recebemos, que é muito importante quando estamos caminhando essa trajetória.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Samuel da Silva Lemos e Ana Lúcia da Cunha Siqueira, pelo amor e apoio. Tudo começou lá atrás: em seus esforços em me proporcionar uma boa educação, nas cobranças e exigências quanto ao meu desempenho na escola, nos meus cadernos escolares revistados, e até mesmo nos questionamentos e quanto às minhas escolhas e até mesmo nos conflitos gerados... Se hoje tenho algumas conquistas, devo a vocês pelo esforço, que mesmo dentro das limitações, fizeram o possível para tornar isto real. Às minhas irmãs, Mariana Cunha Lemos e Maria Clara Cunha Lemos, e ao meu irmão, Vinícius Siqueira Lemos, os meus agradecimentos pelas palavras de carinho e doçura que recebi nesse processo.

À minha querida orientadora Prof.^a Paula Leonardi, os meus sinceros agradecimentos. A realização desse trabalho só foi possível pela sua paciência e amorosidade nesse processo e nessa experiência com a pesquisa historiográfica. Obrigada por me receber de braços abertos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e no programa de pós-graduação em Educação. Obrigada pelos ensinamentos, pela ajuda e pelo carinho nesse período e pela maneira como conduziu as minhas dificuldades e tensões, que não foram poucas. O meu muito obrigado!

Agradeço também ao pessoal do grupo de pesquisa de História da Educação e Religião do Rio de Janeiro, Ingrid Pedote, Livia Carvalho, Diego Fernando, Nathália Mesquita, Lúcia Maria, Tatiana Reis, Beatriz Arantes, Leonardo Souza e Natan Perrouet com os quais tive a oportunidade de aprender muito ao longo de nossas divertidíssimas reuniões de estudo e de debate. Vocês tornaram o processo mais leve com as conversas e as risadas. Desejo uma boa caminhada para cada de um de vocês.

Agora é o momento de agradecer àqueles que dão sabor às nossas vidas: os nossos amigos. Início mencionando duas amigas que ingressaram comigo na Universidade Federal Fluminense, Juliana Braz e Juliana Moraes. Vocês, que me acompanham há quase 10 anos, sabem como esse processo pela universidade não foi fácil. Obrigada, de coração, pelo carinho, pelo incentivo, pelos conselhos. Essas meninas são muito especiais para mim e agradeço muito por tê-las em minha vida.

Nesses anos de graduação, tive que sair da casa dos meus pais e viver a experiência em residir em repúblicas de estudantes para estar mais próxima da UFF. Com as meninas Débora

Borges, Elen Messeder, Fernanda Leonardo, Graciela Maia, Mariana Sampaio, Rayssa Nunes, Bruna Borges, Sabrina Viegas, Karen Loami, compartilhei por um bom tempo não só o mesmo teto, mas as peculiaridades da vida em república. Como minhas irmãs postizas, vivemos experiências de uma amizade sem igual. Obrigada pelo incentivo de vocês, por compreenderem minha ausência, por acolherem meus choros. Obrigada pelas ligações para saber sobre meu respeito, por não largarem a minha mão nessa fase da vida. Eu amo vocês.

Também agradeço a Giselle Teixeira e a Marina Uekane. Vocês foram especiais nesse processo. Obrigada pelas mensagens enviadas, pelo incentivo, pelos conselhos, pelas gargalhadas, por não me deixarem desistir. Vocês duas são inspiração. Eu fico imensamente feliz por ter pessoas tão lindas em minha vida. Obrigada.

À Rayanne Vargas, obrigada pelo carinho, pela paciência, por respeitar minhas ausências, mesmo sem entender. As nossas conversas foram fundamentais para trazer um pouco de leveza para essa etapa da minha vida. Obrigada.

Agradeço também a equipe da instituição NAEI Ângela Fernandes, pertencente à rede municipal de educação de Niterói. Obrigada pelo carinho e pelo apoio. Ingressar nesse grupo nessa reta final foi de suma importância, tanto para minha vida pessoal e quanto profissional. Eu sou muito grata e feliz por isso.

Agradeço a Vinícius Pereira pelo apoio, paciência, compreensão nessa reta final. Obrigada pelo incentivo quando eu já não possuía mais fôlego. Obrigada.

Ao CNPQ, os meus agradecimentos pela bolsa.

Por fim, reitero os meus agradecimentos a todos que contribuíram para minha formação profissional e pessoal e que fizeram da minha vida universitária única. É com muita alegria que concluo mais esse curso.

RESUMO

LEMOS, A. C. C. *Entre a tradição e a modernidade: experiência e formação em Manuel Raymundo Querino* – Salvador, BA (1892-1916). 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Maracanã, 2019.

O presente trabalho pretende recuperar diversos momentos da trajetória de Manuel Raymundo (1851-1923), mais especificamente entre os anos de 1892 a 1916, para analisar os aspectos que formaram sua experiência e sua formação. Manuel Querino envolveu-se com diferentes pautas que mobilizaram setores sociais diversos. Assim, o escritor negro marcou presença nos movimentos operário, republicano e abolicionista. Querino compôs o grupo pioneiro dos estudos sobre o negro no Brasil, juntamente com Nina Rodrigues e outros. No entanto, sofreu uma série de críticas que lhe impossibilitou o devido reconhecimento acadêmico. Fruto dessa disputa de memória, boa parte de seus escritos não se encontra mais disponível. No início da década de XX, o autor publicou vários textos escritos que expressaram as suas ideias sobre a sociedade em que viveu, os costumes e os valores. A documentação selecionada foi um único fascículo do periódico *O Trabalho* e os três seguintes textos: *A Bahia de Outr'ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916). Utilizamos o conceito de experiência e formação em Walter Benjamin (1987; 1989). Para compreender a dinâmica em torno da preservação de documentos históricos, pautamo-nos em Bloch (2001) e Le Goff (2003). Ginzburg (1989; 2006) ajuda-nos a compreender a circulação da cultura na sociedade e como o indivíduo a acessa; assim, como também os indícios são importantes para uma pesquisa histórica. A partir de Setton (2011), compreendemos o sujeito articulado numa relação dialética entre indivíduo e sociedade e exposto a uma série de agências socializadoras que contribuem para a aquisição de valores, costumes e cultura. No campo da História da Educação, os autores Gondra (2008; 2004) e Schueler (2008; 2011) contribuíram na construção deste trabalho historiográfico, uma vez que nos apresenta como sujeitos que elaboraram sentidos e representações em torno da educação e da escola. Esta pesquisa aponta como Manuel Querino elaborou um pensamento em defesa dos trabalhadores livres, negros e operários a partir de sua experiência e formação que adquiriu no decorrer de sua trajetória. Apesar de críticas e interdições, Manuel Querino produziu e resistiu. O autor negro elaborou pensamento e ideias a partir de sua experiência e formação, expressando criticamente sobre uma sociedade que empreendia uma série de mudanças no plano cultural, social e estrutural.

Palavras-chave: Manuel Querino. Experiência. Formação. História da Educação.

RESUMEN

LEMOS, A. C. C. *Entre tradición y modernidad: experiencia y entrenamiento en Manuel Raymundo Querino - Salvador, BA (1892-1916)*. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Maracanã, 2019.

El presente trabajo pretende recuperar varios momentos de la trayectoria de Manuel Raymundo (1851-1923), más concretamente entre 1892 y 1916, para analizar los aspectos que conformaron su experiencia y su formación. Manuel Querino se involucró con diferentes pautas que movilizaron a diferentes sectores sociales. Así, el escritor negro estuvo presente en los movimientos obreros, republicanos y abolicionistas. Querino compuso el grupo pionero de estudios negros en Brasil, junto con Nina Rodrigues y otros. Sin embargo, sufrió una serie de críticas que le hicieron imposible reconocerlo adecuadamente. Como resultado de esta disputa de memoria, gran parte de su escritura ya no está disponible. A principios de los años veinte, el autor publicó varios textos escritos que expresaban sus ideas sobre la sociedad en que vivía, las costumbres y los valores. La documentación seleccionada fue un número único de la revista *O Trabalho* y los siguientes tres textos: *A Bahia de Outr'ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) y *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916). . Utilizamos el concepto de experiencia y entrenamiento en Walter Benjamin (1987; 1989). Para comprender las dinámicas que rodean la conservación de documentos históricos, nos centramos en Bloch (2001) y Le Goff (2003). Ginzburg (1989; 2006) nos ayuda a comprender la circulación de la cultura en la sociedad y cómo el individuo accede a ella; Por lo tanto, así como la evidencia es importante para la investigación histórica. Desde Setton (2011), entendemos el tema articulado en una relación dialéctica entre individuo y sociedad y expuesto a una serie de agencias de socialización que contribuyen a la adquisición de valores, costumbres y cultura. En el campo de la Historia de la Educación, los autores Gondra (2008; 2004) y Schueler (2008; 2011) contribuyeron a la construcción de esta obra historiográfica, ya que nos presenta como sujetos que elaboraron significados y representaciones en torno a la educación y la escuela. Esta investigación señala cómo Manuel Querino elaboró un pensamiento en defensa de los trabajadores libres, los negros y los trabajadores de su experiencia y entrenamiento que adquirió durante su carrera. A pesar de la crítica y la interdicción, Manuel Querino produjo y resistió. El autor negro elaboró el pensamiento y las ideas a partir de su experiencia y formación, expresando críticamente sobre una sociedad que emprendió una serie de cambios en los niveles cultural, social y estructural.

Palabra - clave: Manuel Querino. Experiência. Formação. História da Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: MANUEL QUERINO E A IMPRENSA BAIANA.....	23
1.1 Indícios de Participação de Manuel Querino na Imprensa.....	24
1.2 Movimento Operário, Imprensa Baiana e Transformações Políticas: Novo Contexto, Outras Formas de Lutas.....	31
1.3 Atuação de Operários Estampada nas Páginas do Impresso e a Educação.....	37
2 O POVO BAIANO E OS SABERES: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NA SOCIEDADE BAIANA.....	46
2.1 “O Gosto das Letras e das Boas-Artes”: Operários, Trabalhadores Livres e o Saber.....	46
2.2 Mulheres Nas Páginas de Manuel Querino.....	51
2.3 Manuel Raymundo Querino, o “artista diplomado”: Marcas de Formação e de Cientificidade.....	56
3 ABANDONAR-SE À CIDADE: SALVADOR, SEUS LUGARES, ESPAÇOS E COSTUMES.....	63
3.1 Modernização, Maquinaria e a População: A Urbanização da Cidade e suas Implicações Culturais.....	64
3.2 “Bahia, O Folgarão de Todos os Tempos”: As Festas Populares nos Escritos de Manuel Querino.....	73
3.3 A Experiência da Guerra e a Cultura Negra: A Defesa pela Inclusão dos Africanos e sua Cultura nos Projetos Nacionais.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A - Quadro das publicações de autoria de Manuel Querino.....	107
APÊNDICE B - Quadro dos artigos levantados no acervo do IHGB do Rio de Janeiro.....	110
APÊNDICE C - Quadro de Anúncios do Jornal <i>O Trabalho</i> (1892).....	111
APÊNDICE D - Cronologia de Manuel Raymundo Querino (1851-1923).....	115
ANEXO A - Manuscrito não datado. Trata-se de um currículo de Manuel Raymundo Querino.....	119

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto alguns recortes na trajetória de Manuel Raymundo Querino (1851-1923). Professor, político, desenhista e negro, Manuel Querino viveu em Salvador e participou ativamente dos acontecimentos que movimentaram a sociedade baiana da segunda metade do século XIX e início do XX. O período foi marcado por questões em torno da identidade nacional no plano cultural, político e social e que ressoaram na vida da população local, sobretudo, a de negros, trabalhadores livres e artistas. Ao focalizar alguns períodos na trajetória de Manuel Querino, a pesquisa buscou identificar as agências socializadoras (SETTON, 2011), sua formação e experiência (BENJAMIN, 1989) que lhe permitiram deixar um legado de textos de significativo engajamento em questões políticas e sociais do período. Tais textos, dentre eles aqueles que inauguraram os estudos sobre o negro no Brasil (LEAL, 2009; GLEDHILL, 2014), foram lidos, mencionados e criticados pela comunidade acadêmica dos anos de 1930.

Selecionar períodos da história de Querino foi uma escolha a partir da constatação da grande produção do autor e da ausência da maioria dos fascículos da primeira fonte, objeto dessa pesquisa, o jornal *O Trabalho*. Apoiada em Benjamin (1987), a pesquisa se afasta da história cronológica, buscando deter o olhar em momentos condensadores de significações. Para isso, selecionamos o único fascículo do *O Trabalho* disponível e três textos de Manuel Querino: *A Bahia de Outr'ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916). A partir dessa documentação, a análise busca compreender como Manuel Querino lidava com as tensões entre modernidade e tradição, experiência e formação. Assumindo, a partir dos estudos de Leal (2009) que estas fontes permitem vislumbrar a produção de Querino em dois momentos distintos, quais sejam, da militância político-partidária e da militância intelectual.

Elaborar um projeto de pesquisa acadêmica na área de História da Educação dos Negros no Brasil, com um recorte temporal na virada do século XIX para XX, surgiu após inserção em grupos de estudo e pesquisa sobre a temática durante o curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal Fluminense. No ano de 2012, fui contemplada com uma bolsa de Iniciação Científica do CNPq, pela qual me vinculava ao projeto de pesquisa “Projetos de Educação em Disputa no Período da Abolição e Pós-Abolição (1870-1910): Intelectuais Negros, Imprensa e Reformas Sociais”, sob coordenação e orientação da Prof.^a Dr.^a Alessandra Frota Martinez de Schueler, vigente entre os anos de 2011 e 2013. Através dessa investigação, que contava com a análise dos anos de formação e da trajetória de André Rebouças, José do

Patrocínio e Manuel Raymundo Querino, concluímos que eram sujeitos negros e letrados e que esboçaram o seu entendimento sobre educação e reformas sociais, inseridos num debate amplo sobre os destinos públicos do país. Portanto, a minha aproximação e interesse sobre esse sujeito teve seu ponto de partida no envolvimento com esses estudos, que me levaram a dar continuidade no curso de Mestrado em Educação¹.

Já sob orientação da Prof.^a Dr.^a Paula Leonardi, ingresso no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ)² o projeto visava buscar e analisar os discursos de Manuel Querino que, segundo informações levantadas durante a Iniciação Científica, teriam sido veiculados na imprensa baiana entre os anos de 1880 e 1890. Entretanto, dos artigos abolicionistas que teria sido publicados na *Gazeta da Tarde* e os periódicos *A Província* e *O Trabalho*, só localizamos um fascículo deste último. Após constatarmos a inacessibilidade de tais impressos, retornamos aos seus escritos, aqueles já manuseados na graduação, porém, no processo de preparar novas questões a partir de um novo referencial teórico-metodológico. Desse modo, o projeto foi reelaborado e, com isso, a pesquisa ganhou novos objetivos e novas análises.

Manuel Raymundo Querino nasceu em 1851, em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo baiano. Ainda menino, por volta de quatro anos de idade, Querino perdeu seus pais quando uma epidemia de cólera acometeu a região. Na condição de órfão, Querino foi direcionado para o processo de adoção em Salvador. Desde então, Manuel Querino passou a viver sob a custódia do político Manuel Correia Garcia. Na juventude, aprendeu o ofício de pintor, quando passou a trabalhar em obras de construção civil. No período noturno, dedicava-se aos estudos. Manuel Querino engajou-se nos movimentos trabalhista, republicano e abolicionista que agitaram a cidade de Salvador no período oitocentista, sobretudo no segundo quartel (apêndice 4).

¹ Durante a imersão no projeto, além das participações na Agenda Acadêmica – evento realizado anualmente na Universidade Federal Fluminense a fim de divulgar as pesquisas acadêmicas realizadas no âmbito desta universidade – nos anos de 2012 e 2013, foram publicados os seguintes trabalhos: LEMOS, Ana Carolina Cunha; GOMES, Camilla Estevam Dantas; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Formação, Trajetória Intelectual e Propostas Educacionais de José Patrocínio. *Revista Pibic UFF*, v. I, p.173-174, 2012; LEMOS, Ana Carolina Cunha; GOMES, Camilla Estevam Dantas. Trajetórias e Propostas Educacionais de Intelectuais Negros do Final do Século XIX - André Rebouças e José do Patrocínio. In: *VII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Transformações e Subversões na Atualidade*, UERJ, 2013; LEMOS, Ana Carolina Cunha. Artes, Ofícios, Trabalho E Liberdade: Projetos de Educação no Pensamento de Manuel Raymundo Querino (1851-1923). In: *Seminário Discente 2013: Educação, Tecnologias e Desenvolvementismo*, UFF, 2013; LEMOS, Ana Carolina Cunha. A Arte em Educar para o Ofício: Propostas Educacionais por Manuel Raymundo Querino (1851-1923). In: *X Congresso Luso Brasileiro da História da Educação: Percursos e Desafios na História da Educação Luso-Brasileira*, PUC-PA, 2014.

² Esta pesquisa de mestrado recebeu financiamento do CNPq, processo n. 165547/2017-0.

Das produções de sua autoria que temos conhecimento hoje, estão publicados os seguintes livros: *Desenho Linear das Classes Elementares* (1903), *Elementos de Desenho Geométrico* (1911), *Artistas Bahianos* (1909), *As Artes na Bahia* (1913), *A Raça Africana e seus Costumes na Bahia* (1916), *A Bahia de Outr’ora – vultos e fatos populares* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918), e *A Arte Culinária na Bahia* (1928). Para além das publicações em livros, Manuel Querino também escreveu artigos que foram veiculados pela revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia: *Baianos Ilustres. Apontamentos Biográficos* (1904), *Os Artistas Baianos – Indicações Biográficas* (1905), *Contribuição para a História das Artes na Bahia* (1907), *Contribuição para a História das Artes na Bahia. Os Quadros da Catedral* (1909), *Teatros da Bahia* (1909), *Notícia Biográfica de Manoel Pessoa da Silva* (1909), *Episódio da Independência* (1911), *A Litografia e a Gravura* (1914), *Primórdios da Independência* (1916), *Candomblé de Caboclo* (1916), *Um Baiano Ilustre* (1923), *Os Homens de Cor Preta na História* (1923), *Notícia Histórica sobre o 2 de Julho de 1923 e sua Comemoração na Bahia* (1923)³. A sua obra foi explorada, como veremos, por diversos pesquisadores vista a potencialidade para discussões em diversas temáticas, compreendida como chave para estudos da História da Bahia, da sociedade brasileira, e do sujeito negro no período que cobre o final do século XIX para o XX.

Com o objetivo de difundir e fazer notabilizar a trajetória de Manuel Querino nas últimas décadas, ainda pouco conhecida pela memória nacional, alguns pesquisadores têm abordado a vida e a obra desse sujeito em seus estudos. Inaugurando uma série de trabalhos monográficos, Maria das Graças de Andrade Leal (2009) realizou uma profunda tarefa de levantamento de fontes documentais, esparsas pelos acervos do Rio de Janeiro e da Bahia, e que conectavam a trajetória de Querino às transformações sociais e políticas do período. A partir das discussões no campo da História Social, a autora reuniu periódicos do período, escritos necrológicos, documentação com informações biográficas – como certidões de nascimento, de casamento, de óbito –, até os documentos das instituições pelas quais Manuel Querino pertenceu, além dos escritos de sua autoria e sobre ele. Apoiou-se no máximo de informação sobre o biografado, porém, atendendo às orientações de Le Goff (1999), em que a documentação deve ser submetida à pressão e, assim, respeitar os “limites tênues da biografia entre história e literatura”, a fim de

³ As produções escritas não são os únicos materiais que compõem a obra de Manuel Querino. Há autores que relatam produções de trabalhos de pintura que não foram encontrados. Também citam a elaboração de um trabalho que produziu para o curso de Arquitetura, também não localizado. Trata-se de um “Modelo de Casas Escolares Adaptados ao Clima do Brasil” acompanhado de um manual de instrução explicativo, o qual teria sido apresentado no Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro, no ano de 1883 (BARROS, 1916; LEAL, 2009).

produzir um diálogo com a verdade histórica (LEAL, 2009, p.28). A pesquisadora reconstituiu momentos importantes da trajetória de Manuel Querino que revelam a adesão a frentes de combate e de debate político articulando trabalho, educação, ação político-partidária e produção intelectual.

O processo de escolarização, a circulação por diferentes ambientes, entre as elites baianas e a população local, o posicionamento frente aos debates públicos, e a produção de suas obras foram abordados pela historiadora. Segundo Leal (2009), Querino defendeu o trabalho como um direito a ser garantido ao povo e como via preferencial para a conquista da cidadania; incentivou a educação popular como requisito para o desenvolvimento produtivo, sendo esta responsabilidade atribuída por ele prioritariamente ao poder público; requereu garantia de participação político-partidária como forma de democratizar o acesso do grupo de trabalhadores livres às esferas de poder e, assim, legislar a favor dos seus pares; utilizou sua produção literária para registrar suas memórias a fim de resistir às políticas de exclusão das recentes instituições republicanas.

Eliane Nunes (2007) assumiu a tarefa de avaliar as proximidades e os distanciamentos nos escritos de italiano Giorgio Vasari (1511-1574) e Manuel Querino, sinalizada pelo historiador Luiz Freire (2000) em sua tese⁴. Em seus estudos, elegeu as principais obras de Manuel Querino produzidas no primeiro quartel do século XX que tratavam especialmente da História da Arte na Bahia. Ao traçar um comparativo com o historiador italiano, a autora identificou importantes procedimentos historiográficos dos quais destacou: o uso do método biográfico, a utilização da noção de escola local e o modo de retratar a arte em seu caráter evolutivo e progressivo. Manuel Querino não só usou da metodologia vigente na época, como também adotou alguns recursos que só foram usados mais comumente em período vindouro, como o registro engajado de denúncia ao tratamento para com as artes e com os artistas, por exemplo. Portanto, seus escritos evidenciaram o caráter científico na abordagem da historiografia da arte, derrubando as críticas dirigidas ao Manuel Querino, especialmente pelos historiadores da Arte Marieta Alves e Carlos Ott, nas décadas de 1940 e 1950. Estes últimos tentaram desqualificar os escritos de Manuel Querino sob o argumento de não apresentar rigor científico, atribuindo-lhe o posto de “mero folclorista”. No entanto, a autora faz importante levantamento de características que revelem conhecimentos científicos sobre História da Arte, fruto, inclusive, de sua inserção no mundo letrado e de sua formação acadêmica. Nunes defende, portanto, que Manuel Querino foi o primeiro historiador negro da Arte e reconhece duas forças

⁴ Trata-se de um artigo que apresenta alguns resultados da pesquisa de Doutorado da autora interrompida, infelizmente, com a sua morte.

em sua formação estética que ecoam em sua obra: o academicismo e o movimento de dignificar a arte e os artistas.

Buscando compreender de que modo Manuel Querino se inscreveu e debateu temas referentes à identidade nacional, Carlos Antonio do Reis (2009) elegeu as obras do escritor negro que versaram sobre o debate racial do período para analisar o seu pensamento, distinguindo-o dos sujeitos letrados Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, João Batista Lacerda. O autor, a partir dos conceitos de “representações” de Roger Chartier (1988) e de “táticas” e “estratégias” de Michel Certeau (1994), ratifica a ideia do pensamento racial de Manuel Querino como resposta aos ideais de civilização e de nacionalidade que estavam no gosto das elites e dos dirigentes, em especial, da Bahia recém-republicana. Manuel Querino e Nina Rodrigues – ambos integrantes dos importantes círculos sociais da sociedade baiana – apresentaram posições contrárias em suas representações sobre o negro, que foram elaboradas a partir do lugar social que ocuparam. Enquanto para o médico legista a presença do elemento negro era um empecilho para o avanço do processo civilizador na Bahia, para o segundo, o negro e o mestiço constituíram papel importante na formação do país e, portanto, deveriam ser valorizados. Reis identificou na produção desses autores antagônicos uma “luta de representações”. O autor também pautou-se nos conceitos de “estratégia” e de “tática”, postulado por Michel de Certeau (1982), situando o discurso do médico da Faculdade de Medicina da Bahia como uma estratégia, diante de seu poder ancorado na ciência, e, atribuindo ao discurso de Manuel Querino uma forma de tática, uma vez que alegavam ausência de cientificidade em seus trabalhos.

Sabrina Gledhill (2014) analisou as trajetórias do americano Booker T. Washington (1856 – 1915) e Manuel Querino e salientou algumas estratégias comuns adotadas pelos dois sujeitos negros para o combate das teorias raciais em voga no período. Dessa forma, a autora defende a tese que, no século XIX, houve interconexões entre o Brasil e os Estados Unidos entre a população negra através das travessias racialistas. A produção de iconografia, o levantamento de biografias de pessoas negras com destaque social e a referência às próprias trajetórias como exemplos de ascensão social foram alguns dos recursos utilizados por ambos. O conceito de Atlântico Negro, de Paul Gilroy (1993) ajuda a compreender que, embora os contextos se distanciem quanto às realidades de seus países, a população negra esteve em constante intercâmbio, ou seja, o Atlântico Negro como um espaço transnacional no qual os negros puderam compartilhar suas experiências, viabilizando, assim, uma construção cultural dos dois lados do Atlântico. Querino e Booker Washington esboçaram um projeto de identidade nacional cada qual na realidade e na especificidade de seu país, que previa o acesso à instrução

e à qualificação profissional como meios de conquista da cidadania e dignidade da população negra.

A partir de uma avaliação do material de Manuel Querino difundido através da revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), Michelle Dantas Reis (2015) analisou o discurso e o posicionamento de Manuel Querino acerca da questão racial. Tanto Nina Rodrigues quanto Manuel Querino realizaram pesquisas etnográficas em Salvador, no entanto, com finalidades distintas. O primeiro, médico da Faculdade de Medicina da Bahia, usou os seus estudos para validar os pressupostos científicos que atestavam a inferioridade do negro. Apoiando-se no conceito de representação esboçado por Roger Chartier (2002), a autora apontou como o pesquisador e professor negro, através do Instituto Geográfico Histórico e Brasileiro da Bahia (IGHB), difundiu um pensamento contrário às teorias raciais. Avaliando os textos dos demais membros do IGHB, a autora identificou uma flexibilidade nessa instituição em relação ao tema da mestiçagem. Desse modo, a autora sustenta que isso permitiu a Manuel Querino pertencer à instituição e divulgar suas ideias, embora sejam elas elaboradas na contramão das principais ideias raciais pautadas nos parâmetros científicos da época.

Aspectos da obra de Manuel Querino revelam a sua dimensão como historiador, assim sustenta Marcos Paulo Pereira (2015). Desse modo, o autor identificou na obra de Querino o uso de aporte teórico e metodológico para a realização de sua pesquisa que envolve desde as fontes materiais e orais às leituras de historiadores. Para o autor, Querino trouxe traços inovadores à pesquisa historiográfica de seu tempo ao criar sua escrita com fontes que até então não eram usuais para a época, como a memória oral, correspondências, jornais, processo-crime, relatórios de polícia, poema, romance e imagens. Para defender seu argumento que o negro e o afrodescendente são fundamentais no processo de colonização e constituição histórica da sociedade brasileira, no qual considera os africanos agentes mais importantes que os portugueses, Manuel Querino recorreu a Alexandre José de Melo Moraes Filho, Manuel de Oliveira Lima, Joaquim Pedro Oliveira Martins e José Francisco de Rocha Pombo, historiadores importantes do século XIX. As ideias de Manuel Querino dialogavam com as de seus contemporâneos Manoel Bomfim, Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, com os quais, conforme identifica o autor, houve proximidades e distanciamentos. Na década de 1930, período de consolidação da formação acadêmica a respeito dos estudos sobre o negro no Brasil, a academia avaliava a validade das obras de Manuel Querino e Nina Rodrigues. Nessa avaliação, a obra do primeiro foi tratada com menor importância, sob o argumento de tratar-se de uma produção fora dos padrões científicos, prevalecendo, portanto, os estudos do médico legista. Como abordagem metodológica, o autor apoiou-se na História Intelectual, História dos

Intelectuais e História da Historiografia, dialogando principalmente com autores como Robert Darton (1990), Francisco Falcon (1997), Helenice Rodrigues da Silva (2002), Marcos Lopes (2003).

Marcos Paulo Pereira afirma que Querino teve uma “singular experiência de ser negro livre, ter sido alfabetizado, ter transitado por diversos ambientes sociais e estabelecido vários tipos de relações com uma gama diversificada de indivíduos” (PEREIRA, 2015, p.14). Entretanto, o acesso à escolarização também pode ser observado nas trajetórias de outros sujeitos negros, como de Francisco de Paula Brito (1809-1861), Luiz Gama (1830-1882), André Rebouças (1838-1898), José do Patrocínio (1853-1905), Machado de Assis (1839-1908), Ferreira de Menezes, Hemérito José dos Santos (1875-1920), João Cândido Ferreira (1887-1957), entre muitos outros⁵.

Como se pode observar desses estudos, ao menos três destacam os embates sobre a legitimidade dos trabalhos de Querino e sua cientificidade (PEREIRA, 2015; REIS, 2009; REIS, 2015). Os anos de 1990 foram decisivos para a revirada no campo da historiografia, no que tange a temática racial em pesquisas em História da Educação. É neste período que a população negra é reconhecida como sujeito pela produção acadêmica. São pesquisas que revisitaram a historiografia tradicional, lançaram um novo olhar sobre as fontes documentais e que demonstram que os negros, homens e mulheres, buscaram por acesso à instrução⁶. Longe de apontar apenas as determinações legais de impedimento de escravizados e escravizadas à escolarização, os mais recentes trabalhos intentam identificar, no jogo das relações sociais, como esses sujeitos buscaram recursos para contornar os impedimentos que lhes eram impostos na tentativa de construção de suas cidadanias. Nessa perspectiva, compreendemos que, apesar das clivagens sociais, as diferenças de classe, gênero e raça, havia possibilidades de acesso de negros e negras à educação no século XIX e que se apresentavam das mais diversas maneiras. Não foram poucas as vezes em que os próprios negros recorreram a estratégias para acessar o

⁵ Para saber sobre esses sujeitos, ver respectivamente: GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014; AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da Carapinha: A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*, Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, 1998; MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. 2 ed. São Paulo, Editora Lisa, 1972; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes Laços em Linhas Rotas: Literatos Negros, Racismo e Cidadania na Segunda Metade do Século XIX*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2014; SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias Preto: Hemérito José dos Santos e As Questões Raciais de Seu Tempo (1888-1920)*. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicorraciais, CEFET, Rio de Janeiro, 2015; PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. *De Chocolate: Identidade Negra, Teatro e Educação no Rio de Janeiro da Primeira República*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2014.

⁶ Para saber mais sobre as produções de corte racial no campo de História da Educação e a revisão historiográfica que marca as duas últimas décadas, ver FONSECA; BARROS, 2016.

mundo das letras, “construindo suas próprias representações sobre a escola e conferindo múltiplos sentidos à escolarização” (SCHUELER; GONDRA, 2008).

Convém chamar a atenção que, a partir da experiência de Manuel Querino, podemos apontar que havia negros escrevendo suas próprias histórias. Embora sem reconhecimento, os negros não deixaram de protagonizar. Manuel Querino foi um historiador, que, dentro de suas possibilidades e limitações, produziu material a partir de sua experiência.

Ao nos afastarmos da ideia de singularidade em relação ao acesso de Manuel Querino às letras e compreendê-lo como um fenômeno que ocorreu em consonância com outras experiências negras do século XIX, tratamos a trajetória de Querino não como algo excepcional para o período. Ademais, procuramos problematizar a formação e o olhar de Querino sobre a sociedade de seu tempo a partir dos embates que sofreu no período ao ser qualificado como um autor pouco próximo às normas científicas vigentes. Aproximamos da tese de que a experiência e a formação não se separam, conforme as considerações de Mitrovich (2011). Essa perspectiva contrapõe-se a de uma ideia que resume ao processo de formação denominada “científica”, iluminista, dominada por sujeitos como Nina Rodrigues, por exemplo.

Num contexto de embates por uma definição hegemônica de ciência, em que se excluía muitos sujeitos, intentamos analisar de que maneira Querino resistiu e produziu. Partimos da hipótese de que Manuel Querino levou ambas, experiência e formação, de maneira indissociável para seus escritos, para a forma de pensar seu tempo, a condição do negro e suas lutas.

Assim, não pretendemos produzir aqui um estudo biográfico a partir de um relato coerente da história de um indivíduo em ordem cronológica ou linear. Desse modo, no esforço de escaparmos das armadilhas da “ilusão biográfica”, procurando o conjunto das relações objetivas que uniram “o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”. (BOURDIEU, 2005, p. 190).

Recorremos a Walter Benjamin (1987) para construir um estudo historiográfico em rompimento com a temporalidade linear. O autor propõe outra perspectiva de temporalidade, na qual elegemos momentos como condensação de significados e sentidos.

O trabalho, assim, não está direcionado apenas a averiguação de dados. Realizar apenas esta tarefa seria semelhante ao que os estudiosos da primeira metade do século XX realizaram com a obra de Manuel Querino, quando revisitaram seu trabalho, buscando conferir dados e informações relegando seu trabalho etnográfico ao segundo plano e atribuindo-lhe falta de rigor

científico. A tarefa deste trabalho é identificar as imagens dialéticas, carregadas de sentidos e significados, para compreender a experiência coletiva a ser transmitida (BENJAMIN, 1989).

Sobre as produções de Manuel Querino, podemos identificar na literatura especializada um certo itinerário de seus escritos. Leal (2009) compreende a trajetória de Querino em dois movimentos distintos de militância: o primeiro corresponde à militância político-partidária a que se inscreveu junto às classes operária, artística e de trabalhadores livres, dos anos 1870 a 1900; a segunda, a militância intelectual que assumiu ao produzir artigos e livros, momento este em que vinculou-se mais ativamente ao Instituto Histórico Geográfico baiano, e ao ofício do magistério, lecionando no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e no Colégios dos Órfãos de São Joaquim, de 1900 até a sua morte. Nesse último período, escreveu os manuais didáticos *Desenho Linear das Classes Elementares* (1903) e *Elementos de Desenho Geométrico – compreendendo noções de perspectiva linear, teoria da sombra e da luz, projeções e arquitetura* (1911) quando já atuava como professor e foram adotados nas escolas primárias de Salvador por deliberação do Conselho Municipal (LEAL, 2009)⁷.

Empreendendo uma tarefa de listar informações biográficas e profissionais sobre artistas e artesãos, Manuel Querino publicou, em 1909, *Artistas Baianos*, na qual reúne mais de duzentas biografias. Tal obra foi reeditada dois anos depois, ganhando uma nova edição ampliada. Na década de 1910, Manuel Querino publicou obras que versaram especialmente sobre os costumes de africanos e descendentes próprios da cidade soteropolitana do período. Uma delas é *A Raça Africana e seus Costumes na Bahia* (1916). Apontado como o único trabalho sobre a questão racial, esta obra foi apresentada pelo autor no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, no mesmo ano, e discorreu acerca do modo como o escravo transitou pela Bahia escravista, destacando o valor do africano na formação da sociedade brasileira e de seus costumes, fortemente presente na cultura baiana.

Foi uma obra que ganhou várias edições, até mesmo após sua morte. Em 1917, o Diário da Bahia foi quem o publicou, em segunda edição, através de suas oficinas. A Livraria Progresso, em 1955, quatro anos depois de sua morte, publicou uma terceira edição, integrando-a a uma coleção denominada *Estudos Brasileiros*. No final da década de 1930, Arthur Ramos reorganizou a obra de Manuel Querino e, com direito a prefácio, publicou-a sob a coletânea *Costumes Africanos no Brasil* (1938), que junto a esta reuniu vários outros estudos sobre a temática racial. Esta obra, convém destacar, foi publicada novamente em 1988, devido às

⁷ Ambos os livros não foram encontrados por mim nos acervos do Rio de Janeiro e da Bahia.

comemorações do centenário da Abolição no Brasil, e ganhou prefácio e notas de Raul Lody e apresentação de Thales de Azevedo (LEAL, 2009).

Outra obra também datada da década de 1910 é *Bahia de Outr'ora – vultos e fatos populares*. Publicada também em 1916, foi uma obra expressiva se observada as suas reedições até a década de 1950 – a segunda edição foi publicada em 1922, a terceira, em 1946, e a quarta, 1954/55. Trata-se de um livro que reúne artigos, mais de cinquenta títulos, já publicados nos jornais locais e na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A publicação deste livro teve veiculação na imprensa local, em que o periódico *O Democrata* noticiou, em primeira página, a respeito (LEAL, 2009). Frederico Edelweiss⁸ foi quem prefaciou a terceira edição da obra, assim como também adicionou notas ao trabalho do autor. Esta publicação também foi manuseada pelo Arthur Ramos⁹, quem extraiu trechos do livro e publicou, sob um novo título – *Notas de Folk-lore Negro*.

Já em 1918, Querino publicou *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira*. Em 1954, este livro teve sua segunda edição, dessa vez, sob o título *O Africano como Colonizador*. Fez parte da coletânea de Arthur Ramos, assim como *Raça Africana e seus Costumes na Bahia*, nas duas edições, de 1938 e 1988. Foi um trabalho em que recuperou obras de historiadores do século XIX, como Oliveira Martins e Rocha Pombo. Em 1980, a *Revista Afro-Ásia* publicou o seu conteúdo na íntegra.

Querino escreveu também *A Arte Culinária na Bahia* que foi publicado somente em 1928, após sua morte, por Alberto Morais Martins Catharino, aos cuidados de José Teixeira Barros, obra também contemplada na publicação *Costumes Africanos no Brasil*, tanto na primeira quanto na segunda edição. A Editora P55 edições, através da Coleção Autoconhecimento Brasil, publicou, dentre outros livros, *A Arte Culinária na Bahia*, *A Raça Africana e os seus Costumes Na Bahia* e *O Colono Preto como Fator de Civilização* (2014).

Na terceira edição de *A Bahia de Outr'ora* (1946), a que priorizaremos neste trabalho, identificamos um acréscimo de alguns artigos de sua autoria, que foram veiculados pela Revista do IGHBA. Como já nos sugere o próprio título, é um material em que Manuel Querino escreveu já na primeira década do século XX e que traz uma avaliação pessoal entre o passado

⁸ Frederico Edelweiss (1895 – 1976) foi um historiador e bibliófilo. Nascido no Rio Grande do Sul, o historiador fixou-se na Bahia aos 24 anos de idade. Com formação universitária na Europa, Edelweiss pertenceu ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Aos 70 anos, foi eleito sócio correspondente desta instituição (SENA, 1977).

⁹ O alagoano Arthur Ramos (1903-1949) dedicou-se a temáticas como criminologia, folclore, psicologia, higiene mental e antropologia. Ramos formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia (GARCIA, 2010).

e o presente por ele vivido. Classificado por alguns autores como textos memorialísticos (LEAL, 2009; REIS, 2009)¹⁰.

No cenário de críticas lançadas a obra de Manuel Querino na década de 1930 e 1940, Essa obra de Manuel Querino, em sua terceira edição, recebeu, além de prefácios, notas de rodapé de Frederic Edelweiss, que Leal (2009) compreende como um esforço de legitimar o trabalho de Manuel Querino, que o chamou de “coleccionador de tradições” (QUERINO, 1946). Outros acadêmicos colocaram-lhe no lugar de folclorista, concedendo a sua obra um lugar menor¹¹.

Seguindo a ideia de coleccionador de tradições, em debate com os trabalhos apontados acima, procuramos um referencial teórico que nos ajudasse a compreender a inserção de Querino em diferentes agências socializadoras e seus escritos como uma síntese entre formação e experiência aproximando-nos das teorias tecidas por Walter Benjamin¹². O autor foi preciso em seu diagnóstico ao analisar a modernidade, tempo em que “as ações de experiência estão

¹⁰ Os títulos contemplados nesse livro são: O Natal; A Noite de Reis; A Noite Primeira de Julho; Cheganças; Cucumbis; A Capoeira; Milícias, Ordenanças e Guarda Nacional; A Procissão de Fogaréus; A Festa do Espírito Santo; Superstição; A Imprensa; A Irmandade de Santa Cecília; O Colégio de São Joaquim; A Procissão de Cinzas; A Vida no Lar; A Cadeirinha de Arruar; A Festa da “Mãe d’Água”; A Chapelinha das Moças; A Extrema-Unção; Os Estudantes de Coimbra; A Romaria dos Jangadeiros; Oradores de Sobremesa; A Lavagem do Bonfim; A Guerra das Pedras; A Moda Carijó; As Cavalhadas; Os Direitos do Povo; A Combuca Eleitoral; A Bahia e a Campanha Eleitoral; A Bahia e a Campanha do Paraguai; O Recrutamento; Festejos Campestres; O Mocotó; O Colatino nas “buchas”; O Gás; O Presépio de Fala; Oradores do Povo; A Viagem do Imperador; Costumes Familiares; Jantares; A Romaria da Polícia; As Desavenças; A Instrução Primária; Cerração do Mar; O Automobilismo; A Segunda-Feira do Bomfim; Os Bobos; Cantor de Modinhas; Um Baile; Associação Comercial da Bahia; A Retreta; O Chafariz do Largo do Teatro; Pedro Bala; Episódio da Independência I; Episódio da Independência II; Primórdios da Independência; A Litografia e A Gravura; João Nepomuceno da Silva; Manuel Pessoa da Silva; João da Veiga Murici. Os artigos *Episódio da Independência* e a *Litografia e a Gravura* possivelmente correspondem aos textos publicados nos volumes da Revista do IGHB que não foram localizados na unidade do Rio de Janeiro, conforme constatado na busca pela documentação.

¹¹ No entanto, Vitor Hugo Silva Néia (2017), ao traçar um panorama dos estudos sobre folclore desenvolvidos a partir da *Folklore Society* britânica, destaca que o amadorismo era um aspecto comum entre a maioria dos folcloristas pioneiros. O trabalho que desenvolveram de coleta de material, que avançou para além de artefatos materiais, como o registro de costumes, crenças, superstições, aspectos linguísticos, cerimônias, narrativas, canções populares, bem como outros elementos que estivessem relacionados à cultura do povo, ou seja, práticas entendidas como tradicionais, coletivas e simbólicas, foi importante para o processo de definição do que era folclore. O autor aponta também que esse movimento realizado pelos primeiros sujeitos, imbuídos da tarefa de manter a integridade do material coletado, teve uma motivação de caráter político, e esteve presente no cerne dos movimentos protonacionalistas. Referindo-se aos estágios dos estudos folclóricos definido por Fischman (2012), na América Latina o primeiro estágio correspondeu às investigações pioneiras que aconteceram no final do século XIX, estendendo-se até década de 1920. Essa fase é caracterizada pelo emprego do termo “folclore” e também pelo aparecimento das primeiras coleções e associações. Os anos que se seguem à década de 1920 até 1970, o campo é delimitado e institucionalizado, formando o segundo estágio. O terceiro, da década de 1970 até o presente, o campo vem sendo marcado por problematizações quanto aos desafios teóricos e o modo de diálogo com pensadores de outras regiões.

¹² O filósofo judeu Walter Benjamin nasceu em 1892 e faleceu em 1940. Os seus textos selecionados para essa pesquisa são: *Experiência e Pobreza* (1933), *O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (1936), *Sobre o Conceito de História e Sobre Alguns Temas em Baudelaire*. Tais textos foram reunidos e publicados pela editora Brasiliense e podem ser encontrados em dois volumes, *Obras Escolhidas I* e *Obras Escolhidas III*.

em baixa” (BENJAMIN, 1987, p.114). Essa experiência seria constituída dos ensinamentos que são “transmissíveis de boca em boca” (BENJAMIN, 1987, p.116) e que se tornaram incomunicáveis com o advento da Modernidade, sobretudo com a Primeira Guerra Mundial e com o desenvolvimento feroz da técnica. A *Erfahrung* (experiência coletiva), nos moldes da tradição, e que foi expropriado do homem moderno, se experimentava através das narrativas, contos, provérbios, tecidos na coletividade humana e transmitidas em seu interior do modo relacional entre o narrador e o ouvinte, que auxiliava o indivíduo a orientar-se no mundo. Ou seja, a *Erfahrung* é a experiência construída e transmitida coletivamente quando se inscrevem no mesmo universo de tradição e de memória, possível de se manifestar quando se partilham os mesmos trabalho e tempo.

Com a Modernidade, tal como definida pelo autor, há um depauperamento da experiência e a *Erlebings* (experiência individual) passa a sobrepor-se aos interesses coletivos, na qual o sentido da vida é questionável. Diante disto, a experiência na modernidade, como aponta Benjamin (1987), deve colocar sob reflexão a “experiência da pobreza” e construir novas narrativas, que identifiquem o passado no presente, aquilo que não cabe na história oficial. Na esteira das reflexões de Caroline Mitrovitch (2011) sobre a obra de Benjamin, a formação (*Bildung*) do indivíduo moderno foi transferida para a instituição escolar compondo uma experiência regulada pela ciência, identificada ao ideal de certeza. Transforma-se em algo regulado, medido, quantificado que, de certa maneira, controla o sujeito do conhecimento.

É possível apreender as tensões entre modernidade e tradição nos textos de Querino? Nossa hipótese é que experiência e formação não se separavam em sua produção. Ao explodir o *continuum* da história, focalizamos três textos de Querino publicados na primeira década do século XX e um fascículo do jornal O Trabalho, como condensadores de significações de momentos de sua vida e da sociedade de seu período: nos três procuramos ler a presença da experiência e formação de Querino e suas ideias sobre os saberes, costumes e narrativas de seu tempo.

Dessa forma, a escolha foi pelos textos *A Bahia de Outr’ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916). O primeiro foi escolhido por ser tratar de um texto memorialístico. Nesse escrito, encontram-se memórias de Manuel Querino, nas quais comparou o presente vivido e o passado. O segundo é a última obra publicada com Querino ainda vivo. É um texto que apresenta uma série de marcas do processo de formação acadêmica na qual esteve imerso. O terceiro tem como tema especificamente a cultura africana presente no território baiano. Nesse texto, Manuel Querino relata aquilo que soube, que presenciou, que escutou através dos relatos orais. *A Raça*

Africana foi publicado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1916, representando o único trabalho sobre a temática negra no evento (LEAL, 2009). Pretendemos identificar nesses escritos as marcas de sua experiência, aquela formada coletivamente através de seu engajamento político e social. Mas também, observar como Querino transitava pela sua experiência de escolarização e por uma possível valorização da experiência como tradição, transmitida pela oralidade. Esses textos, para Leal (2009) corresponde ao período de militância intelectual. Também trabalharemos com o fascículo do jornal O Trabalho, correspondendo à militância político-partidária.

Nesta perspectiva, quais são os indicativos que revelem a experiência em Manuel Querino, realizada imerso no conjunto de suas relações sociais estabelecidas no contexto das mudanças na sociedade, nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX? De que modo compartilhou seus sonhos e desejos com operários, trabalhadores e pesquisadores, negros ou não? Como Manuel Querino observou as mudanças nos planos social, cultural e político? De que maneira seu processo de escolarização constitui-se como recurso adotado na sua atuação nos diferentes círculos sociais?

Ginzburg (1989) explicita que o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural. Seguindo as orientações do autor, a investigação presente procura nos indícios, numa análise microscópica, elementos que nos ajudem a compreender essas questões numa relação com o macro. Pretende-se, assim, juntar os fios daquilo que Ginzburg (1989) chama de tapete, o paradigma indiciário, percorrendo o olhar nas mais diversas direções. As reflexões que tecem o conceito de circularidade cultural, de Ginzburg, também estão presentes nesse trabalho. Segundo o autor, há uma circularidade cultural entre a cultura das classes dominantes e a das subalternas. E esse relacionamento se constituiu enquanto influências recíprocas (GINZBURG, 2006).

Buscamos operar com um conceito ampliado de educação. Ao pensar as relações dialéticas entre indivíduo e sociedade, intenciona-se travar um diálogo com a sociologia dos processos socializadores para compreender como ocorre o fenômeno educativo. Segundo Maria Graça Jacintho Setton (2011), a socialização é uma “noção definidora de um conjunto expressivo de práticas de cultura que tecem e mantêm os laços sociais” (SETTON, 2011, p.715). A autora ainda destaca o potencial do conceito de socialização como categoria de análise, uma vez que estabelece uma leitura interpretativa numa perspectiva relacional entre indivíduo e sociedade. Desse modo, o processo de socialização é construído coletiva e individualmente. Nesse contexto, a autora define as agências socializadoras enquanto vias de aquisição de valores culturais.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação: Manuel Querino e Imprensa Baiana”, buscamos analisar a imersão de Manuel Raymundo Querino nos movimentos organizados e constituídos por trabalhadores, sobretudo negros, no final do século XIX e início do século XX. Aqui, os poucos vestígios existentes de sua participação na imprensa foram importantes para compreendê-lo inserido numa trama social e política. Querino compartilhou de saberes e experiências com demais sujeitos em busca de cidadania e dignidade de sobrevivência. Percebê-lo nos movimentos operário, republicano e abolicionista, a partir da análise do impresso *O Trabalho* (1892), significa compreender essa inserção como importante agência socializadora para aquisição de experiência e de formação de Manuel Raymundo Querino.

A análise dos três textos *A Bahia de Outr’ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916) tomados como fonte, compõem os dois capítulos seguintes. No segundo capítulo, “O povo baiano e os saberes: uma reflexão sobre educação nos escritos de Manuel Querino”, buscamos analisar as percepções de Manuel Querino sobre a educação, sobretudo o acesso da educação de operários, negros e trabalhadores livres a partir da *Erfahrung* (experiência coletiva) a qual compartilhou e de sua formação adquirida de maneira institucionalizada. Aqui, Manuel Raymundo Querino defende a democratização do acesso à educação a esses sujeitos para o aperfeiçoamento de seus saberes, que já possuem independente da passagem pela escola.

“Salvador: seus lugares, espaços e costumes sob a ótica de Manuel Querino” é o terceiro e o último capítulo. Nessa parte, analisamos as mudanças na cidade que foram registradas pelo escritor negro. Manuel Querino, em suas reminiscências e em suas experiências compartilhadas, rememora tradições que foram atingidas pela modernidade e pelo avanço do processo de industrialização e urbanização. Assim, ao analisar esses espaços e suas mudanças, indicamos como a cidade educa e proporciona a *Erfahrung* na obra de Querino.

Pretendemos, ao estudar a experiência e a formação de Manuel Querino a partir de fragmentos de seus escritos, contribuir para os avanços sobre os estudos sobre a História da Educação do Negro no Brasil ao final do século XIX e início do XX. Importante também tendo em vista a Lei 10.639/2003, que deriva de um contexto de reivindicação de valorização e de preservação da história e cultura afrodescendente do país no ensino da educação básica, e que nos aponta para o compromisso e o desafio no aprofundamento das questões em torno da relação entre o negro e a educação.

1 TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: MANUEL QUERINO E A IMPRENSA BAIANA

Perdem o seu tempo, meus ricos senhores. Nós, os artistas, nós, o povo, sabemos avaliar o quilate da nossa argumentação, e, felizmente, podemos separar o trigo do joio.

O Trabalho, 1892, p.3

A frase acima poderia muito bem constituir uma resposta àqueles que argumentavam a pouca relevância/cientificidade dos textos de Manuel Raymundo Querino que participou de debates políticos e sociais da segunda metade do século XIX e nos anos iniciais do século XX (LEAL, 2009; GLEDHILL, 2013). A fim de compreender sua atuação na imprensa, percorremos um caminho de pesquisa em busca de vestígios documentais que fornecesse dados para tal análise. Entretanto, tais vestígios não foram suficientes para suprir uma pesquisa com esse foco. Por outro lado, identificamos uma atuação bastante significativa nos movimentos sociais na sociedade baiana no segundo quartel do Oitocentos.

Deste modo, neste primeiro capítulo, apresento ao leitor o caminho de pesquisa realizado em busca das fontes documentais na imprensa, os obstáculos para a realização deste trabalho historiográfico que levou à percepção do trânsito de Querino por diferentes espaços de socialização e à construção de novos rumos da pesquisa. Desse modo, consideramos os movimentos operário, republicano e abolicionista que Manuel Querino integrou enquanto agências socializadoras (SETTON, 2011). Inserida dentro do campo das teorias da socialização, no qual as relações entre indivíduo e sociedade são indissociáveis, Maria Graça Jacintho Setton (2011, p.713) defende que a modernidade oferece “um ambiente social no qual o indivíduo encontra condições de forjar um sistema híbrido de referências disposicionais, mesclando influências em um sistema de esquemas coerente, ainda que heterogêneo”.

O que pretendo defender é que a sua participação na imprensa, o seu envolvimento com associações, ligas e irmandades e a sua contribuição na organização e na atuação da recém-instaurada máquina política republicana através da formação de partido foram importantes para aquisição de experiência e para sua formação (BENJAMIN, 1987; 1989). Tal participação pode ter contribuído para uma determinada percepção de seu tempo e para uma marca muito pessoal em seus escritos. Manuel Querino construiu sua trajetória enquanto sujeito que se inscreveu numa luta coletiva que tinha como pauta garantir os interesses do operariado e do negro e a defesa pelo acesso à educação e à cidadania.

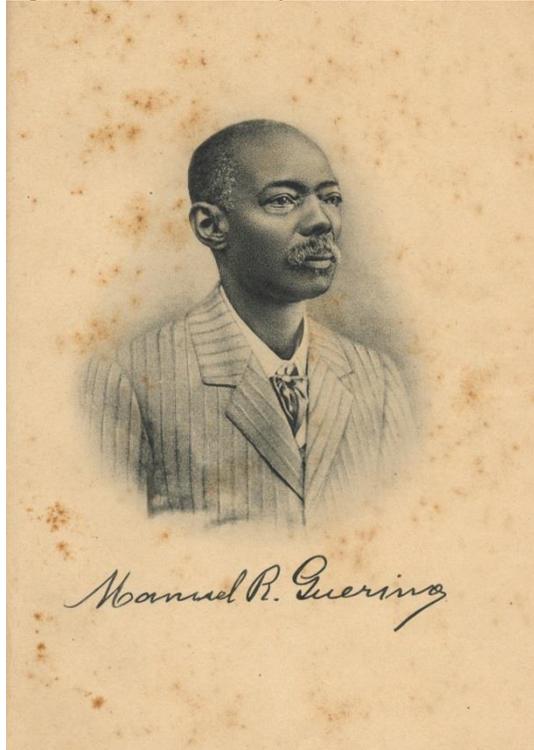
1.1 Indícios de Participação de Manuel Querino na Imprensa

Em prefácio da primeira edição do livro *A Bahia de Outr'ora* (1916), José Teixeira Barros¹³ afirma como teve conhecimento sobre Manuel Raymundo Querino (figura 1). Esse contato foi através dos textos com pauta abolicionista que esse último escrevera para o periódico *Gazeta da Tarde*, na província da Bahia, os quais teria lido. Pouco depois, Barros o conheceu pessoalmente em uma das sessões da *Sociedade Libertadora Bahiana*, em 1887, quando “mais perseverante era a campanha abolicionista”. Querino contava com 36 anos. Essa reunião aconteceu na redação deste mesmo periódico. Informa-nos, também, que o corpo de colaboradores do *Gazeta da Tarde* era formado por maioria abolicionista e que, além dele, trabalhavam em sua redação o proprietário e diretor Pamphilo de Santa Cruz, Eduardo Carigé e Sérgio Cardoso (TEIXEIRA BARROS, 1916).

A Sociedade Libertadora Bahiana foi criada em 1882, inspirada por José do Patrocínio que estava de passagem em Salvador. Essa associação possuía membros de diferentes grupos sociais e de origem étnica. Entretanto, o grupo majoritário era formado por homens brancos e com certo poder econômico. Havia uma presença de médicos egressos da Faculdade de Medicina baiana, assim como jornalistas, engenheiros, advogados, artífices e professores. O perfil político da maioria desse grupo estava alinhado com as ideias liberais e republicanas (SILVA, 2015). Essa associação foi formada no contexto do movimento abolicionista, que surgiu no país a partir de 1868 e durou até 1888. Conforme Angela Alonso (2015), o movimento abolicionista foi o primeiro movimento social nacional do país e contou com uma rede estruturada de ativistas, associações e manifestações públicas antiescravistas. Ainda conforme a autora, o movimento abolicionista foi importantíssimo para o fim da escravidão no país e ocorreu em três fases distintas: a primeira, o abolicionismo de elite, que durou de 1868 até 1871; a segunda, a nacionalização, entre 1878 e 1884; e a última, a certificação, de 1887 a 1888. Portanto, o surgimento da Sociedade Libertadora Bahiana se deu na segunda fase do movimento abolicionista, quando os liberais ascendem ao poder e o movimento abolicionista esteve mais agitado. A reunião relatada por José Teixeira Barros ocorreu na fase de certificação do abolicionismo, momento em que o movimento estava sendo reconhecido por outros setores (ALONSO, 2015).

¹³ José Teixeira Barros (1863-1933), amigo de Manuel Querino, escreveu essa carta-prefácio na qual discorre sobre a trajetória do professor negro e nos dá alguns aspectos da sua inserção nas letras, na sua participação na militância política, sobretudo, a partir dos anos de 1870.

Figura 1 - Manuel Raymundo Querino



Fonte: QUERINO, Manuel. *Artistas Bahianos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

Neste mesmo prefácio, Barros também cita a existência de dois periódicos fundados por Querino: *A Província* e *O Trabalho*. Ele afirma que teriam sido fundados após o “advento do novo regime político” (QUERINO, 1946). Maria das Graças de Andrade Leal (2009) também narra esse feito, sugerindo que o primeiro periódico teria circulado durante o Império, criado em 20 de novembro de 1887 e extinto em 1888; e que somente o segundo foi fundado no período republicano, no dia 03 de fevereiro de 1892 e extinto no mesmo ano.

Tais informações nos levam a inferir que Manuel Querino contribuiu para a imprensa baiana, ao passo que participava ativamente nas discussões políticas do período. Desse modo, nesse primeiro capítulo, conduziremos a análise a partir desses indícios e do fato de não encontrarmos esses periódicos, objeto do primeiro projeto de pesquisa desenvolvido. Intentamos oferecer ao leitor parte do “espetáculo da busca” (BLOCH, 2001) por essa documentação e questionar os motivos de sua não preservação.

Empreendemos uma busca nos acervos do Rio de Janeiro e da Bahia à procura destes vestígios que revelassem a atuação de Manuel Querino na imprensa, especialmente, baiana. Dos acervos cariocas, foram visitados os seguintes: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Fundação da Biblioteca Nacional (BN), Fundação Casa Rui Barbosa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro (IHGB), Museu Histórico

Nacional, Real Gabinete Português de Leitura e o Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SiBI/UFRJ)¹⁴.

No catálogo on-line da Hemeroteca Digital da BN¹⁵, localizamos 16 registros de periódicos que levam no título ou no subtítulo a palavra “trabalho”, entre os anos de 1860 a 1929, tendo circulado em diversas localidades, como Minas Gerais, Recife, São Paulo e Bahia. Nesse levantamento, identificamos somente um número do periódico *O Trabalho* atrelado ao nome do Manuel Raymundo Querino. No mesmo catálogo, buscamos pelo periódico *A Província*. Há, ao todo, 76 registros que possuem em seu título e/ou subtítulo a palavra “província”, que variam entre os anos de 1823 a 1917, e que circularam em Mato Grosso, Sergipe, Bahia, Amazonas, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, entre outros. Dos periódicos baianos dessa lista, não foram encontrados nenhum relacionado ao Querino¹⁶. Quanto aos escritos de sua autoria no *Gazeta da Tarde*, não foram localizados dentro dos números disponíveis na Hemeroteca Digital.

Recorremos ao acervo do IGHB¹⁷, uma vez que Manuel Querino teve uma ligação direta com esta instituição, participou da fundação da unidade da Bahia, em 1894, da qual foi sócio efetivo fundador (LEAL, 2009). No catálogo on-line do acervo de periódicos da unidade do Rio de Janeiro, não foi encontrado nenhum. No entanto, em sua biblioteca, foi possível achar boa parte de seus artigos publicados na revista desta instituição: *Os Artistas Baianos – indicações biográficas* (1905), *Contribuição para a História das Artes na Bahia* (1908), *Baianos ilustres* (1904), *Contribuição para a História das Artes na Bahia* (1907), *Contribuição para a História das Artes na Bahia – os quadros da Catedral* (1909), *Teatros da Bahia* (1909), *Notícia Biográfica de Manoel Pessoa da Silva* (1909), *Primórdios da Independência* (1916), *Candomblé de Caboclo* (1919), *Um Baiano Ilustre* (1923), *Os Homens de Cor Preta na História* (1923), *Notícia Histórica sobre o 2 de julho de 1823 e sua Comemoração na Bahia* (1923). Já

¹⁴ É possível acessar os catálogos on-line navegando nos seguintes endereços eletrônicos: Arquivo Geral da Cidade: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral>>; Arquivo Nacional: <<http://www.arquivonacional.gov.br/>>; BN: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>; Casa Rui Barbosa: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>>; IHGB: <<https://ihgb.org.br/>>; Museu Histórico Nacional: <<http://mhn.museus.gov.br/>>; Real Gabinete Português de Leitura: <<http://www.realgabinete.com.br/portalWeb/>>; SiBI/UFRJ: <<http://www.sibi.ufrj.br/>>.

¹⁵ É possível acessar on-line o acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

¹⁶ A não localização de seus artigos também pode ter sido dificultada pela possibilidade de Manuel R. Querino ter feito uso de algum pseudônimo, fato que não conseguimos averiguar.

¹⁷ A instituição criada primeiramente no Rio de Janeiro denominou-se Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e várias outras se espalharam pelo território nacional. Criada em 1838, o IHGB foi inspirado no Instituto Histórico de Paris e sua fundação é considerada um marco importante no processo de se institucionalizar a historiografia no Brasil e muito contribuiu para o processo de consolidação do Estado Nacional (PEREIRA, 2015).

os artigos *Episódio da Independência* (1911/1913) e *A Litografia e a Gravura* (1914) não foram localizados por comporem os volumes 37, 38, 39 e 40 desta revista, pois se encontram em falta no acervo da unidade do Rio de Janeiro¹⁸.

Nos acervos de Salvador, procuramos a documentação no Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SiBI/UFBA), Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia, Biblioteca Manuel Querino, pertencente ao Centro de Documentação e Memória do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia (IPAC), Biblioteca Jorge Calmon e Museu da Imprensa, ambos da Associação Bahiana de Imprensa (ABI)¹⁹. Em todos esses acervos listados, não foram localizados os jornais.

Buscar pelo acervo do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia também foi uma possibilidade cogitada, uma vez que Querino pertenceu à primeira turma de alunos e, anos depois, pertenceu ao corpo docente (LEAL, 2009). No entanto, foi descoberto que o Liceu fechou em 2008 e todo seu acervo foi direcionado para a biblioteca do IPAC – Biblioteca Manuel Querino. Leal também noticia que parte do acervo documental correspondente ao Liceu foi perdida em 1968 num incêndio no Centro Histórico de Salvador (LEAL, 2009, p.85). Também não foram localizados os periódicos²⁰.

Assim, dos vestígios sobre a participação de Manuel Querino na imprensa baiana localizamos apenas um fascículo do periódico *O Trabalho* (figura 3), datado do dia 06 de março de 1892, na Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional. Trata-se do número nove do primeiro ano de publicação do impresso.

¹⁸ No apêndice 2 desta dissertação, há um quadro com a localização dos artigos de Manuel Querino no arquivo do IGHB do Rio de Janeiro.

¹⁹ É possível acessar os catálogos on-line a navegando nos seguintes sítios: Arquivo Histórico: <<http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/acervos.html>>; IGHB: <<http://www.ighb.org.br/>>; SiBI/UFBA: <<https://sibi.ufba.br/>>; Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia: <<http://www.bibliotecas.ba.gov.br/>>; Biblioteca Manuel Querino: <http://www.ipac.ba.gov.br/centro-de-documentacao-e-memoria/biblioteca-manuel-querino>; Os catálogos da biblioteca e do museu da Associação Bahiana de Imprensa não foram possíveis de serem acessados pela internet. Entretanto, por telefone, foi possível consultar a disponibilidade dos periódicos aqui priorizados.

²⁰ Embora não seja possível acessar a esses impressos nos acervos visitados, outras obras de Manuel Raymundo Querino foram localizadas: *Artistas Bahianos* (1909), *As Artes na Bahia* (1909), *A Bahia de Outrora* (1916), *A Raça Africana e seus Costumes na Bahia* (1916), *Costumes Africanos no Brasil* (coletânea de textos de Manuel Querino organizado por Artur Ramos, 1938), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Arte Culinária na Bahia* (1928).

Figura 2 - Primeira página de *O Trabalho*, 06 de março de 1892, nº 9, ano 1, Salvador/ BA.



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Uma vez não acessados esses impressos torna-se um empecilho à continuidade da pesquisa? Antoine Prost (2012, p.75), ao tecer considerações sobre o trabalho historiográfico, explica que “a história não pode definir-se por seu objeto, nem por documentos”. Segundo o autor, é a questão elaborada pelo pesquisador que constrói e fundamenta o objeto histórico (PROST, 2012). Ainda, Lucien Febvre aponta que “A história faz-se, sem dúvida, com documentos escritos, quando eles existem; e, até mesmo, na sua falta, ela pode e deve fazer-se” (apud PROST, 2012, p.77). Como explicita Antoine Prost (2012), construir um repertório teórico-metodológico faz-se em solidariedade indissociável com a questão e o documento. Portanto, a dinâmica entre questão, documento e procedimento é o que conduz a pesquisa histórica.

Desse modo, cabe o questionamento: é possível estabelecer uma interpretação da não localização/preservação de determinadas fontes? Bloch chama a atenção para a importância desse tipo de análise, a fim de compreender as “causas humanas” que implicam na “presença ou ausência” dos documentos nos acervos e bibliotecas. Para o autor, a transmissão dos documentos e os problemas que a ela estão colocados não estão relacionadas somente a ação daqueles que operam em acervos e bibliotecas, mas “o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações” (BLOCH, 2001, p.83).

Manuel Raymundo Querino integrou o grupo pioneiro dos estudos sobre o negro no Brasil, mais especificamente, na Bahia. Junto a ele, Nina Rodrigues também ocupou esse lugar. Entretanto, Querino sofreu uma sequência de críticas ao seu trabalho. A desvalorização de sua

pesquisa ocasionou um silenciamento sobre sua produção na segunda metade do século XX, sendo revisitada no início do século XXI por historiadores (LEAL, 2009; GLEDHILL, 2013). Nesse processo de retomada de seus escritos, pesquisadores identificaram a ausência de boa parte destes. Deste modo, a não preservação desses documentos podem nos sinalizar para uma disputa de memória, de legitimidade de quem pode ou não escrever e do que merece ser preservado. Convém destacar que Manuel Querino não sofreu somente críticas. O seu trabalho também foi reconhecido, vide o número de reedições de suas obras (apêndice 1).

Marc Bloch sinaliza a importância de apresentar o trajeto das fontes, o qual caracterizou como o “espetáculo da busca”, a fim de apontar os “sucessos e reveses” a que o trabalho documental está sujeito (BLOCH, 2001). Desse modo, refazer o caminho que nos conduz às fontes, persegui-los, permite-nos compreender as dimensões sociais e políticas nas quais esses sujeitos estiveram imersos. Consideramo-nos aqui como produtos e instrumentos de poder, como aponta Le Goff (2003), para compreendermos as motivações e as condições de produção desses impressos, assim como entender o contexto histórico que inviabilizou a chegada da maioria dessa documentação para os dias atuais. É, portanto, importante levarmos em consideração que o documento não apresenta sentido por si só, mas tem seu valor a partir da sua relação com o contexto e a atmosfera sociais em que esse se insere (LE GOFF, 2003).

Desse modo, questionamos: quais lutas foram travadas para que se transmitissem para os dias atuais as lembranças que temos sobre a vida e a obra de Querino? Manuel Querino, negro, sujeito às clivagens sociais daquela época, não teve seus impressos preservados por ser um “homem de cor”? Ou esse material se perdeu ao longo do tempo por negligências humanas? Quais foram as possibilidades e os limites da participação de Manuel Querino na imprensa? Refletir sobre a conjuntura que permeou a elaboração e a fundação do periódico é abrir espaço para pensar a imprensa como uma agência socializadora e de experiência de Manuel Raymundo Querino. Analisar os diversos aspectos envolvidos no impresso é buscar interpretar uma parte do trajeto experienciado por Querino.

Há registros de sujeitos negros presentes na imprensa ao longo do século XIX, especialmente, na segunda metade desse século. Ana Flávia Magalhães Pinto (2014) percorreu as experiências de letrados negros no cenário político-cultural entre Rio de Janeiro e São Paulo. Em seus estudos, observou o modo que Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Teophilo Dias de Castro conquistaram e se mantiveram nos espaços de debate público, construindo e apresentando propostas que expressavam seus projetos de nação. Dentre os recursos utilizados, como aponta

a autora, a imprensa foi lugar privilegiado. Muitos deles tiveram suas trajetórias cruzadas, estabelecendo amizades e ações conjuntas (PINTO, 2014).

Há semelhanças entre as trajetórias desses sujeitos com a de Manuel Raymundo Querino. Ferreira de Menezes contribuiu para o teatro paulista, ao ponto de receber elogios da imprensa local por peça de sua autoria. Ou seja, Ferreira Menezes recebeu reconhecimento positivo pela sociedade local. Porém, Pinto apontou que em uma obra literária do ano de 2000 um texto de Menezes é citado, mas não creditado a ele. Ferreira Menezes foi um dos escritores que fundou a literatura fantástica no país, mas sofre apagamento pelas produções contemporâneas que não o cita (PINTO, 2014). Manuel Querino foi silenciado por um bom período no campo sobre estudos da cultura africana no Brasil, embora tenha integrado o grupo de pioneiros nesse assunto (LEAL, 2009).

Luiz Gama exerceu o ofício de advogado, mesmo sem diploma. Pinto (2014) considera que Luiz Gama tenha tentado diplomar-se pela Academia de Direito de São Paulo, mas isso não ocorreu. Assim, seguiu atuando como rábula, pois apresentara grande conhecimento na área. Entretanto, segundo a autora, expor domínio técnico e competência não era o suficiente para a população negra e Luiz Gama sofreu uma série de vivências racistas em exercício de suas atividades profissionais. Esses episódios de preconceito de cor lhe afetaram, o que levou a escrever: “Não quero que digam/ Que fui atrevido/ E que na ciência/ Sou intrometido”. A ausência da formação foi argumentada e utilizada para a sua interdição enquanto advogado (PINTO, 2014). Manuel Raymundo Querino também sofreu interdições, no ambiente acadêmico. Como já visto, Querino foi descreditado de sua atuação enquanto pesquisador. Os argumentos de falta de rigor metodológico foram utilizados para desvalidar a sua obra. Nunes (2007) demonstra que os métodos e as técnicas utilizadas por Manuel Querino não denotam que o pesquisador tenha faltado com o rigor científico. Pelo contrário, Querino antecipa o uso de fontes, como as fontes orais, em seu trabalho de investigação.

José do Patrocínio também enfrentou dificuldades para conquistar seu diploma. O jornalista tentou a faculdade de Medicina e não conseguiu. Procurou o curso de Farmácia, mas não chegou a concluir (PINTO, 2014). Manuel Querino também passou por situação semelhante. O baiano conseguiu o diploma de desenhista, mas almejava formar-se arquiteto, desejo que não se realizou. (LEAL, 2009). É interessante observar como a imprensa foi, em certa medida, um espaço aberto no qual pessoas reconhecidas, enquanto detentoras de conhecimento, recorreram para fazer circular suas ideias.

Não foram somente os homens que participaram da imprensa nesse período. As mulheres também ocuparam significativamente esse lugar. Duarte (2016) demonstra a presença

feminina na circulação de ideias através dos impressos em seu dicionário ilustrado “Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX”. Nesse trabalho, a autora reúne mais de 140 títulos de revistas e jornais que estiveram em circulação no Oitocentos. Tais impressos poderiam tratar de questões femininas na perspectiva da manutenção do *status quo* patriarcal, ou poderiam abordar uma visão feminista da inserção social da mulher (DUARTE, 2016). A disseminação da imprensa poderia ser, assim, um espaço mais democrático do que o acadêmico.

1.2 Movimento Operário, Imprensa Baiana e Transformações Políticas: Novo Contexto, Outras Formas de Lutas

Numa análise do único fascículo que resistiu a passagem do tempo e que foi coordenado por Manuel Querino – *O Trabalho* (1892) –, identificamos uma série de indícios da participação de Querino em debates públicos, especialmente, às questões referentes a trabalhadores livres, aos operários e aos negros. Desse modo, ao realizar esse exame, encontramos vestígios que nos permitem compreender o contexto social no qual Manuel Querino esteve inserido, com quem estabeleceu diálogos e/ou conflitos, com quais posições firmou-se nos debates que foram travados nesse período. Convém ressaltar que não analisaremos o periódico por ele mesmo, mas como maneira de compreender os aspectos supracitados.

Como observaremos na análise desse fascículo, este periódico emergiu no contexto de militância e de frente de articulação num jogo político-partidário. Mesmo esse único número é muito propício para uma análise de como Manuel Querino utilizou os saberes que adquiriu no seu processo de formação, na sua *Erlebnis* (experiência individual), a favor dos interesses coletivos.

A historiografia aponta como a imprensa teve papel importante na formação da cultura política do país (MARTINS, LUCA, 2012). A produção de impressos na América portuguesa iniciou-se após a chegada da Corte e a instalação da imprensa Régia, no Rio de Janeiro, em 1808. A partir dessa tipografia, documentos do governo, obras de cunho literário e científico, periódicos e panfletos passaram a ter maior circulação. Em 1811, a Tipografia Silva Serva foi instalada na Bahia, sendo a primeira tipografia particular do Brasil. As duas tipografias foram as predominantes até 1821. Desse modo, a Bahia foi uma das províncias que concentrava as atividades de impressão nesse período, ficando somente atrás do Rio de Janeiro (NEVES, 2014). A partir da década de 1820, a produção impressa intensificou-se devido às agitações em torno do movimento que estremeceu as relações entre Brasil e Portugal e que culminaram na

Independência do Brasil²¹. Segundo Marco Morel (2012), o periodismo realizava um papel de marcar e ordenar uma sociedade que passava por modificações nas relações de poder, sejam políticas ou sociais. Os letrados, com todas as suas contradições e diferenças, detinham o poder de produção e leitura da palavra impressa, porém a circulação da palavra não se circunscrevia a um círculo social, perpassando por vários setores da sociedade.

A partir da década de 1830, um número expressivo de títulos e de redatores na colônia portuguesa foi identificado. Somente em São Paulo, já era contabilizado cerca de 1.500 títulos no final do século XIX. No Rio de Janeiro, há registro de números crescentes no ramo da tipografia ao longo do século. Havia um em 1808, seis em 1822, 25 em 1850, 30 em 1862, um sem-número em 1889 e quase uma em cada esquina em 1908 (MARTINS, LUCA, 2012). Nessa conjuntura, a imprensa foi fator importante na construção de uma cultura política que envolveu, inclusive, setores sociais populares da sociedade brasileira.

Muitos dos personagens que protagonizaram os debates na imprensa são os mesmos que vivenciaram a vida política e circularam por instituições; se não, estabeleceram estreita relação e estiveram bastante próximos. Nesse contexto, as redações foram espaços onde ocorreram decisões de cunho político importantes para aquela sociedade. No interior delas, foi possível acompanhar, testemunhar e opinar sobre as “práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional” (MARTINS, LUCA, 2012, p. 8). Desse modo, esse contexto foi bastante propício para que Manuel Querino, como outros, pudesse participar ativamente dos debates públicos e da imprensa local.

A partir de 1868, a imprensa entra em uma nova fase: as páginas dos periódicos passaram a sublinhar as questões em torno da liberdade de religião, a emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república e a permanência do regime monárquico (MARTINS, 2012). No calor dos debates políticos à época, muitos se destacaram pela sua atuação na imprensa. É importante entender que a imprensa integrava um novo cenário social que se apresentava cada vez mais complexo.

Na História do Brasil e da Imprensa, o ano de 1870 foi muito importante, visto a emergência de uma imprensa partidária com pauta republicana e abolicionista. No Rio de Janeiro, nesse ano, foi momento da fundação do Partido Republicano, a criação do jornal “A

²¹ Em Introdução geral para a coleção *Guerra Literária. Panfletos da Independência (1820-1823)*, Lúcia M. Bastos P. das Neves (2014) pontua a “guerra literária” como característica que marcou o jogo político que envolveu o processo de Independência do Brasil. Dessa forma, a autora chama a atenção para a relevância da produção de impressos nesse período, no qual o momento de crise e convulsão política foi favorável para surgir diversos modos de escrita. Os impressos, portanto, contribuíram para agilizar a comunicação e, por isso, foram importantes armas de combate nesse contexto de tensões políticas. Para saber mais, ver CARVALHO; NEVES, BASILE, 2014.

República”, além do lançamento do Manifesto Republicano, encabeçado por Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Salvador Mendonça (MARTINS, LUCA, 2012). Nesse ano, Manuel Querino estava em estadia no Rio de Janeiro a serviço do Exército Brasileiro. Segundo seu biógrafo Teixeira Barros (1916), Manuel Querino ficou aproximadamente por um ano na Corte, retornando à Bahia após o fim da Guerra do Paraguai, em 1871. Podemos inferir que essa passagem pelo Rio de Janeiro pode ter favorecido sua imersão nas ideias que por aqui circulavam e que levou para sua terra natal o conhecimento adquirido por aqui.

Imaginamos que, em seu retorno, Manuel Querino possivelmente foi recebido por seu tutor e por seu padrinho político, Dr. Manuel Correia Garcia e Dr. Manuel Pinto de Sousa Dantas²², como sugerem seus biógrafos (TEIXEIRA BARROS, 1916; LEAL, 2009). Devemos levar em consideração a participação dessas duas figuras na experiência individual de Manuel Querino. Tanto Correia Garcia quanto o conhecido Conselheiro Dantas tiveram suas trajetórias traçadas na imersão na vida política ao longo do Império.

Manuel Pinto de Sousa Dantas (1831-1894) foi proprietário do Diário da Bahia, órgão do Partido Liberal, do qual era membro. Na vida política, governou Alagoas e Bahia, além de ter se tornado deputado e senador. No seu currículo, conta também uma nomeação para Conselheiro de Estado, Ministro da Agricultura, da Justiça, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros. Também compartilhou dos ideais abolicionistas (ALONSO, 2015). Correia Garcia foi deputado provincial pelo Partido Liberal, Conselheiro Municipal e Membro do Conselho Superior da Instrução Pública. Atuou na área da instrução pública e da jurisprudência (LEAL, 2009). Manuel Querino teve apoio de dois sujeitos importantes na vida política do período imperial. Portanto, estar inserido numa trama de relações políticas não lhe foi uma tarefa difícil.

Embora contando com apoio de homens brancos para sua inserção no mundo das letras, não lhe pouparam da exigência de exercer um ofício. Manuel Querino, contando com seus 20 anos, integrou um grupo de trabalhadores livres ao trabalhar no período diurno como pintor-decorador em obras de construção civil. Nesse momento, o jovem pintor negro participou da mobilização de trabalhadores para a fundação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, em 1872, integrando a primeira turma de alunos. Por esta instituição, obteve “distinção em francês e aprovação plena em português” (TEIXEIRA BARROS, 1916, p.7). Após quatro anos do seu

²² Correia Garcia assumiu a tutela de Manuel Querino logo depois de ter ficado órfão. No entanto, Leal (2009) não identificou esse processo ocorrido junto ao Juizado de Órfãos de Salvador. A respeito de que o Conselheiro Dantas teria sido seu padrinho político, a pesquisadora afirma não ter encontrado evidências claras de como ocorreu essa relação.

retorno a Salvador, Manuel Querino já estava engajado politicamente, junto a outros trabalhadores livres, a exemplo de sua participação na fundação *Sociedade da Liga Operária Bahiana*, uma associação de operários que reivindicavam melhores salários e oportunidades de trabalho. Também participou da *Sociedade Libertadora Bahiana* e *Sociedade Libertadora Sete de Setembro* (LEAL, 2009; GLEDHILL, 2013).

Ao observar a modernização do espaço público na Corte, Basile (2006) identificou a proliferação do movimento associativo, durante o período regencial, como incremento à cultura política do país. Paralelamente a intensa atividade impressa, a partir de 1830, a cidade acompanhou o desenvolvimento da sociabilidade política no território nacional, expressão do que se compreendia como liberdade, consequência da movimentação em torno da movimentação política de 7 de abril. Ao passo que formas tradicionais de fazer política se fortificavam, o autor observou o surgimento de novas entidades. É na década de 1870 que ocorre também uma intensa produção intelectual no país. Sobre isso, Angela Alonso (2002) denominou seus protagonistas como a “geração de 1870”. Esse movimento intelectual fez parte dessa efervescência social e política desse período.

Retomemos aqui a informação trazida por Teixeira Barros sobre a participação de Manuel Querino na imprensa baiana. O periódico *Gazeta da Tarde*, o qual citou, foi um órgão oficial da *Sociedade Libertadora Bahiana*²³. Portanto, é compreensível que, naquela reunião que acontecera na redação desse impresso, a presença majoritária tenha sido de abolicionistas. Assim como também é passível de se entender que se tratava de momento efervescente a favor da campanha abolicionista. Afinal, era o ano de 1887. Essa associação de cunho político aderiu ao impresso para fazer circular suas ideias acerca do que compreendia sobre a emancipação dos escravos, condizente com a cultura política do período. Desse modo, podemos entender que havia todo um favorecimento para que Manuel Querino tenha contribuído para o impresso com a escrita dos tais artigos sendo ele próprio um membro da sociedade, haja visto, também, o seu domínio com a leitura e a escrita. Outro fato importante que contextualiza a possível participação de Manuel Querino na escrita de artigos no periódico da organização abolicionista é a passagem do carioca José Patrocínio pela Bahia. Cinco anos antes daquela reunião, quando Teixeira Barros disse já ter lido os escritos de Manuel Querino, o abolicionista negro realizara uma conferência a favor da abolição no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Nesse ano, em 1882, o Liceu baiano completava 10 anos de existência. Após o discurso de José do Patrocínio, o *Gazeta da Tarde* passou a realizar uma sequência de palestras com pautas abolicionistas

²³ Leal identificou outros periódicos espalhados no território nacional que levaram esse mesmo nome, na Corte, em Pernambuco, São Paulo, Campos (RJ), Pará e Minas Gerais (LEAL, 2009).

(LEAL, 2009). Como ex-aluno do Liceu Querino pode ter frequentado as conferências. Teria ele também sido palestrante ou divulgado a pauta abolicionista na imprensa? Teixeira afirma que sim, embora não os tenhamos localizado. Ainda sobre a reunião, Teixeira relatou que nela havia a presença de “cavalheiros de distinção” (TEIXEIRA BARROS, 1916). Entre os presentes, era possível identificar médicos, acadêmicos, jornalista e proprietário.

A participação na imprensa e nas reuniões permite vislumbrar indícios de seu envolvimento em espaços de debate público que propiciaram a construção de uma rede de sociabilidade. Entendemos aqui como rede de sociabilidade, conforme apontado por Sirinelli (2003), espaços organizados estruturalmente que favorecem trocas e aprendizado intelectual. Para o autor, “todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p. 246).

No único fascículo preservado, encontramos a informação de que Manuel Raymundo Querino foi redator do periódico. Segundo Morel (2012), os redatores tornaram-se importantes agentes culturais e políticos de seu tempo, assim como partícipes da construção do Estado Nacional. À frente de um jornal, Querino possivelmente estabeleceu uma atuação ativa na seleção e organização da pauta, usando o jornal como canal de comunicação com seus pares.

Outra informação importante e que vale a pena examinar é a data de publicação do jornal: seis de março de 1892. Segundo Gledhill (2013), no ano de publicação do jornal, Manuel Querino estava em exercício de sua função de Conselheiro Municipal. Era seu segundo ano do mandato, eleito em 1890 ou 1891 através do Partido Operário, na primeira legislatura municipal de Salvador. Embora tivesse sido eleito como vereador, ansiava pelo posto de Deputado Federal. Ao cargo de Conselheiro Municipal retornou, em 1897, como primeiro suplente convocado para substituir Deocleciano Ramos, que havia renunciado ao cargo, exercendo a função até dezembro de 1899 (GLEDHILL, 2013). Aquela sua inserção nos debates públicos da Sociedade Libertadora, realizada quando jovem, reverberou ao longo de sua vida. Com o fim do regime monárquico e, como os demais do grupo a que pertenceu, Manuel Querino alimentou sonhos, desejos e esperanças com a instauração da República.

Aos 39 anos, em 1890, Manuel Querino participa da fundação do Partido Operário na Bahia. Isto ocorreu no ano seguinte após a Proclamação da República, com vistas para as eleições para a Constituinte Nacional de 1890. Aldrin Castellucci (2008), ao lançar luz sobre o jogo político desenvolvido por trabalhadores livres e operários na Primeira República no âmbito nacional, identificou o processo de organização de operários baianos em articulação com o grupo de trabalhadores livres do Rio de Janeiro. O aparecimento de partidos operários, nesse

período, emergiu a partir do anseio desses setores da sociedade em exercer direitos civis e políticos, uma vez que almejavam participar do pleito eleitoral. Nesse ano, no Rio de Janeiro, ocorreu o Congresso Operário Brasileiro, no qual o Manuel Querino foi um dos representantes do grupo (GLEDHILL, 2013).

O partido na Bahia foi marcado por conflitos internos que geraram cisão em dois grupos rivais, em um deles estava Manuel Querino e, em outro Domingos Silva.²⁴ A motivação das divergências políticas, como aponta o autor, não diziam respeito a projetos políticos e a ideologias divergentes, mas estavam relacionados às maneiras de se atingir os objetivos. O grupo dos fundadores foi acusado pelos seus opositores de não romper com as práticas políticas que estabeleciam alianças com a oligarquia local. No entanto, os fundadores defendiam que eram alianças necessárias, uma vez que possuíam poder e conhecimento do jogo político e que seria uma via de inserção dos operários na máquina política como forma de exercício de cidadania. Entretanto, embora o segundo grupo apresentasse discursos críticos a estas práticas, o autor identificou formas de atuação semelhantes entre os dois grupos, como a adesão de apoio e arranjos com políticos e partidos tradicionais (CASTELLUCCI, 2008). A busca por uma identidade na luta operária percebida na forma de atuação do partido não foi o único motivo dos conflitos.

Não intentamos reconstituir aqui o desenrolar desses conflitos, mas sim analisá-los no contexto do envolvimento político-partidário de Manuel Querino na esteira do movimento de trabalhadores que almejavam fazer parte da máquina política²⁵. Castellucci (2008) aponta para o papel relevante da imprensa nesse processo de organização e atuação do Partido Operário baiano, uma vez que seus líderes recorreram aos impressos, como os periódicos baianos *Pequeno Jornal* e *Jornal de Notícias*, diversas vezes para publicizar decisões, debates, convites e documentos emitidos pela associação. Nesse processo, o autor identificou a presença de operários letrados.

Nas discordâncias políticas dentro do partido desse primeiro ano de fundação, a criação de uma tipografia própria para a impressão do periódico foi também ponto de divergência. Os opositores à direção do Partido disputaram a frente da atividade jornalística. Nessa disputa, diferentes integrantes fundaram periódicos a fim de divulgar suas ideias e projetos. Entre os

²⁴ Domingos Francisco da Silva (1865-1914) foi uma das lideranças políticas importantes no movimento de trabalhadores livres e artesãos nesse período. Negro, foi operário na construção civil, depois foi empreiteiro. Participou da Guarda Municipal como capitão. Dirigiu o Partido Operário. Depois, fundou e presidiu o Centro Operário da Bahia (CASTELLUCCI, 2008, p.51).

²⁵ Para saber mais sobre o modo como artesãos e trabalhadores livres organizaram-se na política partidária na Primeira República na cidade de Salvador, ver: CASTELLUCCI, 2008.

periódicos fundados, a imprensa baiana contou com *A Voz do Operário*, fundado em meados de 1891, que teve como redatores os operários Domingos Silva e Matheus Alves da Cruz Rocha e *O Trabalho* (1892) de Manuel Querino, opositor principal de Domingos Silva. Esse contexto conflituoso pode explicar também a pouca duração e não preservação de *O Trabalho*, que findou no mesmo ano²⁶. Com a reorganização dos grupos, em 1894, os dois grupos opostos uniram-se e formaram o Centro Operário da Bahia. *A Voz do Operário* passou a ser o veículo de divulgação oficial da associação, com Domingos Silva à frente.

Essa imersão de Manuel Querino na cultura política baiana levou a escrever, anos depois, as suas reminiscências sobre os conflitos políticos de diferentes grupos sociais. Manuel Querino retirou-se do cenário político-partidário anos depois da instauração da república, em 1894 (LEAL, 1996). Sobre as repercussões e debates nos próprios periódicos, Querino escreveu anos mais tarde ao encerramento de *O Trabalho*: “Havia de se lhe bater palmas, aplaudindo, ou cair no desagrado, sujeito às arbitrariedades de toda ordem: pois não faltavam indivíduos assalariados para o mister de desafrontas” (QUERINO, 1946, p. 91). E ainda:

As gazetas dos partidos políticos, valha a verdade, discutiam buscando convencer pela lógica dos fatos, aprofundando-se no raciocínio, sem que de leve tocassem na vida particular ou na família do adversário, como escandalosamente hoje se pratica. As gazetas periódicas alargavam-se mais um pouco, satirizavam com veemência, corroborando o dito do tempo: “A quem não tem cauda, deita-se”. Nas proximidades dos pleitos eleitorais surgiam os Pasquins – pequenos periódicos que cobriam de ridículo seus adversários políticos; mas, de modo que, a linguagem, apesar de torturante, não excedia à pessoa alvejada” (A Bahia de Outr’ora, 1946, p. 91).

1.3 Atuação de Operários Estampada nas Páginas do Impresso e a Educação

Este impresso tem algo que está relacionado com a experiência e formação de Manuel Querino: a questão do trabalho. Querino pode não ter sentido na pele o que era ser um escravo, mas a situação particular de um negro trabalhador numa sociedade recém saída da escravidão. Nascera livre, ainda no período da escravidão, mas iniciou a vida como trabalhador livre, um pintor decorador em obras de construção civil (LEAL, 2009), vivenciando as peculiaridades de um mercado de trabalho ainda em formação. Segundo Chalhoub (2008), com o fim da escravidão, a sociedade precisou estabelecer uma nova ética do trabalho. Era preciso afinar o

²⁶ O periódico teve duração até o final do ano de 1892. Isso pode ser explicado que os atores desse processo que já vislumbrava para o ano de 1893 um realinhamento dos grupos divergentes quando ocorreu a fundação do Centro Operário da Bahia, em 1894. No momento da solenidade para a oficialização dessa organização, havia mais de cinco mil operários presentes. Com a ascensão de seu adversário político Domingos Silva, Manuel Querino retira-se do cenário partidário. No entanto, seu engajamento é redirecionado para outras formas de atuação, como observaremos (LEAL, 2009; CASTELLUCCI, 2008).

trabalhador às rotinas e às demandas do trabalho assalariado que estava sendo inserido. Assim, nesse novo contexto, os trabalhadores tiveram que se articular coletivamente.

A leitura do exemplar de *O Trabalho* leva-nos a inferir que os temas que passaram por esse impresso dizem respeito às condições e melhorias de vida dos sujeitos pertencentes a esse grupo social. O impresso foi utilizado para fazer circular denúncias sobre a situação em que se encontravam o grupo de trabalhadores livres. Isso é possível verificar com a denúncia da “atualidade” em que “a situação melindrosa e difícil em que se acham os públicos negócios”. Incluía a constatação que “o pobre já não sabe o que fazer, nem para onde se deve dirigir. O trabalho cada vez mais escasso, o pouco que existe é mal pago, os gêneros principais sobem de preço, á colisão deste meio é horrível” (*O Trabalho*, 1892, p.1).

Outra matéria apresenta a denúncia de um grupo empresarial Gordilho, Cafezeiro *et relíquia*, de venda de carnes estragadas e denunciava os altos preços que o monopólio de Gordilho impunha ao preço de carnes.

Uma prova é a vossa lista de criadores publicada no Jornal de Noticias de 26. Com eles tendes firmado contrato para fornecer-vos rezes, e os vossos agentes derramados por todos os lugares, espiam, enredam, perseguem todo aquele que tente negociar com carne verde.

O público sabe que até hoje a poderosa comandita não tem consentido que alguém ouse julgar ser livre o comércio de abater rezes por sua conta! (*O Trabalho*, 1892, p.3)

O periódico toma partido ao lado do Conselheiro Rosendo, um dos denunciantes, “ilustre e valente advogado das classes” (*O Trabalho*, 1892, p.3). A matéria afirma a capacidade de discernimento e compreensão da “classe artística”: “Perdem o seu tempo, meus ricos senhores. Nós, os artistas, nós, o povo, sabemos avaliar o quilate da nossa argumentação, e, felizmente, podemos separar o trigo do joio” (*O Trabalho*, 1892, p.3). Aqui, o autor reforça a capacidade dos trabalhadores e operários em se posicionar frente aos embates e tomar lados nos debates políticos.

Em resposta aos empresários, que pronunciaram sobre as denúncias de altos preços afirmando terem “perdido no negócio”, o denunciador escreve: “Pois haverá por aí quem possa acreditar que os milionários senhores sejam tão *amigos* do povo baiano até o ponto de perderem seu rico dinheirinho somente pelo amor à máxima cristã de – quem dá aos pobres empresta a Deus?!” (*O Trabalho*, 1892, p.3).

Embora esse impresso esteja datado do dia 06 de março de 1892, o texto está assinado na data de 29 de fevereiro. Trata-se de um texto escrito cinco dias depois do *Jornal de Notícias* ter circulado a seguinte notícia: “Por ter encontrado o fiscal da freguesia de S. Pedro sessenta e tantos quilos de carne em mau estado em um açougue dos Srs. Cafezeiro & Gordilho, foi-lhes

imposta a multa de 30\$000, sendo remetida a carne a intendência municipal para dar-lhes destino” (*Jornal de Notícias*, 1892, p.2).

O periódico também apresentou seu apoio a uma candidatura para o governo do estado.

Em virtude de haver recusado, formalmente, o honrado cidadão, Dr. José Antonio Saraiva, de aceitar o cargo de governador d’este Estado, conforme a combinação dos deputados federais pela Bahia, apresentamos candidato ao alto cargo de governador d’este Estado, á próxima eleição de 20 de março vindouro, o distinto e prestimoso cidadão, Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, um dos poucos baianos, que na quadra difícil que atravessamos se recomenda a estima pública (*O Trabalho*, 1892, p.3).

Joaquim Lima foi um antigo político que, no Império, ocupou o cargo de Deputado Provincial pelo Partido Liberal. Depois, ocupou o cargo de Senador Estadual. Desse processo eleitoral, Rodrigues Lima saiu vitorioso e em maio daquele ano, com o regime republicano já instaurado, ocupou o cargo de governador da Bahia (ABREU, 2010). Esse fato reitera a tese de Aldrin Castellucci de que os operários mantiveram relações com antigas figuras políticas.

A notícia “de que no congresso federal cogita-se de levar a efeito a aspiração nacional, por tão longo tempo sopitada, da nacionalização do comércio a retalho” foi motivo de provocar esperança ao autor do texto. Dessa forma, o desconhecido autor afirmava que ter conhecimento disso “assoberba-nos por tal forma que, não nos podemos vencer de externar nossos ardentes votos para que em pouco se traduza ela em lei” (*O Trabalho*, 1892, p.3). Ao que tudo indica, os trabalhadores baianos estavam se posicionando diante de uma proposta de lei em torno desta temática que estava sendo discutida no âmbito do Congresso Federal. O argumento que fundamentava o apoio a tal medida deve que

Sendo o comércio um dos elementos mais poderosos do engrandecimento de uma nação porque por meio das trocas torna conhecida a sua produção, concorre para o aperfeiçoamento dela, incita a cultura de novas espécies, cria e desenvolve a indústria, deve ser ele essencialmente nacional em suas relações de detalhe com a população (*O Trabalho*, 1892, p.3).

Camara (2012), priorizando seus estudos na província de Pernambuco entre as décadas de 1830 e 1870, identificou os movimentos antilusitano e pela nacionalização do comércio presentes nas bancadas de diferentes grupos políticos. Ao que parece, o redator do artigo aproximava-se dessa posição:

Desde porém, que preondere o elemento estrangeiro, tornam-se negativos os seus benefícios efeito; ao engrandecimento nacional substitui-se o egoísmo; á lisura e consequente regular interesse nos negócios sucede a ganância, o embuste com seu negro cortejo de tricas, no intuito de auferir-se rápida fortuna, para ir-se gozá-la na terra natal: explora-se assim por todos os meios a população, criam-se aos naturais toda sorte de óbices a surdina para, desgastando-se-os, afastá-los de tão útil e vantajosa carreira (*O Trabalho*, 1892, p.3).

A questão do trabalhador estrangeiro era uma problemática dentro do contexto da sociedade mercantil. Investir na produção nacional incluía investir na mão de obra formada por egressos da escravidão. O ideal do embranquecimento, em voga nesse período, recusava a mão de obra negra em prol do imigrante europeu. Adotar trabalhadores europeus era uma forma de aproximar-se daquilo que a elite brasileira entendia como possível para o alcance do “progresso” (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p.183). Ao apoiar o projeto de nacionalização do comércio a retalho, o autor desse texto arremata seu posicionamento da seguinte forma:

É nossa convicção profunda, pelo conhecimento que temos desses assuntos, pela longa prática de negócios comerciais, que o nosso atraso agrícola e industrial, os nossos embaraços financeiros, nossa dependência do estrangeiro ao invés de reciprocidade, de interesses com eles manter, origina-se desse *desideratum* (*O Trabalho*, 1892, p.3).

Portanto, havia uma aspiração entre os trabalhadores livres e operários de que o investimento na indústria nacional traria desenvolvimento e benefícios para a categoria. Posicionar-se favoravelmente ao “engrandecimento” da nação, significaria investir na população local.

Observamos que alguns textos foram assinados tendo como inspirações nomes da Revolução Francesa, utilizados como pseudônimos²⁷. Assim como o contato com a cultura francesa se fazem presentes nas páginas que tivemos acesso.

As “proezas admiráveis” do francês Marquês de Vauban²⁸ foram divulgadas por esse periódico. Trata-se de uma transcrição de um fragmento do segundo capítulo, *Os Grandes Engenheiros*, do livro *Os Heroes do Trabalho*, de Gastão de Tissandier, de 1887 na edição em português²⁹. O engenheiro francês é citado como “de primeira ordem” e suas habilidades foram enaltecidas já que “estudou a defesa e o ataque das praças com uma tal profundidade de vistas” e “que aos seus sucessores coube somente o aperfeiçoamento da sua obra”, além das suas “invenções utilíssimas na arte das fortificações” (Folhetim, *O Trabalho*, 1892, p.2)³⁰.

A tradução para a língua portuguesa do livro de Tissandier, “um manual prático d’educação moral”, foi publicada em 1887, contando já com acréscimos de biografias de “exemplos colhidos na própria história pátria”. Segundo autor da nota, foram necessárias 120

²⁷ Como o uso do *Desmoulins*, por exemplo. Camille Desmoulins, um advogado que participou da Revolução Francesa ao lado de, entre outros, Robespierre.

²⁸ Sébastien Le Prestre de Vauban (1633 – 1707) foi um arquiteto militar francês.

²⁹ Gaston Tissandier (1843-1889) foi um cientista francês e, além dessa obra, escreveu *Os Martyres da Ciência* (1876). É possível encontrar divulgação dessas duas obras nos impressos do território nacional, conforme averiguado na Hemeroteca Digital.

³⁰ Há uma indicação de continuidade no fim do texto. Acredito que o espaço seria utilizado para divulgar outras personalidades citadas nessa mesma obra.

páginas a mais para adicionar um material sobre 48 portugueses e brasileiros, “homens de primeira celebridade”. O impresso, supomos, tentou corresponder às expectativas do tradutor português desse livro que desejava que “a leitura desta bíblia de trabalho se difunda e ajude a propagar o espírito d’ação, que tanto aparece falecer neste país” (JORGE, 1887, nota).

O engenheiro francês biografado no fragmento em questão, Vauban, era um prisioneiro que teve seu “talento pressentido” e, assim, recebeu o cargo de tenente. Segundo o texto, Vauban “estimulado por esta prova de simpatia”, passou a se dedicar à matemática e ao militarismo, quando formou-se engenheiro (Folhetim, *O Trabalho*, 1892, p.2). Talvez, a seleção desse texto contribuía para um debate acerca da demanda por acesso a educação por trabalhadores livres. O texto dá a entender que os talentos do francês foram bem aproveitados a partir do momento que foram reconhecidos e estimulados por alguém hierarquicamente superior que poderia oportunizar seu acesso ao conhecimento científico.

Outro ponto interessante de observar é que pequenas biografias ocupam boa parte dos demais escritos produzidos por Manuel Querino ao longo de sua trajetória. Desses sujeitos biografados, a maioria são baianos, brancos e não-brancos. Sabrina Gledhill (2015) apontou como o uso de biografias foi uma das estratégias utilizadas por Manuel Querino para o enfrentamento das teorias raciais em voga. De nosso ponto de vista, pensamos que também fornecem exemplos, pequenas lições, na perspectiva da transmissão de experiências feitas pelo narrador benjaminiano (BENJAMIN, 1987).

A demanda por educação esteve presente nos debates políticos e foi pauta entre os operários envolvidos na luta por cidadania nesse período. Quando esse impresso circulava, a lei que decretava o fim da escravidão no país já vigorava há quatro anos. É um assunto latente no período e que, ao integrar ao corpo da redação, aponta que também esteve na preocupação dos trabalhadores livres sobre a inserção social dos egressos da escravidão. À página dois do jornal, identificamos fragmentos de um “memorial que essa reunião enviou ao Congresso” (*O Trabalho*, 1892, p.2). Possivelmente, a reunião mencionada deve ter ocorrido entre os membros do grupo dissidente do Partido Operário, a União Operária Bahia, da qual Manuel Querino fazia parte. Nesse período, os grupos rivais já tinham oficializado a desintegração e as reuniões ocorriam separadamente. Cabe ao questionamento aqui de qual congresso se tratava: seria o Congresso Operário Brasileiro, ocorrido Rio de Janeiro, do qual Querino fez parte do comitê representante em 1890? Ou seria um material produzido vislumbrando participar do Congresso

Operário Nacional nos dias de 1º de agosto a 5 de setembro de 1892, também no Rio de Janeiro?³¹ Pela data da publicação parece ser o segundo.

O memorial³², que compõem a seção do periódico intitulada “Educação dos Libertos”, traz algumas informações relevantes. Entre os pontos apresentados, o redator considerou relevante sinalizar o seguinte “parágrafo notável”:

Que, desde que as leis dos diversos estados, por nós representados, não discriminam, nem em favor, nem contra os meninos de qualquer classe de cidadãos, e desde que os que se acham encarregados da execução dessas leis procuram sempre levá-las a efeitos, com toda imparcialidade, assim também nós nos comprometemos a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que, se o governo nacional nos conceder fundos para nos habilitar a espalhar às classes de cidadãos tenham parte igual nesses benefícios. (*O Trabalho*, 1892, p.2)

O grupo de trabalhadores livres baiano defendia que “todo homem tem direito de votar”. E, para que isso se efetivasse, o texto pontuava a “instrução das massas populares” como mecanismo importante para manter “a segurança das instituições republicanas”. Democratizar o acesso à educação garantiria o novo regime.

Tendo em vistas as relações trocadas com os operários do Rio de Janeiro, o autor do texto construía uma representação dos investimentos em educação no eixo sul-sudeste.

O que é mais digno de reparo neste memorial é o fato de reconhecer o dever da parte dos estados, de conceder a todos os meninos, sejam brancos ou negros, os benefícios da instrução escolar. E é nossa firme convicção, baseada nos exames dos relatórios anuais da Repartição Nacional da Educação dos Libertos de que em geral os sulistas que mais fazem em favor da educação, e que na prática têm concedido aos negros tudo o que a esse respeito os meios a seu dispor lhes permitiam conceder (*O Trabalho*, 1892, p.2).

Ao fazer uma comparação com o tratamento dado à instrução pública, o memorial nos dá indícios de reivindicação da presença do Estado nas ofertas de educação, priorizando a democratização do acesso independente da “raça”³³. Era preciso difundir os “benefícios da instrução escolar”, e isso incluía também os trabalhadores livres e operários. Para isso, organizaram modos de que pudessem acessar a educação. É o que sugere a divulgação de um curso noturno de “primeiras e segundas letras para os artistas e operários” ofertado pelo

³¹ Também ficou conhecido como Primeiro Congresso Socialista Brasileiro. Castellucci (2008) aponta para a importância desse evento organizado pelo grupo do Partido Operário do Rio de Janeiro encabeçado por França e Luiz, uma vez que, na tentativa de unir o operariado numa base nacional, criou-se o Partido Operário do Brasil. Embora esse evento não recebesse a devida atenção, o documento originário nesse contexto apresentou 41 pontos que o autor considera relevantes para pensar questões políticas para o operário. Entre os pontos elencados pela organização, inclui-se a defesa pelos direitos civis e políticos da mulher. Sobre o movimento operário na Primeira República, ver também BATALHA, 2000.

³² O texto estava em sua sexta parte, o que indica que existia uma seção fixa sobre essa temática e que vinha ocorrendo em números anteriores. Há, no final do artigo, uma indicação de uma intenção em continuar a publicação em futuros fascículos do periódico.

³³ Para saber sobre a educação no período que sucedeu à abolição na Bahia, ver CALVACANTE, 2015.

Professor Damião da Hora³⁴ em sua residência, no Largo do Tororó Grande (*O Trabalho*, 1892, p.3).

As escolas noturnas para trabalhadores livres proliferaram nas três últimas décadas do século XIX, conforme nos informa Cerqueira (2017). No caso baiano, foco de seus estudos, o autor identificou a educação dos trabalhadores, em sua maioria sujeitos negros egressos da escravidão ou nascidos livres, como pauta das autoridades da província baiana, fomentada, sobretudo, pela reforma educacional de 1870. Nos anos subsequentes a reforma, a diretoria da Instrução Pública recebeu muitas cartas de “correspondência de professores públicos e cidadãos particulares para a diretoria da Instrução Pública solicitando a abertura dessas escolas em várias regiões da Bahia” (CERQUEIRA, 2017, p.40). O autor ainda acrescenta que, desde o decreto de 1827, o poder público compartilhava a responsabilidade da educação com os cidadãos particulares. Leal (2009), em suas pesquisas, identificou um abaixo-assinado, de 15/05/1872, com 173 assinaturas, todos eles matriculados nos cursos noturnos, com um texto afirmando ter conhecimento de discussão de certa lei que avaliava extinguir as aulas noturnas e posicionando-se contrariamente (LEAL, 2009, p.86). Ou seja, havia uma movimentação política em torno dos cursos noturnos destinados aos trabalhadores, mas também percebemos ações realizadas por esses sujeitos a fim de acessar a educação.

Um ano após essa reforma na província da Bahia, o jovem operário Manuel Querino participava da primeira turma de aulas noturnas no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Também iniciou seus estudos no Colégio Vinte e Cinco de Março, no qual estudava português e francês (LEAL, 2009). Portanto, Manuel Raymundo Querino vivenciou a realidade de ser operário e aluno frequentador dos cursos noturnos quando tinha por volta de seus vinte anos de idade. Isso nos leva a compreender que, assim como para Querino, os demais operários e trabalhadores livres também compartilhavam do significado do acesso a educação. Desse modo, a pauta do periódico também incluía o incentivo e difusão da educação entre os operários e trabalhadores livres, incluindo iniciativas tomadas pelo próprio grupo.

Os impressos, nesse período, tornaram-se veículo de divulgação de anúncios³⁵. Segundo Ana Luiza Martins (2012), as assinaturas ajudavam a sustentar os jornais, mas não eram

³⁴ Damião da Hora também foi professor do Educandário Benjamin Constant. Em agosto de 1898, os periódicos *Cidade do Salvador* e *Jornal de Notícias* noticiavam o convite ao festival no Liceu de Artes e Ofícios a favor da instituição (Cidade do Salvador, 1898; Jornal de Notícias, 1898), o que abre a possibilidade para pensarmos as relações de cordialidade entre os sujeitos envolvidos entre as duas instituições.

³⁵ Com um total de 93 trabalhadores livres, o quadro (apêndice 3) envolve um número de trabalhadores em diversas áreas de serviço: alfaiates (11) – dos quais oito possuem oficinas –, pedreiros (11) – dos quais seis dispuseram-se a trabalhar em construção civil e dois “encarrega-se de trabalhos da sua arte”, carapinas (8) – dois quais dois dispuseram-se a trabalhar em obras de construção civil, pintores (7) – sendo um deles com oficina –, ferreiros (5) – sendo um com oficina –, professores (4) – dos quais, um de primeiras letras, dois de

suficientes. Na última página do periódico, há uma sessão especial para anúncios. Convém destacar que este fato faz parte de uma demanda de uma sociedade mercantil que se ampliava, ou seja, a sociedade ingressava num modelo econômico baseada na oferta e procura de serviços diversos. Desde a década de 1820, a imprensa configurou-se num contexto propício a contribuir na formação de um mercado de trabalho livre (MARTINS, LUCA, 2012).

Destas ocupações, alguns exerciam mais de uma. Quanto ao gênero desses trabalhadores, do total, é possível identificar uma mulher oferecendo seus serviços de costureira e “modista”. Ao analisarmos os ofícios³⁶, verificamos a participação de sujeitos pertencentes a diversos grupos sociais, desde os que exercem o trabalho manual – como quem “conserta máquinas de costura” – quanto profissionais liberais – no caso, professores e advogados.

O único “artista” identificado trata-se do próprio Manuel Querino. Não há nenhuma outra referência das suas ocupações a que é habilitado – desenhista e professor. O título de artista vem acompanhado de sua referência acadêmica – a Academia de Belas Artes. A sua relação com a Academia de Belas Artes baiana iniciara-se ainda quando estudante do Liceu de Artes e Ofícios. Nesse período, Manuel Querino estava construindo relações com o seu professor, o pintor espanhol Miguel Navarro y Cãnzares, enquanto este concebia e projetava a construção da instituição que viria a ser a Academia de Belas Artes. Essas relações deram frutos e, em 1877, Manuel Querino participava da construção desta instituição, para qual prestou seus serviços de pintor do prédio que daria funcionamento à Academia de Belas Artes. Quando foi no ano de 1882, Manuel diplomara-se desenhista nesta mesma instituição. Ainda nesta Academia, concorreu a uma segunda titulação, a de arquiteto, mas não conseguiu obter o diploma. Ele cursou todas as disciplinas necessárias, exceto uma, a qual não havia professor habilitado para tal (LEAL, 2009).

O fascículo de *O Trabalho* veiculava em suas primeiras páginas textos sobre arquitetura e história da arte, no entanto, não assinados. Entretanto, acreditamos que podem ter sido escritos por Manuel Querino. Em seus escritos, publicados nos anos posteriores, encontramos uma série de informações sobre esses temas, demonstrando seus conhecimentos adquiridos, como nos

matemática e um de piano –, médicos (4), sapateiros (3), cabelereiros (3), marmoristas (3), marceneiros (3), retratistas (3), encanadores (2), oculistas (2), advogados (2), entalhadores (2), funileiros (2), artista (1), chapeleiro (1), litógrafo (1), gravador (1), desenhista (1), serralheiro mecânico (1), carreiro (1), ferrador (1), cenógrafo (1), operador (1), parteiro (1), relojero (1), escultor (1), impressor (1), dourado (1), farmacêutico (1), costureira (1) e modista (1); alguns serviços oferecidos como, “afina e conserta pianos” (1), “conserta máquinas de costura” (1), “armador com loja de decorações fúnebres e de gala” (1), “encamurça e limpa instrumentos de metal e de madeira, encoura bombo, caixa e tímpano” (1), “pintura e decorações de casa” (1); além de alguns proprietários como donos de farmácia (2), dono de laboratório de química (1), empreiteiro de obras (1) e fabricante de carros e bondes (1); sem informação sobre ocupação (1).

³⁶ Ver apêndice 3.

artigos publicados na Revista do IHGB e em seus livros, *As Artes na Bahia* e na introdução de *Os Artistas Bahianos*.

Observamos nesse capítulo a discussão em torno da preservação das fontes. Tomando o único exemplar disponível do periódico *O Trabalho* como fonte, identificamos as seguintes questões: Manuel Querino engajou-se ativamente nas pautas trabalhistas e nas questões de reformas sociais inclusivas; ele não só participou das forças que fundaram o Partido Operário baiano, mas também protagonizou os embates políticos no interior deste partido; a imprensa pode ter sido um espaço para adquirir sua *Erfahrung* (experiência coletiva); Manuel Querino vivenciou os anseios e as questões dos trabalhadores livres e operários desse período, o que contribuiu para forjar um conjunto de ideias e pensamentos sobre sociedade, costumes e valores. A sua experiência foi constituída por quem vivenciou na pele a condição de ser negro nessa sociedade, de ser trabalhador livre e de quem se engajou nas lutas sociais de trabalhadores livres, negros e operários.

A partir da análise dos textos *A Bahia de Outr'ora*(1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916), o capítulo seguinte discute as ideias de Manuel Querino sobre experiência e formação, tradição e modernidade.

2 O POVO BAIANO E OS SABERES: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NA SOCIEDADE BAIANA

[...] O Brasil possui duas grandes grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço

Querino, 1918, p.157

Manuel Querino adquiriu sua experiência e formação através de sua participação nos debates públicos, no engajamento em coletivos e em sua trajetória acadêmica. Nesse capítulo, apresentaremos algumas de suas ideias acerca da educação, incluindo a educação adquirida nos espaços institucionais. Para Manuel Querino, a democratização do acesso à educação precisava ser garantida. Defender a educação para todos foi o reflexo daquilo que viveu, baseado em sua própria experiência de vida. Assim, nesse capítulo, procuramos observar nos textos *A Bahia de Outr'ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916), de que maneira Querino procurou intercambiar experiências, transmitir suas próprias por meio de narrativas, memórias e estudos.

2.1 “O Gosto das Letras e das Boas-Artes”: Operários, Trabalhadores Livres e o Saber

“A camada popular de tempos idos possuía em alta dose o gosto das letras e das boas-artes: o hábito da imitação dos bons exemplos, embora modestamente.” – assim iniciara o texto que intitulou *Oradores do Povo*. Em seu texto, o professor, que também fora político, compreendeu os “debates do corpo legislativo provincial” como “tenda de aprendizagem dos oradores do povo”. Desse modo, apresentou uma compreensão desses espaços a partir do que observou:

Vocábulos e frases empregadas pelos deputados, a gesticulação, as figuras oratórias, a entonação de voz, tudo, enfim, procurava-se imitar. De modo que o indivíduo sem instrução desenvolvia-se praticamente, sem se encontrar em dificuldades ao dar uma opinião, fazer brinde ou cumprimentar uma personagem (QUERINO, 1946, p. 208).

Entre os “homens do povo” que se destacaram, salientou a “notória” performance de Marcelino, “oficial do sapateiro, analfabeto, porém, bastante inteligente, perspicaz e de memória surpreendente”. Sobre o sapateiro, Querino escreveu:

Recitava de cor sermões, quase na íntegra, dos mais famosos oradores sacros do tempo, imitando-lhes a graça a gesticulação e atitudes do corpo. O sapateiro Marcelino, tornava-se melhor apreciado quando abordava outro assunto. Não era ele

um simples decorador, não; possuía ideias originais, manejava a frase com acerto, conversando ou discutindo (QUERINO, 1946, p.208).

Querino mencionou um caso em que um estudante de Doutorado em Medicina leu para Marcelino a sua tese. Dias depois, em conversa ainda sobre o trabalho acadêmico, o estudante voltou a citar trechos de seu escrito, quando fez confusão com a citação de um autor inglês. Querino finalizou a história: “Pois bem: Marcelino salientou o engano, corrigindo-o e recitou passagens outras da tese como se a estivesse lendo” (QUERINO, 1946, p.209).

Marcelino fora “entusiasta” do fr. Raimundo Nunato da Madre de Deus Pontes, que esteve entre “os bons pregadores de seu tempo” e “alcançou a primazia, pela eloquência, pela elevação de conceitos e pela força de raciocínios convincentes” (QUERINO, 1946, p.210). O professor negro relata-nos que teve seu contato com Marcelino quando o ouviu recitar um trecho do sermão do franciscano Raimundo em uma festa do Padroeiro realizado no Convento de São Francisco. Recordara-se desse sapateiro e dedicou parte de seus escritos para dar-lhe destaque:

Bem poucos se recordarão, hoje, do velho sapateiro, cuja memória prodigiosa causava verdadeira admiração. Quem com ele conversava por algum tempo tinha logo a ideia de que não tratava com analfabeto, e, no entanto, Marcelino não sabia ler. Toda a ilustração do seu espírito era de oitava; e tão bem usava dela, sem afetação, que facilmente iludia (QUERINO, 1946, p. 210).

Parece-nos que ao narrar a história do sapateiro Marcelino, Querino destaca um entrelaçamento entre *Erfahrung*, sua experiência conquistada no coletivo e a aquisição de determinadas habilidades e conhecimentos valorizados pelo conhecimento científico. Sobre aquisição de habilidades adquiridas no cotidiano, Wissenbach (2002) identificou algo semelhante entre escravos, libertos e trabalhadores livres que desempenhavam trabalho autônomo nas cidades. Esses sujeitos viam-se obrigados a compreender minimamente a leitura e a escrita para pertencer ao mercado de trabalho. Aqueles que apresentavam maior destreza com essas habilidades e domínio do ofício recebiam mais pelos seus serviços. Desse modo, a autora demonstrou como o espaço urbano propiciava diversas possibilidades educativas. É o espaço urbano que Manuel Querino e seus pares circularam, se expondo a diversas possibilidades de experiências educativas, que extrapolou àquela proporcionada pela instituição escolar.

Para além de Marcelino, Querino também salientou outros “oradores populares de outros tempos” que, no seu ponto de vista, destacaram-se pelas suas habilidades. É o caso do operário Roque Jacinto da Cruz. Tendo circulado no distrito de São Pedro, o operário arrastou um número significativo de eleitores aos comícios do Partido Liberal com “a sua palavra

eloquente, fácil e correntia”. Destacou também sua iniciativa em promover “diversas sessões fúnebres de homenagens a homens de alto saber ou de renome, filiados às ideias liberais”, dentre os quais, Visconde do Rio Branco e Victor-Hugo, homens “dignos da consagração popular” (QUERINO, 1946, p.210).

Para aqueles que estiveram à “vivenda do tribuno popular”, Manuel Querino destacou a presença desde o Conselheiro Dantas até o mais “humilde cidadão”. Era um espaço em que um aglomerado de pessoas podia ouvir os comícios do Conselheiro Rui Barbosa e do Roque da Cruz, por exemplo. Nesse mesmo texto, deu um parecer sobre a República:

Incontestavelmente, o novo regime rasgou novos horizontes, aumentou a riqueza, o território, liquidou pendências seculares; mas, em compensação, deu-nos uma instrução pedantesca, extorquiou-nos a segurança individual, abateu-nos o caráter, elevou a intolerância a um princípio, e, o que é mais, destruiu a estabilidade das convicções, com o desrespeito a tudo (QUERINO, 1946, p.210).

Querino ainda relatou que o operário Roque da Cruz e o Cond’Eu trocaram cordialidades, em setembro de 1889, quando o nobre viajava pelo Nordeste do Brasil. Numa comitiva em que estavam presentes autoridades oficiais, em que arrastavam um número considerável da população, o Cond’Eu foi abordado pelo operário Roque da Cruz para comunicar-lhe da criação de um “batalhão patriótico”, na freguesia de São Pedro, em comemoração a “data gloriosa” de Dois de Julho de 1823 que recebeu seu “augusto” nome como homenagem. Também lhe ofereceu uma capela “que serviu na bandeira do dito batalhão”. Todo o texto de Roque da Cruz recitado a Cond’Eu foi pelo nobre elogiado, segundo Manuel Querino. O elogio é apresentado como reconhecimento desse operário por sua oratória e habilidades artísticas.

Querino destacou “o talento do mestiço” frente às diversas situações em que operários e trabalhadores livres puderam apresentar suas habilidades, o que nos remete para a própria história de Querino. Seus talentos foram destacados ao longo de sua trajetória acadêmica. Manuel Raymundo Querino recebeu premiações, títulos e medalhas nos seus anos de formação por via institucional (LEAL, 2009, GLEDHILL, 2014). Pela sua ótica, era seu talento sendo reconhecido e aprimorado pela instituição escolar.

O discurso produzido pelas teorias raciais de que o negro era imbecilizado frente aos brancos caía por terra ao apresentar os saberes e o gosto pelas letras desses sujeitos. Há uma reivindicação presente na obra de Manuel Querino quanto a democratização do ensino. Essa democratização passa pela questão da raça. Para ele, “somente a falta de instrução destruiu o valor do africano”. E, mesmo ao escravizado sendo vetado o acesso a escolarização, “a observação há demonstrado que entre nós, os descendentes da raça negra têm ocupado posições

de alto relevo, em todos os ramos do saber humano, reafirmando a sua honorabilidade individual na observância das mais acrisoladas virtudes” (QUERINO, 1988, p. 23).

Se um sujeito que não havia frequentado a escola possuía certos saberes e habilidades, que potenciais poderia se desenvolver se o acesso à instrução a ele não tivesse sido negado? E com esses potenciais ampliados, de que modo esses sujeitos poderiam contribuir para o desenvolvimento da nação?

Os projetos de educação, durante o período imperial, pertenciam a um projeto maior, a de construção do Estado Nacional. Segundo Ilmar Mattos (2004), desde meados do século XIX, a educação pública, relacionada à formação da nacionalidade, foi acionada pelo Estado para hierarquizar e distinguir a sociedade entre o povo (cidadãos ativos), a plebe (cidadãos inativos) e o Estado. Isso foi possível observar nas reformas que ocorreram nesse período. Em 1854, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte estabeleceu restrições ao acesso desses segmentos da educação. Esse regulamento definia que somente a população livre poderia acessar as escolas públicas, ficando de fora os cativos. Com isso, a legislação em torno da instrução demarcava a hierarquia social em que escravos eram subordinados aos homens livres (MARTINEZ, 1997).

Na Corte Imperial, nas décadas de 1870 e 1880, construir a Instrução Pública era essencial na formação do estado. Nesse período, a instrução foi tema de calorosos debates, em diversos setores da sociedade, assim como os projetos em torno dela expressavam diferentes concepções políticas (MARTINEZ, 1997). O Estado não detinha os debates e as ações em torno da educação. Diversos setores da sociedade empreendiam ações educativas em prol da população. A sociedade fazia sua leitura em torno da educação, muitas vezes, dialogando com os ideais de progresso, civilização e nação que pairava sobre o período (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Convém mencionar como debate em torno da educação ocorreu também em consonância com os debates acerca dos rumos da escravização. Em 1871, a Lei do Ventre Livre levantou um debate sobre o destino das crianças negras, os ingênuos. O governo imperial determinara que a educação dessas crianças, com idade até oito anos, estaria sob a responsabilidade dos senhores de escravos. Ainda conforme o texto da lei, os ingênuos abandonados deveriam ser encaminhados para instituições estatais, com a oferta de educação primária e de aprendizagem de ofícios (SOUZA, OLIVEIRA, DANTAS, 2012). Essa mudança legal fez parte de um contexto maior de debate sobre a trajetória dos egressos da escravidão. No entanto, essa sociedade pouco realizou em termos de reformas sociais e políticas de inclusão destes sujeitos.

Marcus Vinicius Fonseca (2009) destaca que a legislação vigente no período imperial vetava a frequência de escravos nas escolas custeadas pelo poder público. Entretanto, a legislação nada afirmava sobre as escolas particulares. Desse modo, em seus estudos sobre as escolas mineiras desse período, o autor identifica uma série de registros de alunos cativos em instituições diversas, até mesmo em escolas públicas. Assim, ao notar o registro desses escravizados frequentando escolas públicas, o autor chama a atenção para até que ponto a legislação era executada efetivamente, deixando brechas para pensarmos a possibilidade de experiências de escravizados inseridos nos espaços institucionais de educação. O autor chama a atenção que, nessa perspectiva, os negros são considerados como sujeitos sociais que adotaram suas estratégias de acesso a esses espaços dentro das suas condições que lhe permitiram e não como seres que foram totalmente negligenciados da experiência escolar pela interdição legal³⁷.

Na Bahia, conforme Miguel Conceição (2007), iniciativas em prol da alfabetização de negros, pretos e pardos foram tomadas. Os problemas, segundo o autor, não estavam distantes daqueles experimentados em outras províncias. Nessa linha, Ione Souza (2013) observou diversos grupos sociais e de cor frequentando as escolas públicas baianas no segundo quartel do século XIX. Segundo a autora, esses sujeitos compreendiam a educação, ofertada no contexto de política pública, como importante para práticas sociais e suas representações, uma vez que a experiência escolar afetava a vida desses sujeitos. Ao recorrer às instituições escolares, os saberes nelas adquiridas permitiam que optassem por atividades laborais com maior prestígio e maior remuneração, uma vez que passavam a ler, a escrever e a contar.

Ao apresentarmos essas experiências educacionais, objetivamos pensar o contexto educacional com o qual Manuel Querino debatia. O escritor negro, ao fazer sua defesa pela educação, está se articulando com o debate que já estava sendo travado desde o século XIX. Entretanto, o novo regime não trouxe melhorias para os egressos da escravidão e nem garantiu amplamente o acesso dos negros à educação. A situação dos negros foi de abandono pelas autoridades republicanas. Sobretudo os escravizados que, após a Lei Áurea, não receberam a atenção devida do Estado (GONÇALVES, 2000).

As menções ao sapateiro Marcelino e ao operário Roque da Cruz ocorreram no texto da escrita de *A Bahia de Outr'ora*, publicado após a instauração da República, como já citado. Isso nos leva a pensar que, ao transmitir essas experiências, Manuel Querino construía uma narrativa a favor da educação, destacando as potencialidades do povo. A memória é a matéria da

³⁷ Por muito tempo, negros e escravos foram sinônimos durante um bom tempo pela historiografia, inclusive nos primeiros manuais de História da Educação.

experiência (Benjamin, 1987). Em uma sociedade em que se inventavam novas tradições para distanciar-se do antigo regime, a obra de Querino parece unir um saber escolarizado formado por conceitos e erudição à sua aquisição por meio da oralidade, das conversas e da transmissão da experiência.

Desse modo, desconstruía a ideia do negro enquanto “problema”, conforme defendeu Nina Rodrigues, articulado com as teorias raciais no Brasil (. O negro era visto como um dos entraves para o desenvolvimento do país, do avanço do progresso e da civilização. Manuel Querino empreende uma narratividade que derruba isso apontando para as habilidades desse povo. É esse povo que move essa cidade.

2.2 Mulheres Nas Páginas de Manuel Querino

Neste item, buscamos avaliar a questão de gênero nesses textos de Manuel Raymundo Querino (1851-1923). Observamos, nos seus impressos, omissões quanto às mulheres. O escritor tem um histórico de defesa por excluídos nos projetos nacionais. Entretanto, é uma militância que não destaca o papel e protagonismo de mulheres. A partir das postulações de Angela Davis (2016), que reivindica uma análise historiográfica que atravesse as noções de raça, classe e gênero, objetivamos perscrutar esse silêncio.

Manuel Querino empreendeu publicações de livros e artigos no início do século XX – catorze anos depois da instauração da República – que são consideradas como pioneiras nos registros de cultura local e de matriz africana. Quando Querino iniciou essa produção, o autor tinha 51 anos de idade e já possuía uma vivência de engajamento político desde o período imperial, no qual esteve articulado com o operariado baiano e com os grupos abolicionistas e republicanos. Não esteve só entre os trabalhadores livres. Manuel Querino também construiu relações com membros da elite branca imperial, como seu tutor Dr. Manoel Correia Garcia e seu conselheiro político Dr. Manoel de Souza Dantas.

Em sua produção escrita, encontram-se várias menções a sujeitos, não só os que viveram entre o século XIX e o início do século XX, mas aqueles que tiveram a sua vida lembrada pelas tradições orais. Atentamos para a forma como esses sujeitos aparecem na obra de Manuel Querino: 1) em uma junção de biografias de sujeitos organizados em livros; 2) em menções a diferentes sujeitos espalhadas em seu material escrito.

Quanto ao primeiro grupo, essas biografias são apresentadas como em um dicionário biobibliográfico, como o de Sacramento Blake (1895; 1898), por exemplo. Os sujeitos são relatados com suas trajetórias acadêmica e profissional, assim como seus feitos importantes são

destacados e também, em alguns casos, as publicações literárias. Essas biografias, em sua maioria, estão reunidas nos livros *Artistas Bahianos* e *As Artes na Bahia*, mas também é possível encontrar biografias em artigos publicados na Revista do IHGBA. No segundo grupo estão os sujeitos mencionados em outro formato. Em *A Bahia de Outr'ora*, *O Colono Preto como Factor de Civilização Brasileira*, *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* e *A Arte Culinária na Bahia* são identificadas referências a sujeitos em diversos momentos. São, portanto, textos com diferentes funções, escritos para públicos e espaços diferenciados.

Manuel Querino ficou conhecido no meio acadêmico como um colecionador da cultura de matriz africana a partir da década de 1930, quando iniciara um entusiasmo em torno dos estudos sobre a cultura nacional, e circulou a ideia de que teria sido um preservador da memória de sujeitos negros. Entretanto, Marieta Alves, numa revisão em que faz da obra de Querino, identificou a cor de vários sujeitos e sinalizou a presença não só de negros, mas também de brancos³⁸. Manuel Querino não registrou a cor de muito de seus biografados, exercício que só realizou com menos de dez sujeitos³⁹. A ênfase na cor dos sujeitos que biografou foi um empreendimento que só realizou a partir de 1918, em suas novas produções e em reedições de obras já publicadas (NUNES, 2007). Para Nunes (2007), em suas primeiras obras era mais importante destacar a origem social desses sujeitos do que sua cor, pensamento revisto pouco anos depois quando passa a reforçar a cor dos sujeitos. Gledhill (2015) entende que as biografias de sujeitos negros foram utilizadas por Manuel Querino para combater as teorias de amparo científico que indicavam uma suposta inferioridade dos negros frente aos brancos⁴⁰. Tal estratégia também foi usada por outra liderança negra, o norte-americano Booker Washington.

Os registros são de sujeitos homens brancos e negros. A esses sujeitos, vários adjetivos foram atribuídos, entre eles, como homens “notáveis”. Não é possível identificar o registro de um perfil do gênero feminino.

Outro ponto é a naturalidade dos biografados. Recorrentemente, o fato de ser baiano é ressaltado, assim como suas capacidades intelectuais, produtivas e habilidades. Assim, os

³⁸ Essa revisão foi realizada num período de questionamento a produção de Manuel Querino realizado por intelectuais acadêmicos nos períodos de 1930 a 1970. Para saber mais, ver: LEAL, 2009; GLEDHILL, 2014; NUNES, 2007.

³⁹ Eliane Nunes (2007) exemplifica citando um fato: o manuscrito sobre o artista Chagas, o Cabra, que Manuel Querino utilizou para coletar informações apresenta a cor do sujeito. Entretanto, a biografia desse artista citado por Manuel Querino nas duas publicações de *Artistas Bahianos* (1909; 1911) não contém essa informação, que só vai aparecer em 1918, em *O Colono Preto como Factor de Civilização Brasileira*.

⁴⁰ Entre as décadas de 1870 a 1930, sobressaíram vários discursos científicos que visavam atribuir ao negro uma inferioridade frente ao branco. Esses discursos contribuíram para atualizar a hierarquia social através do corte de raça, uma vez que a sociedade ancorada na escravidão estava prestes a ruir. Para saber mais: SCHWARCZ, 1998; CARULA, 2012.

estrangeiros mencionados são utilizados para, por contraste, engrandecer os sujeitos baianos. E as mulheres baianas? Mais uma vez, nenhum nome é citado.

Tal ausência nos faz pensar em como essas omissões contribuíam para reproduzir a ideia de que determinados espaços sociais são destinados apenas aos homens. Teria havido mulheres artistas formando-se juntamente com Querino na Escola de Belas Artes? O mundo dos artistas, artesãos, artífices, operários e trabalhadores livres era majoritariamente masculino?

No impresso *O Trabalho* (1892)⁴¹, que teve o Manuel Raymundo Querino como redator, encontra-se uma mulher entre os 93 trabalhadores livres na página de anúncio de serviço. Emiliana Bazarzêto de Oliveira oferecia seus serviços de costureira e modista, cujo endereço era a Rua Porta dos Carmos, nº 42, que atualmente, se trata de uma das ruas do Pelourinho.

Um dos temas que Manuel Raymundo Querino marcou bastante em seus escritos foi sobre as guerras da Independência⁴² (1821-1824) e a do Paraguai (1864-1870). Manuel Querino mencionou diversos sujeitos que contribuíram nesses eventos.

Sobre a Guerra da Independência, no livro a *Bahia de Outr'ora* há três títulos dedicados a esse episódio⁴³. Alguns dos combatentes que protagonizaram importantes ações receberam um destaque. Nenhuma mulher é citada, nem mesmo as religiosas que prestavam assistência aos soldados. Onde estariam as Joanas, Quitérias e Felipas⁴⁴ nas memórias do Querino? O que

⁴¹ Só há um fascículo desse periódico presente nos dias atuais. É possível identifica-lo na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴² A Guerra da Independência foi muito importante para o povo baiano. No entanto, vários significados envolveram o fato histórico. Havia um projeto nacional, de interesse dos dirigentes nacionais, de libertar-se do domínio português. Porém, a situação de guerra aflorou o sentimento de liberdade de negros escravizados. A Bahia, que já vinha sendo cenário de várias revoltas escravas, nesse contexto observou a revolta de vários cativos contra seus senhores e, até mesmo, contra as tropas brasileiras. Com a expulsão das tropas portuguesas em dois de julho de 1823, este dia passou a ser comemorado anualmente, tentando-se, inclusive torna-lo feriado local. As reminiscências dessa guerra ecoaram no período da Guerra do Paraguai e, depois, nas comemorações da abolição. Para saber mais, ver REIS; SILVA, 1989; ALBUQUERQUE, 1999; KRAAY, 1999; TAVARES, 2005; KRAAY, 2012.

⁴³ Os títulos são: *Primórdios da Independência, Episódio da Independência I e Episódio da Independência II*.

⁴⁴ Joana Angélica (1761-1823) foi uma religiosa do Convento Nossa Senhora da Conceição da Lapa, no qual ingressou com 21 anos de idade. Joana Angélica é considerada mártir da Independência ao ser morta, aos 62 anos de idade. A religiosa tornou-se símbolo de resistência contra o autoritarismo português (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). O convento foi invadido sob a denúncia de que abrigava adversários. A mãe ganhou a cena quando, segundo relatos de sobreviventes, teria enfrentado os soldados, exigindo que saíssem e respeitassem a casa de Deus (SOUZA, 1936; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853), Ela fugiu de casa, cortou o cabelo e vestiu-se com a farda de seu cunhado partindo para o campo de batalha. Pertencendo ao regimento de artilharia, lutou ao lado das tropas brasileiras. O reconhecimento veio após a guerra. Maria Quitéria foi aclamada e viajou até ao Rio de Janeiro, onde recebeu cumprimentos do Imperador (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). Convém destacar ainda a participação de Maria Felipa de Oliveira, uma mulher baiana e negra. O que se sabe de Maria Felipa são baseados em relatos de tradição oral. Não sabemos sobre o ano de seu nascimento, mas faleceu em 4 de julho de 1873. Maria Felipa foi uma trabalhadora braçal, marisqueira e pescadora. Ela vivia na Ilha de Itaparica, litoral de Salvador e também lutou na Guerra da Independência participando de um grupo de combatentes que afundou aproximadamente dez navios portugueses nas águas da Bahia (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000; FARIAS, 2010).

se pode observar é o destaque da atuação de homens, brancos e negros, no processo de luta em terras baianas em busca da conquista da independência do país. Certamente, o autor era um homem de seu tempo.

A Guerra do Paraguai foi outro evento contemplado nos registros de Manuel Raymundo Querino. Ele não só listou alguns sujeitos que participaram da guerra, como também mencionou a participação de alguns no decorrer de sua obra. É o caso, por exemplo de dois capoeiristas citados no livro *A Bahia de Outr'ora*. Cezário Álvaro da Costa e Antônio Francisco de Melo, dois sujeitos negros, que contribuíram na Guerra do Paraguai. Álvaro da Costa aparece também em outro de texto de Manuel Querino, *Os Homens de Cor Preta da História* (1923). Esses homens foram citados em texto sobre a capoeira em que reforçava a contribuição da cultura de matriz africana e dos sujeitos negros para a construção da nação e do Estado. Entretanto, há mulheres presentes nos conflitos da Guerra do Paraguai. Uma delas é a enfermeira Ana Néri (1814 – 1880) que voluntariou-se para a guerra (RODRIGUES, 2001).

Em contraponto às biografias masculinas de Manuel Querino, localizo biografias de mulheres que poderiam ter sido mencionadas por atuações que se destacaram⁴⁵. No entanto, para analisar a atuação das mulheres de um modo que não fiquemos só priorizando as grandes narrativas e seus grandes feitos, podemos focalizar as questões sobre as mulheres nessas duas experiências de guerra em outro ângulo. Durante a guerra, o modelo de mulher mais interessante para o Estado e para os dirigentes homens seria aquela que dominasse as habilidades de corte e costura, de cuidados com a saúde dos combatentes, entre outros. Na historiografia, as mulheres aparecem participando dessas guerras costurando as roupas para os militares; elas precisavam compartilhar do sentimento patriótico para preparar seus filhos e enviá-los a guerra; eram as mulheres que assumiam as enfermarias (RODRIGUES, 2001). No pós-guerra, podemos avaliar seu o papel na reprodução, uma vez que eventos conflituosos como esses causam um devassamento demográfico. Ficaria, portanto, com as mulheres o papel da reprodução, o que levaria a reforçar um modelo de mulher que se dedicasse ao lar, ao marido e aos filhos (FEDERICI, 2017).

⁴⁵ Histórias, como a da primeira mulher brasileira a ser letrada no Brasil, não aparecem em seus escritos. Madalena Caramuru, seu nome, foi uma mulher indígena que viveu no século XVI num povoado em Salvador. Após casar-se com um português, Madalena, sem ter sido restringida pelo marido, ingressou no mundo das letras. Uma vez alfabetizada, utilizou o recurso da escrita para defender o processo de exploração que seu povo sofria. Ela teria escrito uma carta para o bispo de Salvador em que denunciava abusos às crianças e criticava os mercadores. Assim, ela foi a primeira mulher a usar a escrita para denunciar práticas desumanas contra os indígenas. E mais: ela foi a mulher que serviu de inspiração para a criação do primeiro projeto de educação da mulher no território brasileiro, o qual não foi para frente (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000; COSTA, 2005).

Soares (2005) investigou a atuação de mulheres em diferentes situações na cidade de Salvador no século XIX. A autora mostra como elas adotaram diferentes formas de resistência e luta num modelo de sociedade em que as mulheres negras eram muito mais oprimidas. Entre as citadas, a historiadora salienta a presença das mulheres negras ocupando os mercados no centro urbano, seja na condição de escravizada de ganho, seja na condição de livre ou liberta. A negra de ganho que ia para o centro urbano oferecer seus serviços – vendendo seus quitutes em tabuleiros ou oferecendo serviços de lavagem de roupa, por exemplo – tinha uma meta de dinheiro para entregar ao seu senhor. Entretanto, muitas vezes, essas mulheres lutavam para vender mais do que o combinado. O excedente que conquistavam, guardavam com o intuito de conquistar a alforria. Mas, como aponta ainda a autora, a mulher negra tinha a preocupação dobrada. Após conquistar a quantia necessária para libertar-se da condição escrava, a luta permanecia para libertar os filhos que ficavam sob a exploração. Portanto, essas mulheres buscaram alternativas e habilidades para fincar-se nos cantos do centro urbano. Às mulheres quituteiras, marcar seu território não foi tarefa fácil, uma vez que enfrentaram perseguições e fiscalizações por parte das autoridades policiais. A motivação da prisão de mulheres negras nesse período era causada por divergências com as autoridades municipais. Além de contornarem essas situações de conflito, essas mulheres negras estiveram expostas à violência masculina, seja em relações amorosas ou não (SOARES, 2005).

Quando publicou a sua produção escrita, entre 1903 e 1923, Manuel Querino estava mais atuante no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Esta instituição, que seguia os passos da filial do Rio de Janeiro, tinha o intuito de inserir a Bahia entre os dirigentes do projeto nacional que, no período, se articulavam com os costumes e valores estrangeiros. O Instituto também tinha a finalidade de mostrar para a sociedade a capacidade da cidade de Salvador, uma vez que já não lograva mais um patamar de prestígio social. A Bahia estava em processo economicamente desfavorável. Salvador já não ocupava mais a capital do país. Desse modo, os seus membros, letrados, desempenharam, entre outras, a tarefa de recuperar e enaltecer os baianos e a contribuição que deixaram para a história do país (SILVA, 2006). É nesse contexto que o material analisado, que valorizava histórias e memórias de sujeitos baianos, produzido por Manuel Querino está inserido. Uma produção de homens sobre homens, no que Querino não diferia da maior parte de seus companheiros de seu tempo.

Bernardino José de Souza, talvez uma exceção, diferenciou-se nesse sentido privilegiando a memória de mulheres em um de seus textos. Ele compôs a diretoria do IGHBA e foi amigo de Manuel Querino. Em 1936, Bernardino publicou o livro *Heroínas Bahianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria e Anna Nery*. Este trio recebeu do autor elogiosos comentários

sobre suas trajetórias e suas ações. Entretanto, vale chamar a atenção para o perfil dessas mulheres: brancas, com certo poder econômico e social e que compartilhavam, em certa medida, os valores e os comportamentos que se idealizavam para uma mulher.

2.3 Manuel Raymundo Querino, o “artista diplomado”: Marcas de Formação e de Cientificidade

Sabrina Gledhill (2014) conta que foi questionada, certa vez, se saberia os motivos pelos quais a biografia de Manuel Querino não estaria incluída no livro de Gilberto Freyre, *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. A fim de verificar a complexidade dessa ausência, a autora empreendeu estudos a fim de encontrar tais respostas, visto que, dentre os nomes citados, aparece o nome de outro estudioso baiano sobre a formação cultural da sociedade brasileira, Nina Rodrigues. Desse modo, a autora identificou uma série de críticas de acadêmicos à obra de Manuel Querino após sua morte o que contribuiu para colocar sua obra na sombra. Nessa empreitada, a pesquisadora salienta sobre a ausência da figura de Manuel Querino no Segundo Congresso Afro-brasileiro, realizado na Bahia, em 1937.

Pereira (2015) sustenta que Gilberto Freyre conheceu a obra de Manuel Querino. Para este autor, Freyre, inclusive, compartilhou da intenção de Querino de conferir ao africano o atributo de colonizador. Os anos finais da década de 1930 acompanharam o movimento realizado pela consolidação dos estudos sobre o negro no Brasil como campo científico. Nesse processo, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Édison Carneiro, entre outros, desempenharam um papel em legitimar o campo. Os pesquisadores, no entanto, deram validade científica aos materiais produzidos por Nina Rodrigues, médico pela Faculdade de Medicina. Ao Manuel Querino, mesmo atribuindo importância aos seus estudos, retiraram-no do quadro de cientista, sob a alegação de que sua produção não apresentava rigor metodológico.

Entre os pesquisadores da História da Arte, a produção de Manuel Querino também foi motivo de polêmica. Nas décadas de 1940 e 1950, estudiosos, como Marieta Alves⁴⁶ e Carlos Ott recorreram aos primeiros materiais produzidos sobre as Artes na Bahia, o que levou ao contato com os escritos de Manuel Querino, sobre *As Artes na Bahia* e *Artistas Baianos* –

⁴⁶ Marieta Alves (1892-1981) nasceu em Salvador e, em sua trajetória, enveredou-se para os estudos em História, como também atuou no magistério. Participou da imprensa, para qual colaborou escrevendo artigos para impressos e revistas, tanto na cidade soteropolitana quanto no Rio de Janeiro. A professora esteve vinculada ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia como sócia; também foi titular da cadeira n.22 do Instituto Genealógico da Bahia e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (DICIONÁRIO MULHERES DO BRASIL, 2000, p.112).

Indicações Biográficas. Carlos Ott alegou que Manuel Querino recorreu ao plágio em parte de seu material. A questão foi suscitada quando Ott identificou, em 1947, um documento anônimo intitulado “Noções sobre a procedência da arte da pintura na província da Bahia”. Segundo o historiador, Manuel Querino recorreu a esse documento, retirou vários trechos e não fez as devidas citações (NUNES, 2008; LEAL, 2009).

Manuel Querino sofreu críticas por Marieta Alves, Carlos Ott, Artur Ramos, José do Padro Valladares e Edelweiss, e se estenderam até 1970. Manuel Querino passou um bom período sendo “descartado como autoridade sobre a história da arte pela Escola de Belas Artes da UFBA” (GLEDHILL, 2014)⁴⁷.

Tratamentos semelhantes ocorreram com, por exemplo, Ferreira de Menezes e Luiz Gama⁴⁸ que, em vida tiveram projeção social ao participar de debates públicos acerca dos rumos do país, tanto no âmbito sócio-político, quanto no cultural, mas foram relegados ao esquecimento pela história oficial. Homens que se projetaram socialmente através das letras e do ofício e que deixaram importantes contribuições pela competência que desempenharam. Como já mencionamos, Luiz Gama chegou a escrever: “Não quero que digam/ Que sou atrevido/ E que na ciência/ Sou intrometido”(PINTO, 2015).

Recupero esse debate para pensarmos a vivência de Manuel Querino na escolarização. Em manuscrito não datado de Manuel Querino (anexo A), há um lista de suas conquistas em diferentes espaços institucionais de renome, semelhante a um currículo. Gledhill (2015) levanta a hipótese de que esse documento pode ter sido produzido no ano de 1918, visto que nele já consta a publicação de seu livro *O Colono Preto Como Fator de Civilização Brasileira* (1918). Escreveu essa lista cinco anos antes de sua morte, em 1923. Segue sua transcrição:

Manuel Querino, artista diplomado, aprovado com distinção no curso de arquiteto, ex-membro do júri de exposição, premiado com duas medalhas de prata pela Escola de Belas-Artes. Sócio benemérito, professor, premiado com as medalhas de bronze, prata e ouro pelo Liceu de Artes e Ofícios. Premiado com grande prêmio no Mostruário de Produtos Bahianos. Sócio fundador e honorário do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, e correspondente do Instituto do Ceará. Sócio protetor da Sociedade Bahia dos Patriotas, Benfeitor da Filantrópica dos Artistas, remido distinto da Sociedade Bahia de Caridade. Sócio efetivo do Centro Operário, da Beneficente do Professorado Bahiano, da dos Funcionários Públicos do Estado, do Grêmio Literário. Capitão da Guarda Nacional, sócio fundador da Associação de Oficiais da dita milícia. Oficial da Secretaria de Agricultura, condecorado com a medalha da Campanha Abolicionista da Bahia. ex Conselheiro Municipal, exsub comissário de Polícia, sócio correspondente da Exposição de Arte Religiosa em Petrópolis, autor dos seguintes trabalhos: Desenho Linear, Desenho Geométrico, Artistas Bahianos, As Artes na

⁴⁷ Para saber mais sobre as trajetórias póstumas de Manuel Querino e Booker Washington, ver GLEDHILL, 2014, especialmente o terceiro capítulo.

⁴⁸ Luiz Gama atuou como rábula em São Paulo, tendo atuado em mais de 500 casos. Entretanto, apesar de dominar conhecimentos do mundo jurídico, não cursou Direito (PINTO, 2015). Recentemente, no ano de 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil conferiu-lhe o título de advogado.

Bahia, Bailes Pastoris, A Bahia de Outr'ora, Costumes Africanos e O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira. Ex delegado da Exposição Nacional de 1908. Professor do Colégio de Órfãos de São Joaquim, sócio fundador da Propaganda de Belas Artes, sócio da Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris (QUERINO, s/d).

Para analisarmos sobre os meios que o possibilitaram acessar ao mundo das letras e adquirir um ofício, devemos retomar a sua trajetória. Manuel Querino perdeu seus pais aos quatro anos de idade. Como procedimento comum à época, foi direcionado ao Juiz de Órfãos de Salvador que nomeou Dr. Manuel Correia Garcia como seu tutor. Um homem da elite branca baiana. Correia Garcia, Bacharel em Direito, formou-se professor pela Escola Normal de Paris, diplomou-se Doutor em Filosofia pela Universidade de Tubingue, na Alemanha. Na Bahia, foi lente da Escola Normal de Salvador, instituição na qual assumiu as cadeiras de aritmética, desenho linear e caligrafia, e foi também professor do Colégio de Órfãos de São Joaquim. Além da carreira de magistério, Garcia dedicou-se à política. Foi deputado provincial pelo Partido Liberal, conselheiro municipal e membro do Conselho Superior da Instrução Pública. Atuou na área da instrução pública e da jurisprudência (LEAL, 2009, p.76).

Manuel Pinto de Sousa Dantas (1831-1894), padrinho político de Manuel Querino, foi proprietário do Diário da Bahia, órgão do Partido Liberal, do qual era membro. Na vida política, governou Alagoas e Bahia, além de ter se tornado deputado e senador. No seu currículo, conta também uma nomeação para Conselheiro de Estado, Ministro da Agricultura, da Justiça, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros. Também compartilhou dos ideais abolicionistas. Ao presidir o Conselho de Ministros, em 1884, apresentou um projeto, que foi redigido por Rui Barbosa, no qual foi apresentada uma proposta de emancipação dos escravos com mais de 60 anos. No entanto, a câmara recusou o texto. Correia Garcia e Souza Dantas. É importante considerarmos esses dois personagens como centrais na inserção de Querino na formação e na vida política.

Desde então, a escrita fez parte da experiência individual de Manuel Querino. Segundo J. Teixeira Barros (1946), recrutado para a Guerra do Paraguai, Querino teria sido isentado de ir a campo de batalha ao serem “reconhecidas as suas habilitações” e ficando, no Rio de Janeiro, “empregado na escrita do quartel do batalhão” (prefácio, QUERINO, 1946). Não sabemos, no entanto, se ficar no quartel como escrevente teria sido mesmo em decorrência de reconhecimento ou se teve alguma interferência de seu tutor ou de seu padrinho político, visto serem homens de grande influência. Foi recrutado em Piauí para servir na Guerra do Paraguai. Viajara, em 1868, para o estado de Pernambuco, até o sertão de Piauí, segundo Teixeira Barros, com o sobrinho de seu tutor. No Rio de Janeiro, perceberam suas habilidades com a escrita e

no quartel ocupou o posto de escrevente (TEIXEIRA BARROS, 1946, p.7). De 28 de julho de 1869 a 6 de setembro de 1870, Querino serviu ao Exército Brasileiro na qualidade de inferior. No mesmo dia que acabou a guerra, em primeiro de março de 1870, ele foi promovido a cabo de esquadra. Conseguiu a baixa do serviço militar em outubro desse mesmo ano e, no ano seguinte, seguiu caminho para a sua terra natal (LEAL, 2009, p.82).

Ao retornar para a Bahia, em 1871, Manuel Querino constrói a sua vida como pintor-decorador em obras em construção civil. No entanto, não deixou de dar continuidade aos estudos que iniciara assim que passou a receber os cuidados de Correia Garcia. Enquanto trabalhava de dia, Manuel Querino estudava à noite. Querino fez parte do grupo de trabalhadores livres que projetaram e fundaram o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, pertencendo ao primeiro grupo de alunos da instituição, em 1872 (TEIXEIRA BARROS, 1946; LEAL, 2009). Leal (2009) identificou, em sua pesquisa, um abaixo-assinado apresentado nesse mesmo ano que contou com 173 assinaturas, o que demonstra que a fundação do Liceu acompanhou o movimento de reivindicação da população local por escolarização. Em 1874, Manuel Querino foi aprovado com distinção em francês e aprovado plenamente em Português (QUERINO, 1946).

O professor negro inicia marcando a sua formação como *artista*. Como já mencionado, nos 97 nomes de trabalhadores livres mencionados no periódico, o único que se distinguia como artista era Manuel Querino. Sabrina Gledhill (2014), ao percorrer as obras de Manuel Querino, destacou a maneira como se identificou nas folhas de rosto de seus escritos. Nos dois manuais didáticos de sua autoria, Manuel Querino também faz uso do título de “artista diplomado”. Assim como também cita outros títulos, premiações e instituições importantes as quais esteve vinculado o que indica a importância da diplomação para ele.

Ao longo do processo de discussão e formação em torno do Partido Operário, algumas propostas pelo grupo foram discutidas, como apresenta Castellucci (2008). Em *Lei Orgânica do Partido Operário*, publicada na imprensa local pelo Domingos Silva, uma das atribuições e objetivos que estavam em pauta era “pedir auxílio às autoridades públicas para bloquear o acesso ao mercado de trabalho a indivíduos sem profissão e aos que tivessem um ofício, mas praticassem outra atividade para a qual não tinham qualificação” (CASTELLUCCI, 2008, 63). A partir disso, podemos identificar o significado e a representação que a qualificação e o ensino profissional podiam ter para o grupo de trabalhadores livres em disputa no período. Para Manuel Querino não seria diferente.

A outra questão está relacionada às possíveis interdições que Manuel Querino teria sofrido nos espaços sociais que frequentou por sua condição de cor. Interdições essas que,

mesmo que tenha enfrentado em vida, ecoou após a sua morte nos meios acadêmicos. É o caso da sua tentativa frustrada de pertencer ao corpo do docente da Academia de Belas Artes, instituição que ajudou a projetar e construir inclusive. O seu processo de conquista de diploma também foi realizado permeado por questões. Manuel Querino também tentou, por algumas vezes, promover-se dentro da Secretaria de Obras Públicas, intento também não alcançado (LEAL, 2009; GLEDHILL, 2014).

Em 1881 tentou diplomar-se como desenhista. Entretanto, sob a alegação que não havia realizado os exames de Desenho Linear, o estudante negro foi reprovado. Não se conformou, afirmando que a congregação estava sendo negligente, uma vez que não fazia parte das exigências do curso (LEAL, 2009).

Segundo Leal (2009, p.89), Manuel Querino ingressou no corpo docente do Liceu de Artes e Ofícios em 1905, quando esta instituição passava por dificuldades financeiras. Sabendo da situação do local, Querino prontificou-se a assumir a cadeira de Desenho Industrial gratuitamente. Nos anos de 1908 a 1909, recebeu o título de sócio benemérito pelo tempo que trabalhou sem remuneração. Manuel Querino ingressou na Repartição de Obras Públicas dez anos depois de diplomar-se em Desenho pela Academia de Belas Artes, em 1893, como auxiliar de desenhista. Dois anos depois, em uma reforma, já com o nome de Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, Manuel Querino conseguiu o cargo de 3º oficial, no qual permaneceu até 1916. Como funcionário público desse setor, Manuel Querino desempenhou funções de amanuense, escriturário, de serviços de contabilidade e de, quando era convidado a substituir o cargo de 2º oficial, almoxarife (LEAL, 2009). Imaginemos que, para um professor e “artista diplomado” restringir-se a essas funções não lhe causavam muito agrado. Isso fica mais claro quando Leal (2009) salienta que Manuel Querino encaminhou petições demonstrando interesse em conquistar promoção.

Dos cargos que ocupou, Manuel Querino destacou a sua passagem pelo Liceu de Artes e Ofícios e Escola de Belas Artes⁴⁹, instituições estas que surgiram no final do século XIX e foram de grande expressão. Por elas, o aluno e professor Querino recebeu premiações – de ouro, de prata, de bronze – que lhe deram lugar de destaque. Não só recebeu premiações, como assumiu funções como membro de júri de exposição por ela organizada. Ainda, como Sócio benemérito do Liceu baiano, recebeu menção honrosa.

O ingresso em sociedades pode nos trazer elementos interessantes para avaliarmos sobre rede de sociabilidade e sobre sua experiência e formação. Além da já citada Sociedade da Liga

⁴⁹ Antiga Academia de Belas Artes.

Operária, Manuel Querino destacou, no seu documento, a participação em outras associações. Ele também participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1894. A partir de 1899, sua participação na instituição ficou mais ativa, período no qual esteve mais presente nas sessões e integrou comissões. Nesse período, recebeu o título de sócio fundador e, depois, honorário (LEAL, 2009). Querino afirma ter sido correspondente da filial desta instituição no Ceará.

Relata também ter integrado o quadro de sócio de algumas associações, como a Sociedade Bahia dos Patriotas, a Filantrópica dos Artistas, a Sociedade Bahia de Caridade, o Centro Operário, o Beneficente do Professorado Baiano, Associação dos Funcionários Públicos do Estado, do Grêmio Literário, o de Oficiais da dita milícia, Propaganda de Belas Artes, Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris. Foi Capitão da Guarda Nacional. Atuou como oficial da Secretaria de Agricultura, pela qual foi condecorado com a medalha da Campanha Abolicionista da Bahia. Manuel Querino também se elegeu Conselheiro Municipal e, na Polícia, foi subcomissário de Polícia. Ainda, segundo o próprio, participou da Exposição de Arte Religiosa em Petrópolis, onde afirma ter sido sócio correspondente. Registrou também sua passagem pelo Colégio de Órfãos de São Joaquim como professor. O autor também deixou registrado em seu relato algumas de suas obras que produziu e publicou nas duas primeiras décadas do século XX.

O ano de 1870, além de ter sido um marco para a História da Imprensa, também foi um marco para a História das Ideias no território brasileiro. Foi a partir dessa década, que vários pressupostos científicos foram adotados por “homens da ciência” que difundiam a noção da hierarquização da sociedade em grupos sociais. A partir desse período, um ideário positivista entra em vigência e teorias raciais são desenvolvidas para justificar e atualizar os mecanismos de hierarquização entre brancos e não-brancos à medida que o sistema escravocrata fragilizava-se. O tema da mestiçagem é assunto de diversos teóricos nacionais e, a visão pessimista como era tratada, servia para fundamentar um projeto elitista de “nação” (SCHWARCZ, 1993).

O acesso a uma formação acadêmica era uma questão cara a Manuel Querino. Atribuiu como um “dos principais fatores da emancipação política”, da Independência ou da república, a participação de homens de “famílias deserdadas da fortuna”, destacando sua participação e protagonismo nesses eventos. Foram eles que possibilitaram tais processos e não apenas os afortunados. Essa narrativa que busca fazer essa vinculação traz algumas avaliações importantes. A primeira que, esses homens “desafortunados”, segundo Manuel Querino, fizeram a sua formação acadêmica na Universidade de Coimbra, “com a simples mesada de dez mil réis”. O modo simples como esses homens, na busca de formação, custearam seus estudos com poucos recursos também foi reforçado: “De vestiário faziam grande economia, auxiliados pelo costume das batinas” (QUERINO, 1946, p. 125). Aqui, Querino pode referir-se tanto aos

seminaristas, que estudavam sob o auxílio da Igreja Católica, quanto ao uso da vestimenta típica dos estudantes de direito da Universidade de Lisboa.

Nosso autor faz uma contraposição do perfil desses sujeitos com os “rapazes de famílias abastadas”. Para ele, eram sujeitos que “não se preocupavam com os estudos, desprezavam os dotes da educação aprimorada e preferiam os galanteios de toda ordem”. E ainda acrescenta uma informação de que “até aquela época, ao menos na Bahia, as famílias poderosas não contavam um só de seus membros versado em letras”. Segundo a interpretação de Querino, o desinteresse pelos estudos era claro: eram sujeitos que “dedicavam-se à lavoura cujos proventos eram imediatos, sem custo, pelo esforço da escravidão” (QUERINO, 1946, p.125).

Esses dois perfis de sujeitos mencionados por Manuel Querino compõem uma narrativa que busca exprimir uma experiência em torno do dilema da projeção social e econômica de sujeitos nesse período. Para os desafortunados almejava-se o estudo como um meio possível de ascensão social que, contudo, nem sempre se concretizava. “Assim era que, de volta à terra natal, um rapaz laureado por seus estudos era logo olhado com desprezo, e então diziam: *‘É formado, falador, não há dúvidas; mas ainda que bem sacudido não pinga de sua algibeira uma moeda de ouro.’*” (QUERINO, 1946, p.125). Um sujeito com formação acadêmica teria mais a contribuir nas decisões importantes para o rumo do país que aqueles que enriqueciam às custas de um sistema que escravizava africanos. Nessa contraposição, é possível observar uma valorização dos desafortunados que alcançavam os estudos superiores.

Em *Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918), Querino reforça:

Foi com o produto do seu labor [do africano escravizado] que os ricos senhores puderam manter os filhos nas Universidades europeias, e depois nas faculdades de ensino do País, instruindo-os, educando-os, donde saíram veneráveis sacerdotes, consumados políticos, notáveis cientistas, eméritos literatos, valorosos militares, e todos quantos, ao depois fizeram do Brasil colônia, o Brasil independente, nação culta, poderosa entre os povos civilizados (QUERINO, 1918, p.156).

Através da mão-de-obra negra, esses sujeitos tiveram condições de acessar a seletiva educação formal fora do país. Ou seja, para Manuel Querino, quem patrocinou a formação de letrados nacionais foram os negros. Estes mesmos letrados que foram importantes para os rumos do país. Aqui, continua a afirmação da importância do acesso a educação. Somado a isso, aparece o patrocínio desse grupo de letrados, os africanos e seus descendentes.

No capítulo seguinte, observamos nos textos selecionados - *A Bahia de Outr’ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916) – que Manuel Querino elaborou suas ideias sobre as transformações da cidade e da sociedade a partir do prisma de sua experiência e formação, expressando também uma defesa pela inclusão dos trabalhadores livres, operários e negros.

3 ABANDONAR-SE À CIDADE: SALVADOR, SEUS LUGARES, ESPAÇOS E COSTUMES

O tradicional povo da Bahia, o folgarão de todos os tempos, sempre alegre, desde a comemoração dos fastos da história pátria, até as provas inequívocas da hospitalidade, não perdia ocasião de manifestar contentamento, ainda nas coisas insignificantes [...]

Querino, 1946, p.226

Manuel Raymundo Querino, um observador das ruas, do cotidiano de uma cidade, dos costumes de um povo, deixou registradas suas percepções. Como um *flâneur*, recorreu a suas memórias para registrar esse cotidiano da vida da população baiana. Para o *flâneur*, a rua é sua morada (BENJAMIN, 1989). João do Rio, em *A Alma Encantadora das Ruas* (1908), define o *flâneur* como

o eterno ‘convidado do sereno’ de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal), acaba com a vaga ideia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio (RIO, 1908, p.15).

Assim, Manuel Raymundo percorreu as ruas de Salvador, observando os costumes, os hábitos, os acontecimentos da cidade a narrou suas histórias narradas nas 300 páginas de *A Bahia de Outr’ora* (1916). Entretanto, a rua também foi um lugar incômodo. Na Bahia oitocentista, as elites, as autoridades civis e estatais enxergavam essa mesma rua como um reflexo do atraso, da barbárie. Segundo Filho (1999, p.239), “a rua, portanto, constantemente desprestigiada por encarnar a metáfora de todos os vícios, transformou-se no lugar dos excluídos”. As ruas de Salvador foram alvos de observações, monitoramento e intervenções diversas. Os hábitos, os costumes e as práticas que tomavam as ruas de Salvador não estavam de acordo com o projeto de nação pensado pelas elites baianas. Tal projeto elitista esteve pautado nas noções de “raça”, “civilização”, “modernização” (ALBUQUERQUE, 1999; MATTOSO, 1992; LEITE, 1996). A forte presença da cultura africana entre a população baiana levou a elite a desempenhar um processo com intuito de “desafricanizar” as ruas de Salvador (FILHO, 1999).

A partir das leituras de *A Bahia de Outr’ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916) tomamos os cenários e acontecimentos neles narrados como espaços de socialização (SETTON, 2011)

abertos para experiências e formações diversas: as festividades baianas, as situações de guerra e as mudanças urbanísticas. Esses três aspectos, articulados com as categorias de “civilização”, “modernização”, “industrialização” e “civismo”, configuraram as ruas e o cotidiano da população baiana durante o século XIX até o início do século XX e, portanto, são essenciais para avaliarmos como forjou suas ideias sobre a sociedade baiana. Querino narra nesses textos sua experiência, transmite-a pela memória escrevendo e dá a ver uma experiência que é também coletiva.

Para Walter Benjamin (1989), todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie. Essa sociedade experimentou um projeto que visava alcançar um modelo civilizatório que intensificou e reinventou mecanismos de opressão e controle contra a população trabalhadora e negra. Nesse movimento, como forma de luta e resistência, esse mesmo grupo precisou criar formas de sobrevivência em uma sociedade que excluía a cultura afrodescendente do projeto de nação esboçado.

3.1 Modernização, Maquinaria e a População: A Urbanização da Cidade e suas Implicações Culturais

Em meados do século XIX, Salvador contava com dez freguesias urbanas – Sé, Passo, Santo Antônio Além do Carmo, Santana, São Pedro, Vitória e Brotas, na Cidade Alta, e Conceição da Praia, Pilar, Penha e Mares, na Cidade Baixa. No final do mesmo século, a capital da Bahia era uma cidade comercial e todas as suas regiões centrais possuíam lojas de diversos tipos (NASCIMENTO, 2007; PINHEIRO, 2011).

As transformações culturais também estiveram atreladas às mudanças que ocorriam no plano da urbanização, do avanço tecnológico e de aspectos semelhantes a estes que faziam parte do projeto modernizador idealizado pelas elites locais. Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação das elites com as práticas culturais africanas resistentes e presentes pelas ruas de Salvador era latente. A exemplo dessa preocupação, Albuquerque (1999) relatou sobre as impressões de um baiano que, depois de anos em São Paulo, retornou a Salvador, em 1913, movido pelas notícias sobre a cidade “civilizada” e “urbanizada”. No entanto, não encontrou a cidade do modo como imaginara. Deparou-se com uma cidade que ainda possuía costumes e hábitos ditos “incivilizados”.

Em 1917, esse embate com os costumes africanos também fica claro. Em visitação a cidade, alguns marinheiros norte-americanos dirigiram-se ao Terreiro de Jesus, às praças Rio Branco e Castro Alves e a outros pontos da cidade com vassouras e galões de creolina com o

objetivo de limpar e dedetizar esses lugares. O episódio, para além da mensagem do desejo de saneamento, fazia referência às lavagens das igrejas realizadas pelos baianos. Os moradores que se sentiram ofendidos foram contidos por um senhor que amenizava a situação e ainda afirmava que o episódio era para sentir vergonha de apresentar aos estrangeiros uma cidade que traduzia, aos seus olhos, a barbárie e selvageria dos costumes africanos (ALBUQUERQUE, 1999).

Essas mudanças estavam também associadas ao ideal de higienização levada a cabo por médicos e higienistas desde meados do século XIX. No Rio de Janeiro, Chalhoub(1996) identificou uma série de mudanças urbanísticas tomadas a partir desse ideal, entre elas, a implementação do saneamento básico. Nesse contexto, os cortiços cariocas foram alvos de monitoramento e intervenção por parte das autoridades médicas e civis. Em Salvador, não foi diferente. Levando em consideração que a primeira faculdade de Medicina foi instaurada no território baiano (1808), as políticas higienistas constituíram-se enquanto pautas. Então, a “higienização” como ideologia e guia de políticas governamentais e base de valores foi pauta na Bahia do século XIX para o XX e estiveram associados ao projeto que envolvia “modernização”, “civilização” e “urbanização” (LEITE, 1996).

O projeto higienista dialogou com a educação. Ao analisar as teses defendidas por médicos formados na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, José Gondra (2004) pontua como a pauta médica marcou presença na formação da escola moderna no Brasil. O autor observou que, na segunda metade do século XIX, concepções de educação e propostas de reformas sociais foram elaboradas em diálogo com a racionalidade médica. Assim, as ideias sobre educação associadas à pauta médica foram difundidas na crença de que, uma vez instauradas, viabilizariam a concretização do ideal de um homem novo. Nesse contexto, o autor demonstra como as práticas corporais, por exemplo, surgiram alinhados com o projeto de educar o homem a partir de uma regulação física e moral. Desse modo, o ideal de higienização impactou a escola moderna (GONDRA, 2004).

A modernização da cidade de Salvador contava com um projeto para se aproximar a um modelo de cidade com hábitos, valores e costumes afinados com os Estados Unidos e a Europa. Para tal, realizar mudanças urbanísticas na paisagem da cidade esteve na pauta das autoridades baianas da primeira metade do século XX. O novo regime viabilizou esse projeto de urbanização, uma vez que a instituição republicana permitiu a intermediação direta dos dirigentes regionais com as instituições de crédito e financiamento estrangeiras, já não mais com a intervenção do governo federal. Nesse contexto, em consonância com que estava sendo realizada em outras cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, a cidade de Salvador

passou por uma série de reformas em sua paisagem. A urbe sofreu mudanças que podem ser notadas em quatro fases: a primeira, quando o porto passou por reformas, como a construção de cais e armazéns, além da pavimentação de ruas vizinhas, em 1906; a segunda, por conta da comemoração do centenário da Associação Comercial, ruas foram calçadas e bairros comerciais receberam saneamento, em 1910; a terceira, obras de alargamento de ruas, abertura de avenidas e construção de edifícios, empreendimentos do então governador José Joaquim Seabra, entre 1912 e 1916; a última, com a construção do bairro das Nações na cidade baixa. As reformas mais significativas foram as que ocorreram entre 1912 e 1916, quando J. J. Seabra exerceu seu primeiro mandato frente do Estado da Bahia. Esse projeto de remodelar a cidade estava em diálogo com uma concepção de nação que se articulava com as noções de “civilização”, “progresso”, “ordem” (LEITE 1996).

As reformas que ocorreram em Salvador possuíam algumas conexões com as que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro. J. J. Seabra, por exemplo, foi discípulo de Pereira Passos que empreendeu as reformas urbanas entre os anos de 1836 a 1913, no Rio de Janeiro. O engenheiro Teodoro Sampaio, que esteve envolvido nas reformas de Salvador, junto a Pereira Passos. Sampaio voltou para a Bahia depois de alguns desentendimentos, mas sempre fazia referências às reformas que estavam acontecendo na capital e as colocava como modelo a ser seguido (ALBUQUERQUE, 1999).

De que maneira Manuel Querino rememora em seus textos *A Bahia de Outr’ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916) essas mudanças no plano urbanístico? O escritor, que acompanhou as transformações que a virada de século trouxe, deixou suas impressões em seus escritos. Manuel Querino que, no alvorecer do século XX, estava pra completar seus 50 anos de idade, experimentou o desenvolvimento de um projeto que visava adequar os hábitos e costumes da população baiana para os interesses das elites locais. Tal projeto condenou e rechaçou um conjunto de outros hábitos, os da população baiana negra.

Uma das mudanças que acompanhou foi a mobilidade de pessoas através de um sistema de transportes que provocaram mudanças culturais. Em tempos mais remotos, havia um costume em torno do deslocamento de pessoas, onde se estabeleciam laços de solidariedade, encontros e troca de cultura. O professor negro traz à tona suas reminiscências sobre as festas que ocorriam nos subúrbios de Salvador como um acontecimento “delicioso e pitoresco”. O autor descreveu os acontecimentos festivos e o modo como a população os protagonizou. Segundo ele, “Os banhos de mar, às frescas horas da manhã, a abundância e diversidades dos

frutos, as refeições ao ar livre, as chulas e trovas, preludiadas ao som do violão, tudo isso aumentava a sofreguidão em se abandonar a cidade” (QUERINO, 1946, p.185).

Esse deslocamento de pessoas podia acontecer devido aos festejos que, como já vimos, agitaram Salvador ao longo do século XIX. Sendo assim, Manuel Querino dedicou-se a escrever sobre as festas que ocorriam no interior de Salvador, atraindo muitos da cidade para os campos. Sobre esses festejos existentes em Salvador, Manuel Querino apontou para os que aconteciam em Bonfim afirmando serem os preferidos, pois a fácil locomoção para o local atraía a população. A preferência por esse local seria por conta da existência de “gôndolas de três seções e os pequenos vapores da Companhia Baiana”, pelas quais ocorriam as viagens até o campo (QUERINO, 1946, p.184).

A Companhia Bahia foi fundada após João Diogo Sturtz receber a concessão exclusiva de instalar o serviço de navegação a vapor, através da resolução provincial nº 22, de 1º março de 1836. A Companhia Bahiana de Navegação a Vapor pertenceu ao quadro das empresas mais importantes neste setor ao longo do século XIX, atuando não só na província da Bahia, mas também nas de Sergipe e de Alagoas. A empresa surgiu num contexto de necessidade em tornar a comunicação entre as diversas localidades mais eficiente e, desse modo, facilitar as relações de mercado, assim como tornar mais dinâmica a economia da região. Além desses objetivos, a Companhia também possuiu motivações sociais e políticas, pois facilitava a troca de correspondências, atas entre as províncias (SAMPAIO, 2006). Já integrando um processo de modernização dos transportes no período a Companhia Bahiana não durou muito tempo em circulação. Em condições precárias e sem subsídio do governo imperial, os vapores da empresa apresentavam diversas falhas e frequentemente apresentavam necessidade de reparos. Assim, a empresa saiu do cenário baiano. Entretanto, a província da Bahia, após uma crise econômica em meados do século XIX, compreendeu a relevância de manter uma linha de navegação a vapor a fim de viabilizar, dentro outras, a comunicação e o escoamento de mercadorias. Nessa perspectiva, em 1847, outra empresa assumiu esse serviço, a Companhia de Bonfim, nesse momento, contando com subsídio do governo para operar (SAMPAIO, 2006).

Os festejos da população concentraram-se em localidades de fácil acesso, aliviando os festeiros das viagens a pé. As caminhadas a pé proporcionavam meios de interação social, assim como uma circulação de ideias e saberes. Embora tenha citado a preferência da população pelos bairros de Bonfim por conta do uso de transporte, Querino ressaltou como os trajetos realizados a pé eram ricos na produção de cultura e de memória.

Ao fim do dia, depois de longas viagens a pé, aconteciam jantares públicos. Dos viajantes convidados, o autor menciona sobre a chegada de um “tocador de harmônica”, este

que havia chegado após e integrando-se à mesa do jantar. Logo ao chegar, “conta um incidente que se presenciou”. Manuel Querino, em sua narrativa, destaca a importância dos eventos festivos, onde se intercambiavam experiências que presenciavam.

As festas populares eram marcadas por manifestações artísticas, como bem destacou. Um dos presentes pede a palavra “para brindar a *bela sociedade*” (QUERINO, 1946, p.186, grifos do autor). No entanto, esse orador usou a vez para cantar alguns versos. Querino registrou a sua participação nesse momento caloroso, no qual ele pediu um adendo para completar o brinde. Ao fim do jantar, Manuel Querino comentara que as modinhas tomavam conta do festejo e que, para ele, “era o momento das maiores expansões da alma baiana”. Das modinhas que animavam aqueles encontros “dos bons tempos de antanho”, registrou as notas iniciais da modinha do “mavioso menestrel” Francisco de Magalhães Cardoso. A respeito dos artistas que declamavam ou recitavam poemas acompanhados de instrumentos musicais, Querino indagou: “Quem não se recordará, com saudade, dos melhores tocadores de violão do tempo?” Em seguida, recorreu à “memória” para listar alguns dos nomes “que fizeram as delícias da época”:

Manuel Querino menciona a presença de sujeitos de diferentes setores sociais. Nessa perspectiva, esses encontros festivos viabilizavam a troca de cultura entre diferentes sujeitos. Querino comentou, ainda, o modo como se finalizava esses festejos: sempre com “arrojado” lundu e com “esplêndidas” cantigas. O autor ainda escreveu que, frequentemente, dois ou mais grupos de pessoas se reuniam ocasionando num festejo com maior proporção:

Senhoritas e matronas respeitáveis tocavam pandeiros, dançavam lundu de modo arrebatador. Os rapazes se exibiam na roda com certa elegância; assim também graves chefes de família, por sua vez, não matavam ociosamente o tempo. Isso prova que o lundu tem seus atrativos (QUERINO, 1946, p.188).

Das quadrinhas que eram entoadas na roda, Querino registrou:

Iaiá não mate seu negro,
Que bem caro lhe custou;
Ele veste camisa gomada,
Meia lavada, chapéu de castor.

Mulata baiana, brasileira
Para morar comigo
Chora, caboclo, chora
Na prima desta viola (QUERINO, 1946, p.188).

Manuel Querino forneceu mais detalhes sobre como ocorriam essas rodas e danças. Sobre isso, conta-nos que podia ocorrer a presença de “mais de um samba”, onde formavam pequenos grupos discretos para aqueles que não dançavam em público. Manuel Querino chama a atenção para os participantes daqueles eventos:

É o caso; todos sambavam, desde o mais humilde homem do povo, até ao mais abastado figurão. Os senhores de engenho saltavam na roda, ao som da tirana, com botas e esporas, fazendo proezas. Depois destas expansões encaminhavam-se todos para a cidade, uns alegres, outros dominados pela fadiga e pelo cansaço: um contraste com a alacridade da partida (QUERINO, 1946, p.190).

Entretanto, Manuel Querino compara esse contexto com tempos mais longínquos quando escreveu sobre as jornadas a pé para o interior da província. Nessas jornadas que “se faziam aos primeiros albores da madrugada, pois não havia ainda os bondes de tração animal”, para tratar a um período anterior aos processos pioneiros de modernização do sistema de transporte público. Manuel Querino explicitou como ocorriam essas viagens para os campos. Segundo ele, estes viajantes a pé eram contemplados “pelos sons dos instrumentos e pelas vozes harmoniosas dos cantores”.

As longas viagens a pé tornavam-se momentos para manifestação cultural da população local. Desse modo, Querino descreveu o modo alegre em que ocorria o encontro de “passeantes”. Os convidados, “ávidos de curiosidade”, aguardavam pelo momento do jantar, quando compartilhariam, “entre as mais vivas expansões de alegria, de risadas estridentes”, as “narrações” de incidentes que ocorriam no trajeto de suas viagens.

Embora Manuel Querino tenha destacado os momentos memoráveis das passeatas para o campo realizadas pela população, o escritor negro parece compreender positivamente algumas mudanças empreendidas pelo movimento da modernização no espaço urbano. Isso fica claro quando Querino chama a atenção para “uma máquina muito parecida com os atuais carros compressores” movida a vapor e que surgia em um contexto em que “imperavam [...] a cadeira de arruar e o árdego corcel”, transportes “das famílias abastadas e do rico comerciante”. Esta máquina foi importada em 1871 pelo Dr. Francisco Antônio Pereira Rocha⁵⁰, um “incansável propugnador dos melhoramentos materiais da terra”. A introdução dessa máquina na província da Bahia por Pereira Rocha é reafirmada por Blake (1893). Segundo o glossarista, a máquina – um automóvel – era a vapor e foi importada da empresa Thomsons Road Steamer. O automóvel foi aplaudido pela população local, que pôde acompanhar o uso da maquinaria no espaço público, e que lhe denominou de “a borracha do Rocha”. O invento possibilitou um melhor trânsito entre a cidade alta para a baixa, cuja circulação era complicada em função da geografia de caráter íngreme. Desse modo, Manuel Querino destacou como o automóvel circulou essas vias públicas sem a ocorrência de acidentes. Para além, da facilitação de locomoção na vida

⁵⁰ Francisco Antônio Pereira Rocha (1815-1882), nascido na Bahia, foi advogado e doutor pela Universidade de Coimbra (BLAKE, 1893).

urbana, o automóvel “fora armado em transporte de guerra”, o que, para ele, “produziu um belo efeito” (QUERINO, 1946).

Dessa forma, quando a máquina foi levada para o Rio Grande do Sul, lamentou-se afirmando que as elites locais “não souberam aproveitar os serviços que poderia prestar” (QUERINO, 1946, p. 244). Desse contexto, podemos capturar aspectos interessantes para pensarmos como Manuel Querino observava os empreendimentos realizados em Salvador. Ao traçar um relato sobre a introdução dessa máquina no espaço urbano soteropolitano, leva-nos a reflexão de que Manuel Querino vislumbrava aspectos positivos do desenvolvimento maquinário e dos investimentos na cidade, desde que se soubesse aproveitar esses serviços. Ao apontar que o invento foi aplaudido pela população, Manuel Querino nos dá indícios de que compreendia da chegada do novo como meio de melhorar as condições de vida da população. Essas transformações foram observadas, sentidas pelo povo e pensadas das mais diversas formas. Nos versos abaixo, observamos o eco dessas mudanças entre a população local. São versinhos, segundo Querino, recitados pelo “povo da antiga cidade”, “alegre e folgazão”:

Havemos de ver dos dois
O que aperta ou afroxa:
Do Lacerda o “parafuso”,
Ou a borracha do Rocha.
(QUERINO, 1946, p.244).

Geograficamente, a cidade de Salvador possui características peculiares. O núcleo da cidade de Salvador é dividida em duas partes: a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Segundo Couto (2015),

Os primeiros bondes puxados por cavalos só surgiram em 1870. Nesse período, a cidade baixa teve a sua primeira linha de bonde, fazendo a ligação entre as freguesias da Penha, Conceição da Praia e Pilar. O famoso elevador, construído pelo comerciante Antônio de Lacerda, começou a transportar os trabalhadores até a freguesia da Sé em 1873. Antes desses melhoramentos, os escravos e os mais pobres faziam o trajeto entre os dois planos a pé, e os senhores ricos, fazendeiros e negociantes eram transportados nas cadeiras de arruar, espécie de liteira carregada nos ombros dos escravos por meio de um varal de sustentação (COUTO, 2015).

A cadeirinha de arruar, escreveu Querino, era a única condução que utilizou os “ombros dos africanos” para circular que, quando surgiu, era a “cadeira privilégio” de poucos, um “distintivo da abastança”. Era possível avistar “dezenas de cadeirinhas” quando ocorriam grandes eventos na cidade, como casamentos e batizados entre as grandes famílias. O veículo era usado pelas mulheres, com sua “ vaidade feminil” até mesmo quando o caminho era curto. Este meio de condução, com o passar do tempo, foi perdendo o prestígio e logo a população passara a alugar as cadeirinhas (QUERINO, 1946).

Em 1845, sob a lei nº 223 de 03 de maio, foi instalada a abertura para a instalação de companhia de ônibus, as antigas gôndolas, por dez anos. Segundo Querino, essa lei foi aplicada e logo se instalou duas linhas de ônibus. Os ônibus, ao apresentar irregularidades, foram apelidados de “maxambomba” pela população, que era possível identificar em versos cantados. Querino salientou que, nas gôndolas, “só tinham ingresso as pessoas decentemente vestidas, de cartola” (QUERINO, 1946, 114).

O autor conta que havia uma resistência das senhoras em embarcar nas gôndolas. Esta resistência foi superada quando a Condessa de Barral entrou no veículo sendo a primeira mulher a transitar pela cidade de gôndola. Sobre a condessa, Manuel Querino escreveu: “A essa nobre dama, dotada de esmerada educação e de instrução variada, deve a sociedade baiana a introdução dos costumes europeus, e o afastamento das modas sombrias e excêntricas que dominavam na época” (QUERINO, 1946, p.114).

Manuel Querino escreveu também sobre as mudanças na iluminação pública. O escritor negro abordou a substituição do azeite de peixe pelo gás carbônico trazida pelo “grande progresso material”. Esse fato, que, segundo sua narrativa, aconteceu em 1862, produziu “um grande alvoroço popular”. Para bem expressar isso, Querino reproduziu alguns versos do “mavioso poeta baiano” Augusto de Mendonça, dos quais, destaco alguns a seguir:

Maldito seja o progresso,
Que tanto males nos faz,
Vicia tudo tranquilo,
De repente, tudo, zás!
Cai o cetro da torcida
Sobe o reinado do gás.

E, agora, triste do povo
Outrora amante e feliz.
Modinhas d’amor às claras
De certo ninguém as diz:
Mataram toda a beleza
Das noites de meu país. (QUERINO, 1946, p.201)

Assim, observando as transformações traduzidas nas noções de “progresso” e de “civilização” pelas quais passava Salvador, a população analisava as suas implicações no âmbito dos costumes. Dessa forma, as “modinhas d’amor” realizadas “às claras” sofreram interferência, provocando mudanças na forma da população se relacionar pelos passeios noturnos.

Em 1864, conforme Querino nos informou, as modificações quanto à iluminação também se deram no “interior dos lares”. Isto ocorreu, pois a lamparina, recurso mais usado dentro das casas, foi eliminada com a adoção do querosene. Também citou as velas de sebo e

de carnaúba, “de fabricação nacional”, que também haviam sido desbancadas com o novo cenário. Segundo o autor, esse “grande melhoramento” era percebido pela população e que era aludido até em “brindes de mesa”, expressos nos versos a seguir:

Temos estradas de ferro,
Para irmos passear,
Temos gás por toda rua
Para nos iluminar.

Ba, be, bi, bo, bu,
Soletramos o A, B, C,
Que se aprende facilmente,
Sem a letra compreender.
(QUERINO, 1946, p.202)

Da mesma forma, percebia as mudanças no âmbito da iluminação pública como importantes para a vida da população. Podemos interpretar nos versos supracitados uma crítica ao avanço material em detrimento aos investimentos na educação.

O interesse de Manuel Querino pelo espaço público não se restringiu somente a descrever as suas transformações. Esse empreendimento de registrar sobre as modificações no espaço público de Salvador, salientando mudanças no sistema de transporte do local, como também as novidades em termos de maquinaria, pode ser interpretado como um reflexo da sua própria experiência individual. Manuel Querino foi um desenhista e, por pouco, não recebeu o diploma de arquiteto. Seu interesse pela cidade, pelas tradições e pelo avanço da técnica ficam explícitos também em diversas passagens de *A Bahia de Outr’ora* (1916). Outra narrativa de interesse refere-se à viagem de D. Pedro II a Bahia, no século XIX. O Imperador D. Pedro II realizou várias viagens – nacionais e internacionais –, movido pelo interesse pelos costumes, hábitos e pessoas. O século XIX foi marcado por diversas viagens realizadas por cientistas, brasileiros e estrangeiros, em busca de observar e registrar os costumes locais. Foi nesse contexto, e com parcerias de diversos cientistas, que D. Pedro II, em expedição pelo Nordeste brasileiro, passou pela Bahia (SCHWARCZ, 1998). Assim, Manuel Querino registrou as “reminiscências, avivadas pela tradição oral de contemporâneos desse acontecimento”, no qual toda uma cidade foi modificada para receber a presença do imperador, em 1859 (QUERINO, 1946, p.213):

Pintaram-se as casas, consertaram-se os calçamentos das ruas principais, os lampiões de azeite de peixe foram lavados e limpos; improvisou-se um serviço de asseio e limpeza pública, fazendo desaparecer a vegetação dos muros e da beira dos telhados (QUERINO, 1946, p. 214).

O que Manuel Querino nos apresenta é uma sociedade que se deteve a melhorar a estética da cidade. Assim, “a cidade tomou novo aspecto” (QUERINO, 1946, p. 214). O Palácio

Rio Branco, do Governo da Bahia, passou por reformas para o qual recebeu “mobiliário novo, reposteiros, colchas e tudo mais que necessário se tornava para iludir o olhar do imperante” (QUERINO, 1946, p.214). A intenção de tornar o aspecto dos espaços públicos esteticamente melhor fez parte da rotina da cidade às vésperas de sua chegada.

Mais uma vez, os artífices baianos movimentaram a cidade, conforme Manuel Querino. Desse modo, “costureiras, alfaiates, pedreiros, carapinas, enfim, operários de toda espécie viram-se assoberbados de trabalho” (QUERINO, 1946, p.214). Eles eram os sujeitos, com os seus respectivos ofícios, que organizavam esta cidade para a recepção do imperador. Manuel Querino escreveu que a chegada do imperador e de seu comitê de viagem, em outubro de 1859, contou com uma enorme procissão cívica, na qual moradores locais o receberam no porto e o conduziram com muita pompa e festejo. Logo, a cidade movimentara-se pela sua recepção.

3.2 “Bahia, O Folgarão de Todos os Tempos”: As Festas Populares nos Escritos de Manuel Querino

Em *A Bahia de Outr'ora* (1916), Querino dedicou-se em boa parte delas às tradições baianas. Dentre elas, as festas que tomaram conta do espaço público da cidade de Salvador ao longo do século XIX. O escritor baiano não cansou de enfatizar o espírito divertido dos baianos desse período. Os registros contam-nos de um povo que ia às ruas, que possuía um intenso convívio social e que apresentava uma significativa produção cultural⁵¹. Identificamos em seus registros festividades engendradas pela Igreja Católica, como também outras festanças realizadas pelos sujeitos resultantes de um interessante convívio em sociedade. O objetivo é apresentar como esses momentos de interação desses indivíduos, embalados a som, música, arte, letras, estórias, foram importantes no processo de aquisição da experiência desses sujeitos e, ousamos pensar, provavelmente uma defesa de Querino de uma formação aí presente. Como alguém que transitou entre diferentes espaços e que enfrentou embates na vida acadêmica, defendemos que Querino narra para transmitir uma experiência e valorizá-la como também formação, entendida aqui não somente como a formação escolarizada, mas no entrelaçamento de outros espaços de socialização. Martha Abreu (1999), em seu trabalho sobre festa do Divino Espírito Santo que foi a mais imponente antes do surgimento do carnaval e que ocorreu ao longo do século XIX no Rio de Janeiro, analisou as manifestações populares e identificou uma intensa circulação cultural entre os diferentes sujeitos da sociedade carioca. Tal percepção é possível

⁵¹ São poucas as passagens que conseguimos identificar o tempo histórico não só dessas festividades, mas de outras memórias de Manuel Querino a qual recorre em seus escritos de caráter memorialístico.

de se ter, também, nas festas baianas nesse período, conforme os registros deixados por Manuel Raymundo Querino. As festas configuraram-se como espaços propícios para estabelecer solidariedade, contentamento, alegrias, prazeres, mas também foram espaços de luta, violência e controle (DEL PRIORE, 1994). Nesse primeiro momento, apresento as festividades de abordagem religiosa mencionadas. Averiguamos uma série de registros sobre as cerimônias do calendário de festas empreendidas pela Igreja Católica, observada diretamente no livro “A Bahia de Outr’ora”. Essa obra constituída por vários títulos, como já mencionado, dedicou para as cerimônias católicas os seguintes: *O Natal, Noite de Reis, A Festa do Espírito Santo, A Procissão de Fogaréu, A Procissão de Cinzas, Extrema-Unção, A Lavagem do Bonfim e O Presépio de Fala*.

Avaliaremos, primeiro, os escritos que registraram as festas católicas que correspondem ao ciclo natalino: Natal e Noite de Reis. Querino conta que, com o fim das festas juninas, iniciava-se uma mobilização para organizar e começar os preparativos para a grande festa natalina, ritual simbólico para o Cristianismo. As noites natalinas eram agraciadas com apresentações culturais, como bailes pastoris, presépios, exposições musicais e teatrais, entre outros. Segundo sua narrativa, é possível identificar diferentes sujeitos envolvidos nesse processo de organização e mobilização coletiva.

Os artífices baianos registraram presença na organização e na realização desses eventos. Esse ritual religioso era o momento propício para expor suas habilidades, também, para que seus discípulos pudessem colocar em prática a arte que lhes era ensinada. Entre esses artesãos, Manuel Querino citou os escultores que possuíam a tarefa de produzir figuras de animais “trabalhadas em barro”, “pedra jasper”, “madeira” e “cajazeira”. Os pintores e os marceneiros também contribuíram para a confecção de cenários e artefatos que compunham os presépios e outros contextos dessa cerimônia. Trata-se de indivíduos, identificados pelo trabalho manual, reunidos e mobilizados em função de promover uma festa naquela cidade. Eram esses sujeitos que se responsabilizavam por tarefas como entalhe e pintura das imagens, restaurações de imagens antigas, confecção e produção de diversos elementos presentes nas solenidades religiosas (FLEXOR, 2014). Como vimos no capítulo anterior, os artífices ocuparam a cidade em seus momentos de luta e de resistência, inseridos nos movimentos operário, republicano e abolicionistas.

Se nas biografias de personagens ilustres as mulheres não tem lugar nas obras de Querino, a cidade narrada por ele não pode passar sem a presença delas. As mulheres ganhadeiras também tinham participação nessa movimentação popular. Eram elas que colocavam à venda os artefatos produzidos pelos artífices. Elas desfilavam pela cidade

“trazendo à cabeça grandes tabuleiros” com os seus produtos. Para chamar a atenção dos compradores, usavam a criatividade com o uso de chocalho confeccionado com folha de Flandres. A circulação de ganhadeiras fez parte do cenário urbano da Bahia ao longo do século XIX. Segundo Soares (1994), a mulher negra ocupou lugar central no mercado de trabalho urbano. É nesse mercado que se ocupavam as mulheres negras escravizadas, livres e libertas. As escravizadas, por meio do serviço de ganho de rua, estabeleciam estratégias para conquista da alforria guardando o excedente para comprarem sua liberdade e de seus filhos. Distribuídas em pontos estratégicos da cidade, as negras de ganho, ao longo do século XIX, sofreram controle e fiscalização por parte das autoridades policiais. A ocupação das ruas pelas ganhadeiras possibilitava formar redes de amizade e solidariedade que resultavam na “construção de um universo próprio” (SOARES, 1994, p.98). Assim, há uma movimentação coletiva em torno dos presépios, momento de sociabilidade e troca de experiências e saberes.

Também na organização dos bailes pastoris, realizados após a missa do galo na noite de Natal identificamos presença de diferentes artes e ofícios a serviço da celebração religiosa. Esse é um momento de riqueza de saberes e de integração entre as tradições e culturas. Segundo Ferreira (2006, p.111), a festa é “um acontecimento aglutinador da realidade das comunidades envolvidas”. Portanto, avaliá-la como esse acontecimento permite saber qual o potencial da festa enquanto “formadora da cidadania, da conscientização e da participação social” (FERREIRA, 2006, p.112). Ainda segundo a autora, essa avaliação só é possível porque a realização da festa transforma o indivíduo comum em protagonista. A autora ainda sustenta que a festa é uma forma de comunicação. E é nessa comunicação, entre si e para os visitantes, que a comunidade afirma a sua identidade coletiva e o indivíduo toma conhecimento de seu “pertencimento” ao grupo (FERREIRA, 2006).

Essas festas proporcionavam, para o povo baiano, uma grande riqueza cultural. Os letrados ficavam com a tarefa de escrever as letras das canções dos bailes pastoris. Entre os citados “homens de letras”, estão João da Veiga Murici, J. G. Santos Reis, Olímpio Deodato Pitanga, padre Maximiano Xavier de Santana. É interessante citar que João da Veiga Murici recebeu um capítulo dedicado a ele no livro *A Bahia de Outr’ora*, de Manuel Querino. O escritor negro recorreu às trajetórias acadêmica e artística de Murici e destacou suas habilidades primorosas.

Segundo Querino (1946), o baiano João da Veiga Murici (1806-1890) foi professor de filosofia e participou de sociedades, como a Sociedade Biblioteca Clássica Portuguesa e da Sociedade Instrutiva e do Instituto Literário. O professor ainda foi autor de livros e de textos publicados em periódicos. A referência a esse professor endossa o fato da presença de

importantes letrados nessas festividades religiosas, bem como o círculo letrado a que Manuel Querino pertenceu. Novamente, podemos considerar esses eventos festivos como importantes espaços de sociabilidade e trocas de experiências coletivas.

Nascido em Santo Amaro da Purificação, na mesma província que Manuel Querino, faleceu na metade do século XIX. Ferreira dos Santos Reis era “versado nos clássicos da língua latina, língua em que compôs várias poesias e de que foi um distinto professor” (QUERINO, 1916; BLAKE, 1895). Também se colocou a serviço da Guerra da Independência e isso lhe garantiu condecoração com uma medalha comemorativa. Ferreira dos Santos Reis escreveu várias composições poéticas e o dicionário bibliográfico citou algumas de suas produções literárias: *Geórgica Brasileira*, *Poesias*, *Terceirada*, além de trabalhos de tradução como *Da Criação dos Bois no Brasil* e *Eneida* (BLAKE, 1895). Em outro momento de *A Bahia d’Outrora* Querino cita seu irmão, Ladislau dos Santos Titara (1801-1861)⁵², que ao contrário de Ferreira dos Santos, não foi contemplado por Sacramento Blake.

Manuel Querino também deixou registrados alguns nomes de ensaiadores dos bailes pastoris: o professor Olímpio Pitanga, João Crisostomo de Queirós, Euclides Teles da Cruz, padre Maximiniano X. de Santana e Eduardo de Abreu Contreiras. Segundo o autor, esses sujeitos “se esforçavam pelo bom desempenho de seus discípulos, na entonação da voz, mímica, nos diversos tons fisionômicos e gesticulação indispensáveis ao seguro efeito de representação” (QUERINO, 1946, p.13).

Além das letras dos bailes pastoris que contaram com a participação desses sujeitos supracitados, as músicas também foram centrais nesses eventos. Segundo Manuel Querino, trechos de ópera como *Trovador*, *Traviata*, *Ermani* e *Norma* faziam sucesso na voz de intérpretes da época. A ópera, como um gênero musical que integrava os círculos elitizados, circulava aqui entre diferentes grupos sociais os, trabalhadores baianos, os operários, os escravizados, os pobres, enfim, aos grupos populares que faziam parte dessa manifestação cultural.

Todo esse processo de organização para a festa natalina mobilizava diferentes sujeitos e grupos da sociedade. Como destacou Querino, “igrejas matrizes e filiais, conventos e casas de família armavam seus presépios, e todos empenhados em exceder à expectativa geral e recolher maior soma de elogios” (QUERINO, 1946, p.13). Era a cidade mobilizada em torno de um festejo. O presépio do convento das religiosas da Soledade estava entre as mais

⁵² Para saber mais sobre Ladislau dos Santos Titara, ver Dicionário da Literatura Digital da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=11425>>

destacadas do período por apresentar uma “correção e beleza das figuras, primorosamente trabalhadas pelo grande escultor Bento Sabino dos Reis”.

Bento Sabino dos Reis (1760-1843) foi um dos artífices da Bahia na primeira metade do século XIX. Sabino dos Reis era escultor e foi o introdutor da devoção do Senhor dos Passos dos Humildes. A sua atuação como artesão foi muito significativa, sendo autor de esculturas para as igrejas, entre elas, a da Ordem Terceira do Carmo e da Matriz de Santana, além de realizar seus serviços também para os conventos de São Francisco e da Soledade (LOPES, 2014). Querino, contudo, não o conheceu⁵³ e relata suas habilidades a partir do que ouviu as pessoas contarem.

Com a entrada do novo ano, nos primeiros dias de janeiro, a população baiana já se preparava para organizar mais um festejo: “nas expansões calorosas da alma popular figura, com extraordinário brilho, a celebrada *Noite de Reis*” (QUERINO, 1946, p.29). Convém ressaltar a maneira como Manuel Querino refere-se a essa festa, como “alma” do povo. Apresenta-nos uma imagem de um povo baiano com uma vida festiva intensa.

Em diversos momentos, Manuel Querino não deixou de registrar os artistas e as músicas que embalaram as festividades em Salvador. Assim sendo, escreveu:

A música das cantatas da Noite de Reis é uma inspirada composição do alferes de milícias, João da Veiga Muricí, provector professor de línguas e filosofia, e ao mesmo tempo competente musicista da época, bom poeta, autor de diversas obras sobre religião e língua portuguesa (QUERINO, 1946, p.32).

Sobre a música de Muricí, Manuel Querino faz uma comparação: “Essa música está identificada com o sentimento religioso do povo baiano, como o Hino Nacional nas alegrias patrióticas do povo Brasileiro” (QUERINO, 1946, p.32). Ainda sobre a Folia de Reis, Manuel Querino escreveu: “A gente de poucos recursos e de humilde condição social, o povo propriamente dito, é quem se reserva de celebrar, com certo brilhantismo, essa passagem da Bíblia, tão cheia de ensinamentos e de encantos para os crentes no catolicismo” (QUERINO, 1946, p. 29). Couto (2015) ressalta que as festas religiosas contempladas pelo calendário católico devem ser consideradas enquanto afro-católicas, devido a não exclusividade do catolicismo nas práticas festivas da população baiana. Ou seja, muitas das celebrações que ocorriam dentro do calendário católico eram práticas trazidas pela diáspora africana e que foram reeditadas dentro desse novo contexto.

Ao rastrear as festas protagonizadas por sujeitos negros ao longo do século XIX na América do Sul e no Caribe, Nirlene Nepomuceno (2016) identificou uma forte dimensão

⁵³ Reis faleceu sete anos antes do nascimento de Querino.

africana nas celebrações do ciclo natalino. A autora recuperou uma série de semelhanças entre os festejos da população negra em diferentes pontos da região latino-caribenha narrada por viajantes, cronistas e periódicos. Essas similaridades demonstram como os africanos e seus descendentes adotaram artimanhas para reinventar a vivência cultural experimentada em seus passados, na África. Isso pode ser percebido nas “incorporações seletivamente elaboradas de determinados elementos, o que acabava por confundir aqueles responsáveis por controlá-las e por zelar pelo exercício de práticas “civilizadas”” (NEPOMUCENO, 2016, p.103). Nesse sentido, escravizados, livres e libertos apropriaram-se do calendário do período natalino para expressarem suas práticas culturais que carregavam na memória de seus corpos. Entretanto, essa vinculação não é identificada nos textos de Manuel Querino. Os escritos sobre o catolicismo não apresentam vestígios dessa reinvenção da tradição de matriz africana no âmbito do território nacional de forma explícita. Por outro lado, as práticas religiosas de africanos e seus descendentes receberam atenção com maior destaque em outro livro – *A Raça Africana e seus Costumes no Brasil* – como serão detalhadas mais a frente.

As procissões também estão presentes na obra de Querino aqui em análise. Convém ressaltar que o ato de realizar procissões não está relacionado diretamente à questão religiosa. Os indivíduos recorreram a esta manifestação em diferentes momentos da história da humanidade, a fim de externar suas alegrias e/ou suas tristezas. Ou seja, as procissões são formas de expressões do homem, em diferentes contextos. Houve momentos em que as pessoas saíram em procissões para cortejar reis e vencedores de batalha, como houve situações em que essas manifestações populares externaram a sua dor com os mortos gerados pelos conflitos de guerra (SILVA, BATISTA, 2016).

As procissões foram também uma das formas adotadas para externalizar a religiosidade desde o período colonial (FLEXOR, 2014). Tais manifestações foram adotadas como um dos reflexos da contrarreforma que enfatizava publicizar a religiosidade e incentivar maior participação da população. No século XIX, as procissões, assim como outras festividades ligadas ao catolicismo, passaram a ser regulamentadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1853).

A Semana Santa é uma tradição religiosa praticada por católicos a fim de celebrar a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Para externalizar o exercício da fé, as procissões foram adotadas na Semana Santa⁵⁴ e tomaram conta do espaço público de Salvador do século

⁵⁴ Segundo Flexor (2014, p.215), “os festejos da Semana Santa, propriamente dita, principiavam com a procissão do Triunfo da Cruz de Cristo e Senhor Nosso, que era colocada nas ruas centrais da cidade pela

XIX. Pela sua pompa, provavelmente, Manuel Querino não pôde deixar de fora de suas memórias. Entre as procissões as quais mencionou estão a Procissão de Cinzas e a Procissão de Fogaréus. As imagens que nos apresenta o escritor, numa leitura benjaminiana, são enredadas em uma narrativa que transmite uma experiência. Apresentaremos essas imagens a fim de analisarmos como, nas memórias de Manuel Querino, esses sujeitos históricos experimentaram essas manifestações, levando em consideração a trama social dos quais faziam parte.

A primeira imagem que Querino descreve é a do acontecimento da Procissão de Cinzas:

Pela primeira vez, nesse dia, efetuou-se a procissão das cinzas. Logo pela manhã, realizou-se a cerimônia denominada – ofício de cinzas, com sermão: uma espécie de advertência, ao cristão descuidado, para que compenetrasse do seu nada, de que o homem veio do pó e que o mesmo estado volveria (QUERINO, 1946, p.102).

Assim como a procissão, como teatralização da religião, o sermão também integra a essa tradição católica forjada em consonância com o processo de colonização.

Manuel Querino busca situar historicamente este evento e remete o início dessa manifestação a fevereiro de 1649⁵⁵. Segundo o autor, o “povo desta capital estava preparado para assistir a um dos atos religiosos de maior esplendor e solenidade; e por isso se tornava o mais rico e imponente da época” (QUERINO, 1946, p.102). Há nessa manifestação um forte caráter estético, como é possível observar na próxima imagem:

Às quatro horas da tarde, depois de novo sermão desfilava a enorme procissão, com desusada imponência imprimindo no espírito da população o mais puro sentimento de veneração pelos atos do culto externo (QUERINO, 1946, p. 102).

Havia um esforço da Igreja Católica em “imprimir no espírito da população” o “sentimento de veneração”, o que pode ser compreendido nesses eventos. Isso não aparecia em imagens de outras práticas da Igreja Católica, como é do sacramento católico da Extrema-Unção: “Era um dos atos externos do catolicismo que se realizavam, com a máxima reverência, e que despertavam a manifestação do sentimento religioso da população” (QUERINO, 1946, p. 122).

Ordem Terceira de São Domingos, na tarde de Domingo de Ramos. Era uma das procissões baianas que mais se revestia de pompa teatral, sendo uma das mais custosas”.

⁵⁵ Convém ressaltar que escapa aqui o empreendimento único de averiguar a veracidade dos fatos. Se assim o fizesse, eu estaria me aproximando da história positivista, na qual a narrativa histórica é construída a partir da coleta de informações e provas e meu exercício ficaria na verificação dos dados por si só. Além disto, seria uma tarefa semelhante ao que os estudiosos da primeira metade do século XX realizaram com a obra de Manuel Querino, quando revisitaram seu trabalho, buscando conferir dados e informações e submetendo seu trabalho etnográfico em segundo plano e lhe atribuindo falta de rigor científico. O exercício aqui é compreender como essas imagens dialéticas transmitem uma narrativa de uma experiência coletiva (BENJAMIN, 1989).

Os sujeitos acometidos por doenças encontravam na igreja um lugar para quem poderiam recorrer, para confortar-se:

Os enfermos, em artigo de morte, recorriam ao conforto imenso da igreja, e, para esse fim, era procurado o pároco da freguesia que mandava tocar o Nosso Pai. Às badaladas compassadas do sino, surgia à porta principal um menor, com capa vermelha, a agitar uma campã. Acudiam os fiéis e muitos deles interrompiam o itinerário que levavam ou suspendiam a preocupação diária para acompanhar o Santíssimo ao rico solar, à mansarda ou ao albergue do pobre (QUERINO, 1946, p. 122).

Todo o evento que envolveu vários sujeitos em torno do enfermo revela uma população solidária em seus momentos de dor. Estava nas memórias de Manuel Querino, e daqueles que compartilharam essas práticas, que se organizava coletivamente para atender quem precisasse:

Dada Extrema-Unção ao enfermo, a procissão se encaminhava na mesma ordem, ao ponto de partida, mas, por caminho ou rua diversa. Era uma cerimônia tocante e impressionadora, principalmente se ocorria à noite, quando as famílias iluminavam as janelas de suas residências. Era a triste recordação da quarta-feira de cinzas (QUERINO, 1946, 122).

Manuel Querino parece fechar um ciclo das procissões chegando novamente às cinzas, que indicam o fim de uma vida. O autor lamentou o fim dessas procissões da Extrema-Unção e uma mudança com relação aos adoecidos para o espaço privado, sem manifestações externas:

Depois da proclamação da República, pouco e pouco, aboliu-se a solenidade da procissão, e o Viático levado, hoje, aos moribundos quase sem ser pressentido, como o praticam os vigários, nomeadamente os religiosos franciscanos que se dirigirem a lugares ermos de acesso dificultoso, em cumprimento de sua piedosa profissão de fé (QUERINO, 1946, 122).

As procissões que ocorreram na província da Bahia desde o período colonial “impressionavam pela exteriorização religiosa, através de ornamentações, gestos e iconografia, numa réplica local, adaptada dos modelos ibéricos, especialmente essas da Semana Santa” (FLEXOR, 2014, p.). Pela sua imponente, não é difícil de imaginar que a procissão foi um dos eventos que diferentes segmentos da sociedade baiana se apresentariam:

O préstito saía da Igreja da Vulnerável Ordem 3ª de S. Francisco com o acompanhamento das outras ordens terceiras, irmandades, cabido metropolitano, seminaristas, comissões das corporações religiosas, autoridades civis e militares, guarda de honra de primeira linha, conduzindo vinte e uma charolas, além de representações outras, análogas, ao ato (QUERINO, 1946, p.102-103).

Manuel Querino vivenciou as festividades religiosas num período em que a Igreja Católica fiscalizava e regulamentava as festividades que ocorriam na província. Anteriormente, no século XVIII, o Arcebispado da Bahia, através de suas constituições, delegava a responsabilidade às ordens religiosas e às irmandades leigas de organizar e patrocinar as

festividades ligadas à Igreja Católica. Conforme Flexor (2014), esse compartilhamento de tarefas em torno das festividades decorreu da intenção da Igreja Católica em aproximar a população a si, previsto no Concílio de Trento. De certo modo, isso justificou a presença das ordens terceiras, irmandades, seminaristas e comissões das corporações religiosas nesta procissão.

Na quinta-feira santa, havia a Procissão de Fogaréus – ou Endoenças. Em uma nova imagem, Manuel Querino mostra como essa procissão “representava a captura do Nazareno, à noite, no Jardim das Oliveiras pelos Judeus, guiados pelo maldito discípulo que ia entregar o Divino Mestre aos seus algozes, sendo sinal convencionado o ósculo na face” (QUERINO, 1946, p. 79). É uma imagem que demonstra como a procissão, e seu recurso estético, buscou difundir as crenças e os valores religiosos da Igreja Católica.

O préstito era assim constituído: na frente, um indivíduo com o estandarte, ao qual o povo dava o nome de Pendão, com a vistosa inscrição em letras de ouro – S. P. Q. R.⁵⁶., atestando a solidariedade do povo romano com as arbitrariedades que iam praticar com Jesus Cristo (QUERINO, 1946, p.79).

A Santa Casa da Misericórdia foi estabelecida num contexto em que os colonizadores sentiram a necessidade de garantir seu processo de exploração das terras da América portuguesa. A da Bahia é apontada como a segunda instaurada no nosso território nacional. Esta instituição, portanto, construiu grande importância no cenário urbano da Bahia (SANTANA, 2005). A própria igreja a ela vinculada somada a relevância social da Santa Casa – que no decorrer do século XVIII e XIX prestou serviços filantrópicos a população baiana – leva-nos a entender as festividades realizadas por esses sujeitos como impactantes para essa sociedade baiana.

Essa outra imagem narrada, que debruça-se sobre a Procissão dos Passos, traz outros elementos das festividades religiosas católicas:

Depois, vinham os sete passos da Paixão, em painéis, cada um guarnecido por dois sacerdotes e dois irmãos da Misericórdia, conduzindo tocheiros, com os respectivos balandraus, vestimenta com capuz e mangas largas. Possantes etíopes conduziam pesadas lanternas de ferro, pendurados do topo de fortes varas de madeira. Nelas ardiam estopa, breu e água-rás, produzindo enorme clarão. Os irmãos da Misericórdia abriam alas à passagem das diversas dignidades do clero, e, bem assim, aos músicos da orquestra, que acompanhavam os cânticos (QUERINO, 1946, p.79-80).

Essa imagem contida na memória de Manuel Querino nos revela um pouco, dentro desse contexto do cotidiano da vida urbana, as práticas, os costumes e as diversas simbologias que

⁵⁶ S.P.Q.R. é uma abreviatura para a frase de origem latina *Senatus Populusque Romanus* que traduzida significa “O Senado e o Povo Romano”.

imprimiam na massa de escravizados, pobres, trabalhadores, operários, homens e mulheres de diversos grupos sociais. Esse era o reflexo de uma urbe que tinha em seu cenário a presença marcante do cristianismo.

Em suas memórias sobre a Bahia, a imagem dessas procissões é apresentada com a presença de várias igrejas para a realização dessa atividade teatral. Essa procissão contava com a participação orquestrada das igrejas do Curato da Sé.

Instrumentos, como o fagote, eram usados com a finalidade de imprimir “sensível tristeza ao ato” (QUERINO, 1946, p.). Havia a necessidade de captar fiéis e fazer com que a população adotasse a dogmas cristãos e, desse modo, cooperar com o Estado e a elite local no controle da população baiana, sobretudo a negra. Esse espetáculo urbano contou com o uso de imagens incrementadas com adornos e vestimentas, assim como a movimentação física pelo espaço público, o exagero gestual e teatral das cenas de sofrimento, de acordo com o estilo barroco, transformavam as procissões em grandes apresentações da província baiana (FLEXOR, 2014).

Nas procissões, o sermão era o realizado por “um dos afamados oradores sagrados do tempo”. O fim dessas solenidades era marcado numa culminância culinária, onde eram servidos “empadas, frigideiras, doces, pastéis e vinho velho do Porto” (FLEXOR, 2014). Desse modo, a experiência emocional da população baiana nas procissões envolveu não só a visão, a audição, mas também o olfato e o paladar. Em frente aos templos, era comum haver momentos de comilanças, antes ou após as cerimônias. E é nesse momento que podemos observar a mistura do sagrado com o profano. Tratava-se de um acontecimento festivo em que se praticava a religiosidade, mas que também se saciavam os desejos da carne. Sobre as festividades do Divino Espírito Santo, no Rio de Janeiro, Martha Abreu (1999) observou como alguns viajantes estrangeiros atribuíam a tais solenidades o termo “orgia” e remetiam-se, em seus registros, a textos de Rabelais para explicar o que viam. O comportamento social do povo baiano foi alvo de fiscalização e regulação. Isso porque tal comportamento era classificado, pelos arautos da civilização e da modernidade, a “promiscuidade social”. (MATTOSO, 1992, p.440).

As narrativas de Querino permitem identificar a presença de costumes da população pobre e negra nessas festas que não correspondiam ao que era esperado pela hierarquia católica. Ao longo do século XIX, o Arcebispo da Bahia, em suas constituições, decretava a proibição de danças e comidas dentro das igrejas⁵⁷ (FLEXOR, 2014). Assim, o controle e a normatização

⁵⁷ A culinária baiana também foi um tema considerado relevante nos escritos de Manuel Querino. O autor tratou de destacar as influências de matriz africana nos costumes gastronômicos do baiano em livro *A Arte Culinária na Bahia* (1928).

de como essas práticas deveriam ocorrer estavam englobadas dentro de um intuito maior, o de tentativa de controle da população, que nem sempre se efetuava.

Ainda segundo Manuel Querino, a Procissão de Fogaréus foi extinta em 1874 pela provedoria do Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas “em consequência de grande conflito, que tomou proporções assustadoras, acontecendo serem alguns irmãos atingidos por pedras, atirados no gato da Misericórdia”. Em seu lugar foram colocadas as normatizadas pela Igreja: a cerimônia do Lava-Pés, a missa cantada e a Procissão do Santíssimo no claustro (QUERINO, 1946, p.81).

Desse modo, o estabelecimento de normas não foi suficiente para controlar a população negra no exercício desse costume, que é quando há a extinção. Nessa imagem em torno desse conflito entre o Estado e os organizadores da festa. A prática da Procissão de Fogaréus já estava introduzida nos comportamentos e nos costumes desse povo, ao ponto de resistirem às mudanças arbitrárias. E aí, Manuel Querino apresenta-nos a capacidade de reinvenção da própria população que, num movimento de resistência, adere a um novo conjunto de práticas a ser realizada no lugar da festividade. É uma questão a se pensar também quais outros sentidos e significados que esses sujeitos atribuíam a essa festividade, tendo em vista às considerações de Nepomuceno (2016) da reintrodução de práticas africanas pelos negros e escravizados através da diáspora africana. É possível que, à margem da Procissão de Fogaréus, os foliões reinventavam as práticas e os costumes característicos da cultura africana.

Sobre as tradições africanas mescladas com as práticas introduzidas pela elite, Estado e Igreja, as identificadas nos estudos de Edilece Souza Couto (2015), homenagens a Santa Bárbara e ao Senhor do Bonfim, nos anos finais do século XIX e início do século XX, indicam a complementaridade entre os símbolos do catolicismo e das religiões de matriz africanas, como o candomblé e a umbanda, endossando a historiografia vigente sobre a cultura religiosa afro-brasileira. Por esse motivo, por mais que houvesse um empreendimento da Igreja Católica para manter-se hegemônica de maneira que controlasse as práticas populares, a autora define as festividades religiosas desse período como afro-católicas.

Os conflitos parecem que não se resumiam somente a essa festa. É o caso da Festa do Espírito Santo que acontecia na Bahia e que, em “grandes palanques”, no “largo de Santo Antônio além do Carmo”, reunia um aglomerado de festeiros, no qual apreciavam “jantares públicos” e muitas diversões. Assim, as festividades populares em torno do calendário cristão eram marcadas por conflitos, embates e resistência, como também por uma circularidade cultural, em que dogmas e símbolos da Igreja Católica são conjugados com costumes e valores das pessoas pobres, escravizadas e assalariadas e com as tradições africanas.

Sobre a festa do Bonfim⁵⁸, Manuel Querino escreveu: “Ainda em meio do burburinho das festas do fim do ano, logo na primeira semana de janeiro, o povo se preparava para a tradicional festa do Bonfim. Grande era a agitação de todos, para aquela romaria” (QUERINO, 1946, p.133). Agitou sujeitos de diferentes círculos sociais e foi ambiente de comunhão e de conflito. Dias antes do dia da grande festa, a população se organizava em torno da lavagem da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim: “Para esse fim, de véspera, começavam os arranjos da partida, que consistiam em acondicionar, em grandes cestas, roupas e vitualhas⁵⁹, pondo-se todos a caminho” (QUERINO, 1946, p.133).

Trata-se, portanto, de um momento de solidariedade e de comunhão do coletivo em prol da realização de uma prática e de valores dos quais compartilhavam. Nesse momento, os laços de afetividade são fortalecidos, promovendo a conexão entre esses sujeitos e favorecendo intercâmbio cultural. E assim, nas mais diferentes atividades, esses sujeitos se organizavam para fazer acontecer a tradicional festa do Bonfim:

Algumas levavam água da cidade e em todo o trajeto dançavam com a vasilha na cabeça, e assim prosseguiram até ao término da viagem. Às dez horas da manhã começavam a Lavagem do Bonfim. A lenha, para a iluminação à noite, era empilhada no topo da ladeira, que ainda conserva este nome. E todos subiam e desciam, acompanhados pelos *ternos de barbeiros*⁶⁰, ao som de cantatas apropriadas, numa alegria indescritível.

Enquanto uns se entregavam ao serviço da lavagem, outros, a um lado da igreja, entoavam chulas e canções, acompanhadas de violão (QUERINO, 1946, p. 134).

Em momentos de grande distração e empenho na organização de uma festa tradicional religiosa, a bebida era ingerida para entusiasmar os sujeitos presentes:

Se o tesoureiro da devoção era prazenteiro e folgazão mandava colocar aí uma pipa de vinho e outra de aguardente, para despertar o entusiasmo dos romeiros. O largo do Bonfim apresentava embandeiramento festivo; barracas de feiras erguiam-se na encosta da colina, provida de brinquedos de toda a espécie, para crianças. Havia ainda, palanque, para música, botequins repletos de comestíveis e bebidas.

Tocadores de realejos, vendedores ambulantes de refrescos, doces, etc, aí se apresentavam (QUERINO, 1946, p. 134).

O largo no qual estava situada à instituição religiosa era tomada por uma grande movimentação popular que envolvia desde divertimento para as crianças, músicas dançantes e espaços para comer e beber. Segundo Couto (2015), a presença negra nas festas de Bonfim

⁵⁸ O culto ao Senhor Bom Jesus do Bonfim começou na Bahia em 1740, quando o Capitão do português Theodósio Rodrigues de Faria chegou em Salvador. O tal capitão tinha uma grande devoção pelo Senhor do Bonfim. Em uma viagem marinha, o capitão passou por uma grande turbulência, da qual saiu vivo e agradecido. Firme em terra, o capitão decidiu fundar uma irmandade Devoção de Nosso Senhor do Bonfim, na igreja da Penha

⁵⁹ Mantimentos.

⁶⁰ Os barbeiros eram escravos de ganho ou forros que, nos intervalos de seu ofício, produziam suas músicas. Eles utilizavam instrumentos de corda, sopro e percussão.

incomodava a elite católica, branca e letrada. Podemos identificar prática de repressão à população negra nestes festejos na imagem de Manuel Querino a seguir:

De longa data vinha o clero impondo barreira à continuação da lavagem do Bonfim. De mãos dadas com o governo, que via em qualquer manifestação popular, por mais simples, um ataque à sua estabilidade, a portaria de 9 de dezembro de 1889, do Arcebispo d. Luís Antônio dos Santos, deu golpe mortal, extinguindo-a. Em 17 de janeiro de 1890, apesar da proibição, o povo fez-se representar: mas, a Guarda Cívica, estacionada à ladeira do Bonfim, arrecadou vassouras, violas, vasos de barro, harmônicas, e algumas praças, com ordens severas, diziam, muitos cheios de si: “Hoje, aqui, não há lavagem” (QUERINO, 1946, p.145).

Clero e estado empenhavam-se em um ordenamento e controle de práticas na cidade. Querino demonstra que estado e igreja, de mãos dadas, interrompem uma prática tradicional, para engendrar ações de repressão e de controle da população. Assim, reprimir as manifestações populares era também uma forma de dissipar possibilidades de união e de solidariedade entre os sujeitos, asfixiando as possíveis formas de organização e de estabelecimento de estratégias mútuas de sobrevivência e solidariedade. A outra lição que Manuel Querino, como narrador, transmite é a forma de resistência. Novamente, o povo aparece em suas imagens como aquele que burla a norma, que resiste às decisões arbitrárias. As festas em torno desses cultos já não são de domínio exclusivo da igreja.

Essa decisão de extinguir as lavagens das igrejas é mencionada pela historiografia. Conforme Couto (2015), o Arcebispo baiano tinha como objetivo abolir estas práticas. O ritual foi proibido por Dom Luís Antônio dos Santos e teve apoio do Estado, da imprensa e da polícia para tal. As normas emitidas por essa instituição previa a extinção das lavagens em todos os templos da cidade, mas, conforme ressalta a autora, a igreja de Bonfim é citada pela “função da importância da festa para os baianos e do enorme ajuntamento de pessoas pelas ruas da cidade, principalmente, pela quantidade de praticantes do candomblé, africanos e descendentes em sua maioria.” (COUTO, 2015). Portanto, eliminar as práticas de lavagem de igreja, sobretudo, a de Bonfim, possuía interesses bem direcionados: expurgar o sincretismo, dominar e controlar a população negra, ao minar as possibilidades de articulação dessas pessoas quando se reúnem, e eliminar a cultura de matriz africana existente nesses eventos, cultura esta que imprime uma identidade e que também faz circular determinados tipos de saberes e valores.

Sobre as religiosidades de matriz africana, Manuel Querino mencionou em alguns momentos em *A Bahia de Outr’ora* e em *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira*, mas surge com maiores detalhes apenas no livro *A Raça Africana e seus Costumes na Bahia*. Esta obra é resultado de um esforço em registrar estudos sobre os negros, nos quais

protagonizaram “os próprios africanos e estenderam-se aos seus descendentes mais diretos, indivíduos sabedores das práticas religiosas dos ascendentes” (QUERINO, 1938, p.21).

Através dos relatos que ouvira, das conversas que estabeleceu, das narrativas sobre experiências compartilhadas sobre o continente africano, Manuel Querino registrou essas práticas e costumes. Também destacou que tais práticas foram asfixiadas pelo empreendimento da Igreja Católica em catequizar os colonizados e escravizados. No entanto, ele nos dá indício de como via a resistência dessas práticas, embora sob tanta violência e opressão:

Muitos dos costumes que ora passamos a narrar deixaram raízes profundas no nosso meio; outros desapareceram por incompatíveis com o cristianismo dominante; outros modificaram-se tanto e se infiltraram tão sutilmente através da massa cosmopolita das nossas populações, que mui dificilmente se lhes reconhecem traços na vida da nossa sociedade atual (QUERINO, 1938, p.24).

As suas palavras são de quem resente o destroçamento de uma cultura que foi perseguida em nome de um projeto elitista para o Brasil republicano. Ele nos conta de uma tradição que vem de longe, vem de outras terras, de outro continente: a África. A sua obra, com registros de costumes africanos, é com o sentido de transmitir para as próximas gerações uma lição, no sentido benjaminiano: “o feiticismo africano exerceu notória influência em nossos costumes” (QUERINO, 1938, p.22).

Os nagôs da África Central praticavam costumes com crianças recém-nascidas, como o batismo. De certa maneira, Manuel Querino está se articulando com o conceito de diáspora africana. Ele reconhecia esses africanos como sujeitos que possuíam cultura, costumes, práticas, rituais, ou seja, em exercício de sua dignidade e de sua humanidade. E, como seres humanos, possuíam um conjunto de saberes, de tradições pelos quais se orientavam no mundo e na vida. Com a vinda dos africanos, vieram com eles suas culturas, e, nesse processo, tiveram que buscar em suas tradições apoio para recriarem suas identidades no território da colonização.

Assim, Manuel Querino escreveu: “Não há povo, por maior que seja o seu cultivo científico, que tenha escapado à participação de crenças supersticiosas. Não se pense que é um legado de povos ignorantes e atrasados, porque muito se enganará” (QUERINO, 1946, p.85). Em seu pensamento, é próprio de uma sociedade possuir crenças, rituais, práticas, costumes e hábitos. Para exemplificar o modo como enxergava esse conjunto de práticas, citou o francês François-René de Chateaubriand:

Chateaubriand, que chamou as crenças populares – Harmonias da religião e da natureza, explica-se nestes termos:
 “Grosseiro erro cometeríamos, se, querendo tudo submeter às regras da razão, condenássemos com rigor estas crenças, que ajudam o povo a suportar o fardo da vida, ensinando-lhes uma moral, que as melhores leis jamais saberão infundir-lhe.

É bom, é belo, digam o que quiserem, que todas as nossas ações sejam cheia de Deus, e que, sem cessar, nos vejamos cercados dos seus milagres” (QUERINO, 1946, p.85-86).

É esse povo que, submetido a um processo violento de escravização, precisou recorrer a suas crenças para se reorientar nessa sociedade que buscava determinar a hierarquização dos grupos raciais a partir de critérios de “raça”. Na seguinte imagem, Manuel Querino reafirma as crenças, hábitos e estórias compartilhadas como forma de suportar as condições da escravidão:

A crueldade do tempo auxiliava a superstição. Os indivíduos que facilmente enriqueciam e tornavam-se poderosos; os traficantes de carne humana; senhores de engenho que, em momento de ferocidade, atiravam os filhos das escravas, na fornalha; os proprietários de terrenos que não edificavam, todos esses, dizia o povo, tinham feito contrato com Satanás, e referia lutas havidas entre os contratantes, por conclusão de tempo, quando o Diabo vinha busca-los. Dizia a tradição: os senhorios maus apareciam sentados à porta das fornalhas; ouviam-se latidos, vultos dispersos, exigindo cumprimentos de obrigações contratuais.

Trata-se de uma obra em debate explícito com as teorias em voga a partir de 1870 no Brasil, especialmente, com os letrados das principais instituições científicas baianas. Uma das referências baianas é Nina Rodrigues, médico da Faculdade de Medicina, em diálogo claro que estabeleceu com discursos científicos de intelectuais das teorias raciais como, por exemplo, Cesare Lombroso. Para o médico italiano, a criminalidade seria um fenômeno físico e hereditário, marcando, assim, o que definiria a “antropologia social” (SCHWARCZ, 1993).

Querino queria pôr por terra as teorias que inferiorizavam o negro. Ele traz alguns exemplos de como países, ditas civilizadas, também possuíam comportamentos que exprimiam certa “ignorância”: na França, em 1811, a retratista francesa Lorimier foi “apedrejada por estar copiando ou desenhando a vista de Saint-Flour”; também na França, um grupo de engenheiros foi taxado de feiticeiro por moradores por levantarem a planta da província e foram quase mortos a pedradas; em 1815, na Inglaterra, “o tribunal julgou um processo, no qual o procurador da coroa acusava o Dr. Faereman de ter promovido bruxarias para uma senhora se fazer amar por um rapaz” (QUERINO, 1946, p. 86).

Aqueles homens e mulheres que dançavam, comiam e bebiam enquanto lavavam as igrejas, que falavam as suas línguas africanas, que tinham as suas crenças e seus rituais, que entoavam seus cânticos, expressavam a sua humanidade como faziam os outros povos.

Estávamos em pleno regime da escravidão. Os africanos, em matéria de crença, quando não eram supersticiosos, praticavam a feitiçaria, de modo que estes últimos se tornavam temíveis e os respectivos senhores, com receio de qualquer surpresa, concediam-lhe certas e limitadas franquias, com tanto que, a benevolência calculada, não implicasse o medo ou o terror do feitiço incurável (QUERINO, 1946, p.116).

O que o escritor nos apresenta são sujeitos que, em suas estratégias de resistência ao regime que eram submetidos, recorriam aos seus saberes e seus conhecimentos que a sua cultura proporcionava. Convém ressaltar das diversas rebeliões escravas que tomaram conta da Bahia nas primeiras décadas do século XIX e que assombraram os donos de escravizados. Nesse período, os escravizados identificados por etnia – malês, haussás e nagôs – organizaram-se e provocaram uma série de revoltas (REIS; SILVA, 1989). Por compartilharem o mesmo local de origem na África, esses africanos em condição de mão-de-obra escrava possuíam laços estabelecidos a partir de suas tradições culturais. Entretanto, os conflitos derivados das diferenças étnicas no território africano foram reproduzidos nas colônias portuguesas e geraram desmobilização desse mesmo grupo (REIS; SILVA, 1989). Coibir práticas culturais africanas estaria dentro de um projeto de controle da população negra e de modelação de seu comportamento. Para a manutenção dessa sociedade hierarquizada e hierarquizante, era necessário suprimir os saberes e os conhecimentos desse povo, fragilizá-lo, desumanizá-lo. Entretanto, as práticas aconteceram nas brechas sociais dessa cidade. Couto (2004), ao pesquisar as festas de Santa Bárbara, da Conceição da Praia e de Sant’Ana, identificou práticas do candomblé nestas festas católicas e, com isso, foram sincretizadas com o culto às Iansã, Iemanjá e Nanã. Um dos exemplos que a autora traz é como os devotos colocavam oferendas, uma prática própria do candomblé, aos pés da Santa Bárbara.

Querino registrou em *A Bahia de Outr’ora*, uma festa ocorrida em frente ao antigo forte de S. Bartolomeu, em Itapagipe. Esse episódio foi “a de maior nomeada” e, segundo ele, reuniu mais de dois mil africanos e contava com a presença de todos os pais de terreiro da cidade. A festa durou por quinze dias “nas quais abundavam os batuques (candomblés), o efó, o abará, o carneiro, o bode, etc., com o azeite de dendê”. Muitos objetos eram destinados a Iemanjá em suas práticas (QUERINO, 1946, p.117).

As práticas religiosas africanas também criavam seus calendários. De acordo com Manuel Querino, os pescadores locais, no mês de fevereiro, passaram a realizar um festejo para Iemanjá em “recordação do *aviso* que tiveram livrando-se de uma morte certa” (QUERINO, 1946, p.127). Contava-se que os moradores do Rio Vermelho haviam se deslocado para Pituba e Itapoã, após a região ser atacada em decorrência dos conflitos pela Independência. Lá, vistoriaram o local e sentaram-se a beira-mar, quando foram abordados por uma senhora que os alertaram acerca dos lusitanos. Assim, foram surpreendidos com ataques, mas conseguiram escapar com vida (QUERINO, 1946).

No mês de fevereiro de cada ano, os pescadores festejam esse fato, do seguinte modo:
Na véspera da romaria, sai numeroso grupo de populares, conduzindo uma imagem,

e, precedidos de músicos, percorre o arrabalde angariando donativos para as despesas da festividade; e só se dispersa pela madrugada. Como sempre, todos os moradores concorrem com o seu óbulo, a que adicionando-se a pequena quantia cobrada diariamente nas pesadas do peixe vendido cobrem as despesas da festa (QUERINO, 1946, p.128).

Os festejos no mês de fevereiro também envolveram a romaria em um dos subúrbios de Salvador, Candeias. Segundo Manuel Querino

Começaram por se dirigirem ao arraial das Candeias, e ainda à cidade de Santo Amaro, nos dias primeiro e dois de fevereiro. Saveiros, barcos, lanchas, todos empavesados, conduziam grande multidão de romeiros e pessoas outras, inclusive médicos, diletantes, tocadores de violão e trovadores. Nas Candeias, armavam casas de palha, botequins, e, por espaço de três dias, entregavam-se a toda a sorte de diversões (QUERINO, 1946, p.245).

3.3 A Experiência da Guerra e a Cultura Negra: A Defesa pela Inclusão dos Africanos e sua Cultura nos Projetos Nacionais

A cultura de matriz africana atravessou diferentes ambientes da cidade de Salvador. Neste item, pretendemos apresentar como embates culturais se fizeram presente também em situações de guerra. Os escritos de Manuel Querino são marcados pelo seu empreendimento de registrar vários aspectos da cultura africana existentes no cotidiano de Salvador de seu período. A capoeira foi um dos assuntos que esteve incluído em seus escritos. A essa prática, chamou-a de “jogo atlético”, no qual o movimento dos corpos era essencial. Desse modo, escreveu:

Por muito tempo, os exercícios de capoeiragem interessaram não só os indivíduos da camada popular, mas também às pessoas de representação social; estas, porém como um meio de desenvolvimento e de educação física, como hoje é o futebol e outros gêneros de esporte (QUERINO, 1946, p. 68).

O que ele destaca aqui é que a capoeira pode ser reconhecida como um tipo de esporte. Ou seja, há uma tentativa de integrar a capoeira na categoria de esporte, ao elencá-la juntamente como atividade integrada à educação física. Ao trazer a informação de que a capoeira era uma atividade que não se restringiu aos populares, mas que “pessoas de representação social” também a praticavam, Querino destaca a circularidade cultural. Nesse sentido, o autor afirma:

Os povos cultos têm o seu jogo de capoeira, mas sob outros nomes: assim, o português, joga o pau; o francês a savata; o inglês, o soco; o japonês, o jiu-jitsu; à imitação dos jogos olímpicos dos gregos e da luta dos romanos (QUERINO, 1946, p. 69).

A construção da sua narrativa conduz a uma argumentação de que não havia explicação plausível para a rejeição da capoeira. Nesse sentido, o texto nos leva a compreender que, ao

equiparar a capoeira a outros esportes originados em outros países, Manuel Querino coloca essa atividade no mesmo patamar das práticas culturais desses povos.

Sobre os hábitos dos capoeiristas, escreveu:

O domingo de Ramos fora sempre o dia escolhido para as escaramuças dos capoeiras. O bairro mais forte fora o da Sé; o campo da luta era o Terreiro de Jesus. Esse bairro nunca fora atacado de surpresa, porque os seus dirigentes, sempre prevenidos fechavam as embocaduras, por meio de combatentes, e um tulheiro de pedras e garrafas quebradas, em forma de trincheiras, guarneciam os principais pontos de ataques, como fossem: ladeira de S. Francisco, S. Miguel e Portas do Carmo, na embocadura do Terreiro. Levava cada bairro uma bandeira nacional, e ao avistarem-se davam vivas à sua parcialidade (QUERINO, 1946, p.68).

Manuel Querino nos apresenta alguns aspectos da vida cotidiana dos capoeiristas. A primeira é a escolha do dia para os encontros dos jogadores: o domingo de Ramos. O segundo, a forma como se distribuía na cidade: a freguesia da Sé, onde os capoeiristas eram mais fortes. O Terreiro de Jesus é uma praça, que atualmente fica localizada no Centro Histórico de Salvador, e que foi o espaço no qual os capoeiristas se reuniam para as suas apresentações.

O escritor negro registrou as tentativas de controle por parte do Estado às práticas de capoeira, quando escreveu sobre a assinatura de lei, pela portaria de 31 de outubro de 1821, ocorrida no Rio de Janeiro, que criminalizava a prática da capoeira e seu praticante como “um elemento perigoso” (QUERINO, 1946, p.73).

A lei foi o reflexo da perseguição sofrida pela capoeira no território nacional. A capoeira carregava os valores que foram produzidos dentro do contexto da experiência da diáspora africana no Brasil. Além disso, os que praticavam a capoeiragem carregavam o estigma da marginalização que a iniciativa de criminalização empreendida pelo Estado legitimou e reproduziu. A capoeira foi associada ao mundo do crime na maior parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. (OLIVEIRA, LEAL, 2009).

No entanto, segundo Oliveira e Leal (2009), a capoeira adquiriu diferentes significados conforme os interesses das elites em diferentes períodos históricos, que poderiam conceder-lhe uma tolerância relativa ou impingir uma perseguição rigorosa. Nesse sentido, Manuel Querino ressaltou situações em que a prática de capoeira foi interessante para o Estado. Referiu-se ao chamado do governo da Província para a Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual seguiram-se um “bom número de capoeiras” que lá compareceram “muitos por livre e espontânea vontade, e muitíssimos voluntariamente constrangidos”. Manuel Querino destacou a boa atuação desse grupo, afirmando: “E não foram improficuos os esforços desses defensores da Pátria, no teatro da luta, principalmente nos assaltos à baioneta”. Para Querino, a atuação dos

Zuavos Baianos na Guerra do Paraguai foram significativas para o país, quando tomaram de assalto o forte de Curuzú, expulsando os paraguaios.

Este ponto toca na questão da experiência de guerra para os homens de cor nesse período. Kraay (2012) identificou a proposta de companhias negras na Bahia como uma iniciativa que aconteceu externamente ao Exército, mas como fruto de uma mobilização patriótica de 1865-1866 no contexto de eclosão da Guerra do Paraguai. Dessa forma, os Zuavos Baianos foram companhias negras organizadas por Quirino Antônio do Espírito Santo, após voluntariar-se para a guerra declarando fazê-lo por possuir sentimento de patriotismo (KRAAY, 2012).

Assim, a capoeira tinha “a sua utilidade em determinadas ocasiões” (QUERINO, 1946, p. 73). Essa passagem de Querino converge com os apontamentos de Oliveira e Leal (2009) sobre como os significados da capoeira eram reelaborados conforme os projetos em voga. Entretanto, os autores afirmam que essa relativa valorização da capoeiragem para a guerra durou pouco. Após a Guerra do Paraguai e com a instauração da República, a capoeira passou a ser considerado crime pelo Código Penal Republicano. Havia críticas quanto a capoeira durante o período imperial, mas os mecanismos legais contra a prática foram instaurados na República (OLIVEIRA, LEAL, 2009). A capoeira é tratada pelo governo de Getúlio Vargas de outra forma. Há uma tentativa de transformar essa prática em esporte de academia. É nesse momento que surge a capoeira regional, diferente da de Angola (OLIVEIRA, LEAL, 2009).

Em relação a Salvador, Manuel Querino fez referências a fatos que motivaram o “espírito da mocidade” a “se entregar aos exercícios de capoeiragem”. Ele refere-se à leitura realizada pelos jovens sobre a estória do rei francês Carlos Magno e sua tropa de elite pessoal, os doze pares de França. Além dessas, as narrações guerreiras da vida de Napoleão Bonaparte também foram importantes, segundo Querino, para motivar os jovens na inserção na capoeira. A transmissão de valores de “ser valentes” produzidos por essas narrativas conduziram os jovens, na perspectiva de Manuel Querino, a se dedicarem às práticas de capoeiras (QUERINO, 1946, p. 69).

Manuel Querino, em seus escritos, trouxe o relato de participação de dois capoeiristas na Guerra do Paraguai: Cezário Álvaro da Costa e Antônio Francisco de Melo⁶¹. O primeiro, um “rapaz bem procedido e caprichoso, não era um profissional, mas amador competente”

⁶¹ Segundo Lopes (2014), Cesário Álvaro da Costa foi um capoeirista e militar da Bahia no século XIX. Foi cabo e sargento do Sétimo Batalhão de Infantaria. A sua participação na Guerra do Paraguai lhe rendeu medalhas de campanha, medalha do mérito militar e o habito de cavaleiro da Imperial Ordem Cruzeiro. Já o pernambucano Antônio Francisco de Melo, foi um militar que participou da Guerra do Paraguai como cadete do 9º batalhão. Foi promovido a sargento, chegando ao posto de capitão (LOPES, 2014).

(QUERINO, 1946, p.71). Segundo Querino, sua participação foi de grande destaque e lhe rendeu promoções dentro do corpo do Exército brasileiro e premiações. Sobre o segundo, escreveu: “Não se limitava a simples amador de capoeira, possuía tendência pronunciada para um destemido profissional, o que, decididamente, lhe prejudicou, demorando a promoção, apesar de possuir certa importância pessoal [...]” (QUERINO, 1946, p.72).

Ao trazer o relato da vivência desses dois personagens com a guerra, compreendemos que com essa narrativa Querino visava a reforçar os capoeiristas como importantes e significativos para a formação da nação. Integrar os praticantes de capoeira aos projetos nacionais significaria reconhecer suas habilidades (ainda que momentaneamente) e, sobretudo, reconhecer a cultura de matriz africana que formava o povo brasileiro, sobretudo, o baiano.

O próprio Querino, quando em viagem ao Piauí, foi recrutado para a guerra. Tinha por volta de seus 17 anos. Podemos supor que sua narrativa provém de sua própria experiência e trocas oportunizadas quando atuou como escrevente no batalhão do Rio de Janeiro. Com o fim da guerra, em 1871, Querino retornou à Bahia (TEIXEIRA, 1946; LEAL, 2009).

Assim, Manuel Querino relatou sobre o período de recrutamento para a guerra, que alterou costumes e comportamentos da sociedade baiana. Querino destacou a “obstinação” de Solano Lopez⁶² em dar continuidade à guerra, resultando em uma necessidade de recrutar mais brasileiros para os combates. O retorno daqueles que participaram do campo de batalha provocava um “retraimento”, pois, ao chegar, “os inválidos, mutilados, narrando os incidentes, fadigas e privações por que passaram” provocavam uma rejeição ao engajamento nos campos de batalha. Diante dessa ausência de espontaneidade para servir às forças armadas, houve um processo de alistamento forçado que Manuel Querino descreveu:

Começou o recrutamento desordenado, com seus tons de barbaridade. Os homens válidos foram procurados como feras; parecia que a Bahia tomara a peito fornecer o pessoal necessário às funções da guerra. Varejavam-se casas, arrancavam-se rapazes ocultos nos armários e outros móveis domésticos (QUERINO, 1946, p.182).

No contexto de mobilização patriótica empreendida pelo governo imperial, a província da Bahia foi uma das primeiras a se dispor para a guerra. Assim, os batalhões denominados Voluntários da Pátria foram criados em decorrência desse contexto, firmado pelo decreto imperial de janeiro de 1865, a fim de aumentar a força militar na guerra. Entretanto, os voluntários declarados não passaram dos primeiros meses da guerra. O governo imperial, juntamente com a Guarda Nacional, empreendeu um movimento de recrutamento forçado

⁶² Francisco Solano Lopez, filho de Carlos Antônio Lopez, assumiu o governo paraguaio em 1862, após a morte de seu pai (RODRIGUES, 2001).

mencionado por Querino (RODRIGUES, 2001). Segundo o escritor negro, o momento foi oportuno para os comandantes se manifestarem como a voz soberana do Estado. Os comandantes dos batalhões “designavam os guardas, muitas vezes sem atender às condições exigidas na lei”. Já os comandantes superiores “tornaram-se simplesmente soberanos” e colocavam “a vaidade e o ódio [...] acima de tudo”. Eram tempos em que essas autoridades “pretendiam reviver o antigo poderio dos capitães-mores de ordenanças” (QUERINO, 1946, p.182). No âmbito familiar, recrutavam-se, segundo Querino, “arrimos de família” que uma indiscrição qualquer apontara, com esta sentença: “vai de presente ao Lopez” (QUERINO, 1946, p.182). Segundo Rodrigues (2001), o recrutamento forçado que ocorreu em grande escala, sobretudo na Bahia, desestruturou diversas famílias, uma vez que levaram pais, filhos e maridos para as fileiras da guerra. Muitas famílias entraram em tempos difíceis.

É possível que a viagem que Querino fez para o Piauí em 1870 tenha sido para burlar o recrutamento forçado. Outras estratégias também eram utilizadas:

Quem não queria vestir farda pagava uma mensalidade, a juízo do comandante, como auxílio às despesas com o fardamento da música, e tinha a designação de *contribuinte*. O cidadão que não se prestava ao serviço da guarda nacional apresentava um substituto, a quem o povo deu o nome de – *pataqueiro*; porque além do sôldo, que era de *noventa* réis, e a etapa de *quatrocentos* réis diários, recebia, particularmente, uma gratificação do substituído. Também o indivíduo recrutado ou designado para o exército podia obter excusa, dando um homem por si, a quem pagava certa quantia, previamente ajustada, ou comprava um escravizado para substituí-lo.

Quando o indivíduo dispunha de proteção, apontava, ou antes, recrutava outro para servir em seu lugar (QUERINO, 1946, p.183). Provavelmente, os pagamentos citados por Querino referiam-se às promessas aos voluntários, entre outras, previstas no decreto imperial que não foram cumpridas. (RODRIGUES, 2001). Segundo Manuel Querino, a Guarda Nacional, com sua patrulha, realizava a sua procura por homens aos domingos, o que acarretava “desassossego no seio das casas de família”⁶³. As senhoras choravam e os recrutados repetiam “Se hei de morrer eu, morra meu pai, que é mais velho” (QUERINO, 1946, p.183).

Outros artifícios foram adotados para escapar do serviço militar. Um deles é a matrícula no Liceu Provincial, o qual passou a receber muitos alunos (QUERINO, 1946, p.183). Também era comum ocuparem-se com outro serviço. Investir na boa aparência também se tratava de uma estratégia:

⁶³ As mulheres também participaram da Guerra do Paraguai. Muitas dispuseram seus serviços a favor do Estado e, assim, houve mulheres que contribuíram costurando para os soldados, outras que passaram a dar aulas para filhos de voluntários, outras que doaram seus vencimentos para o estado, entre outras diversas formas de participação. Embora a interdição das mulheres para o exercício militar, identifica-se na historiografia mulheres seguindo para campos de batalha a serviço do Exército, como é o caso da Ana Justina Ferreira Nery, conhecida como a Primeira Enfermeira Militar Brasileira (RODRIGUES, 2001).

[...] andavam bem trajados, munidos de chapéu de pelo ou castor. Ao aproximar-se de um soldado, para dar-lhe voz de prisão, o rapaz aprumava-se, dizendo: *Sabe bem com quem está falando?*

Se o(?) praça se retraía, supondo ter dirigido a palavra a algum rebento da nobreza da época, ajuntava polidamente: *Vossa senhoria desculpe*; se era um desabusado, respondia: *só conheço o pau pela casca, siga*; e lá ia o cidadão recolhido ao Forte de São Pedro, com cartola, impostura e tudo (QUERINO, 1946, p.183-184).

Segundo Querino, o casamento foi outro recurso utilizado para escapar do exercício militar, aumentando o número de matrimônios nesse período (QUERINO, 1946, p. 184). A cidade teve seu cenário modificado: “As ruas ficavam desertas e os trovadores mudos. Duas entidades, porém, estavam na plenitude de suas regalias: os gatos de telhado, e os soldados de patrulha” (QUERINO, 1946, p. 184).

Os esforços em promover o patriotismo entre os sujeitos da época fizeram com que as autoridades civis e o Estado acionassem outro episódio que estava presente na memória coletiva da população baiana: a guerra pela Independência. Os baianos que lutaram nos anos de 1822 e 1823, durante a mobilização do país na Guerra do Paraguai, nos anos 60 deste século, ocupavam, na memória coletiva, importantes estórias daqueles que lutaram contra os portugueses. Portanto, os veteranos da Independência foram importantes no movimento de mobilização patriótica que tomou conta da cidade de Salvador nesse período (KRAAY, 2012). Nesse sentido, Manuel Querino escreveu:

A geração atual não tem sabido aquilatar a soma de benefícios que lhe outorgaram os nossos ancestrais. Sem heroísmo e sem amor pela liberdade, bem cedo esqueceu a consagração devida aos seus heróis. E por isso sem o culto do passado, não temos nem sintomas de patriotismo porque este não conhece dificuldades, não esmorece na presença dos maiores obstáculos (QUERINO, 1946, p.286).

Querino reforçava a importância da história e da necessidade de narrá-la e transmiti-la às gerações seguintes. Pela relevância de mantê-la viva que o escritor dedicou três títulos de *A Bahia de Outr’ora* para a Independência do Brasil – *Primórdios da Independência*, *Episódio da Independência I*, *Episódio da Independência II* -, além de um artigo na Revista do IGHBA – *Notícias Histórica sobre o 2 de julho de 1923 e sua Comemoração na Bahia*.

Em fevereiro de 1822, Portugal invadiu Salvador com as suas tropas do exército, instalando uma ocupação militar. Os baianos resistiram aos ataques dos portugueses e, em outubro de 1822, os soldados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas e Sergipe agregaram à guerra junto aos baianos. A vitória foi conquistada tempo depois, com os portugueses expulsos da Bahia no dia dois de julho de 1823. Nesse contexto, a participação da Bahia na luta armada contra o domínio português foi fundamental. Foi pela resistência dos baianos que uma possível conciliação entre Brasil e Portugal foi impedida (TAVARES, 2005).

Mas o significado dessa guerra não se encerra por aí. O caos instaurado pela guerra na capital baiana foi favorável para que escravizados aproveitassem da situação para se rebelarem, até mesmo contra as tropas brasileiras. Na verdade, estavam eclodindo várias rebeliões escravas no território baiano desde o início do século. A movimentação pela independência gerou no negro escravizado a possibilidade da conquista da liberdade, assim como, para os mestiços, a possibilidade de crescer num país que estava prestes a ser livre. Por isso, o Dois de Julho de 1823 tem um significado muito mais amplo, pois não correspondeu somente a vitória de um projeto da elite brasileira, mas também foi um ambiente propício para os negros se rebelarem contra a sua condição escrava. O momento foi tão tenso que os senhores e as autoridades civis temeram que houvesse uma libertação dos escravos (REIS; SILVA, 1989).

Kraay (1999) aponta que o Dois de Julho foi tão importante para os baianos que houve várias tentativas em transformar o dia em feriado nacional, ficando somente como feriado local. O autor ainda aponta esta festa cívica foi diferente das demais. Não aconteceu por uma imposição que veio de cima, pelas autoridades estatais, mas se deu por uma forte mobilização popular. As comemorações passaram a acontecer, portanto, anualmente.

Quando Manuel Querino fez esse alerta quanto à importância do “culto ao passado”, a década de 1910 estava para findar. Sob o regime republicano, o que estava em voga era um projeto de modernização da cidade, afinado com as noções de “civilização” e “progresso”. Esse projeto refletiu na maneira como as comemorações do Dois de Julho foram compreendidas e conduzidas pelas autoridades e elites baianas. Um exemplo é, ao relatar as comemorações nos anos seguintes ao episódio, Manuel Querino mencionou o fato de um comandante português procurou a direção dos festejos e solicitou o Caboclo, carro alegórico que simbolizava a vitória dos brasileiros sob os portugueses (QUERINO, 1923). Este carro foi adotado pela população e fez parte das procissões dos festejos do 2 de julho.

Albuquerque (1999) empreendeu um estudo sobre as comemorações do Dois de Julho, em Salvador, entre os anos de 1889 a 1923, e identificou uma multiplicidade de sentidos e significados por parte de diferentes setores da sociedade. Segundo a autora, as comemorações sofreram um constante monitoramento de seus aspectos e de intervenções de diferentes instituições a fim de tornar esses eventos alinhados a um modelo de sociedade almejado pela elite baiana local. O Dois de Julho foi uma das datas cívicas que mais contaram com a participação popular e que, portanto, apresentaram comportamentos, hábitos e práticas culturais que não eram vistos como civilizados. A preocupação em regular esses festejos era constante e isso era expresso nas tentativas de letrados e autoridades civis buscarem ter o controle das

festividades e da necessidade de tentar imprimir um modelo de civismo e patriotismo a ser seguido pelo povo.

A historiadora ainda aponta que muitos símbolos das comemorações do Dois de Julho foram retomados nos festejos da emancipação, a partir de 1889, como o Caboclo. Para Albuquerque (1999), o 13 de maio de 1888 foi como se estivesse concluindo um processo de libertação do povo escravizado que teria sido iniciado em 1823. Isso explica, em partes, a presença de vários elementos das comemorações de Dois de Julho nas solenidades comemorativas da abolição da escravidão. A crítica que possivelmente Manuel Querino realizou quando escreveu sobre a necessidade de retomar o seu passado e os “heróis” desse processo está ligada a disputas da memória. Nas comemorações da abolição, os abolicionistas passaram a concorrer com os símbolos do Dois de Julho, quando o intuito era atribuírem a si os louros do fim do regime escravocrata. Desse modo, essas lideranças abolicionistas colocaram em segundo plano as lutas e as resistências do próprio negro (ALBUQUERQUE, 1999). Manuel Querino, portanto, salientou a importância de reforçar a história do povo negro, daqueles que protagonizaram a luta contra um sistema que os escravizava.

A participação da população negra, seja nos episódios da Guerra da Independência da Bahia, seja na Guerra do Paraguai precisava ser lembrada. Parece-me que autor concebe um tipo de sentimento patriótico que está relacionado à valorização do povo, da cultura nacional e das histórias que dela fizeram parte. Portanto, distante do que as elites e letrados concebiam enquanto patriotismo e civismo, mais ligado às noções de um projeto moderno da elite, que passava pelo apagamento das culturas negras, da moralização dos costumes e do controle dos corpos.

Referente aos festejos cívicos, podemos compreendê-los, portanto, inseridos dentro de uma tradição inventada (HOBBSBAWN, 1997) de uma sociedade preocupada em moralizar e normatizar a população, bem como imprimir uma hierarquização social e racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve por objetivo identificar a experiência e a formação de Manuel Querino a partir da análise de diferentes momentos de sua trajetória. Para tal, elegemos o periódico *O Trabalho* (1892) e os textos *A Bahia de Outr'ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916).

No primeiro capítulo, o leitor acompanhou o percurso dessa pesquisa, do contato com as fontes e com os acervos e da não preservação do periódico. Manuel Querino sofreu tentativas de exclusão da memória nacional, assim como toda a população negra. Entretanto, mesmo diante de uma sociedade que produzia clivagens sociais e de cor, Manuel produziu e resistiu.

Para dar continuidade à pesquisa, tomamos o único fascículo do periódico *O Trabalho* que sobreviveu com a passagem do tempo, entendendo a produção desse periódico como uma agência socializadora. A partir da análise do periódico, identificamos o envolvimento de Manuel Querino com os movimentos sociais do período que agitaram a sociedade baiana. O impresso revelou que Manuel Querino compartilhou valores e ideias com diferentes grupos sociais, que compuseram a sua experiência. Desse modo, esse espaço configurou-se como uma agência socializadora.

Os capítulos seguintes foram construídos a partir da análise de três textos selecionados: *A Bahia de Outr'ora* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918) e *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* (1916). Estes textos revelaram aspectos importantes da experiência e da formação de Manuel Raymundo Querino.

No segundo capítulo, o leitor acompanhou o modo como Manuel Querino articulou a sua experiência e a sua formação. O autor elaborou, a partir de sua própria experiência, um pensamento em defesa de uma educação inclusiva. O povo se articulava com saberes e demonstrava destreza com o conhecimento, mesmo sem acessar a instituição formal de ensino. Com isso, Manuel Querino demonstra como experiência e formação são indissociáveis.

Com tanta habilidade e destreza com diferentes conhecimentos, esses sujeitos poderiam desenvolver muito mais se a eles fossem ampliados o acesso à educação formal. Assim como a educação não se restringe somente à instituição escolar. Ela acontece também para além dos muros da escola.

No terceiro capítulo, Manuel Querino articulou-se com as noções de experiência e de formação, tradição e modernidade, como bem observamos nos seus escritos sobre as transformações da cidade, da cultura e dos festejos. Manuel Querino lidou com as tensões entre tradição e modernidade, numa sociedade que empreendia uma série de transformações, tanto

no plano social, quanto no plano urbanístico. Assim, problematizou os empreendimentos industriais e tecnológicos que tomavam a cidade. Para ele, os avanços seriam válidos se beneficiassem e incluíssem os trabalhadores livres, operários e negros, ou seja, aqueles que faziam mover a cidade. Desse modo, articulou-se com as tensões entre tradição e modernidade. Ao passo que, enquanto desenhista e arquiteto, flertou com os acontecimentos que a modernidade trazia, Manuel Querino reivindicou a memória daqueles que construíram aquela cidade. Para Querino, não podia se perder de vista o passado. A sua escrita foi empreendida nesse sentido, no fazer rememorar um passado que sofria tentativas de apagamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

ALBURQUEQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu da Carapinha: A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARRA, Sérgio. **Entre a Corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)**. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2008.

BASILE, Marcello. Sociabilidade e Ação Políticas na Corte Regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Vitória, n. 18, p. 351, 2006.

BATALHA, Claudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BLOCH, Marc. A observação histórica. In: **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, pp. 69-87.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Sobre o Conceito de História. In: **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras Escolhidas I.

_____. Sobre Alguns Temas em Baudelaire. In: **Charles Baudelaire: Um Lírico no Auge do Capitalismo**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves e Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989, Obras Escolhidas III.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Volume III.

_____. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Volume IV.

CALVACANTE, Ian. **“Pela Instrução Dos Filhos Do Povo”**: Escolarização E Cultura Escolar Na Salvador Do Pós-Abolição, 1888-1906. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal Fluminense, 2015.

CAMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “Retalho” do Comércio: A Política Partidária, A Comunidade Portuguesa e a Nacionalização do Comércio a Retalho, Pernambuco, 1830-1870**. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CASTELLUCCI, Aldrin. **Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2008.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Meio Século de Congressos Brasileiros de Geografia: Impressões de Uma Releitura. Dossiê 5º Congresso Brasileiro de Geografia – 100 anos. **Terra Brasilis**: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. [Online], 8 | 2017. Disponível em: < <http://terrabrasilis.revues.org/1975>>.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e Cursos Públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1998.

CONCEIÇÃO, Miguel Luis. **O Aprendizado da Liberdade: Educação de Escravos, Libertos e Ingênuos na Bahia oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2007.

COUTO, Edilece Souza. Festas Afro-Católicas em Salvador, Bahia, Brazil. **Revista delCesla**, nº 18, 2015, pp. 117-142.

_____. **Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX – Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

FEDERICI, Sílvia. **O Calibã E A Bruxa Mulheres, Corpo E Acumulação Primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FILHO, Alberto Heráclito Ferreira. Desafrikanizar as Ruas: Elites Letradas, Mulheres Pobres e Cultura Popular Em Salvador (1890-1937). **Revista Afro-Ásia**, 21-22, 1998-1999, p.239-256.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Religiosidade e suas Manifestações no Espaço Urbano de Salvador. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, n. ser. v. 22, n. 2, p. 197-235, jul-dez, 2014.

FONSECA, Marcus Vinicius. **População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

_____; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

FRANCO, Aninha. Prefácio. In: QUERINO, Manuel. **O Colono Preto como Fator Da Civilização Brasileira**. Coleção Auto Conhecimento Brasil. P55 Edições: Bahia, 2014.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **A Educação na Trajetória Intelectual de Arthur Ramos: Higiene Mental e Criança Problema (Rio de Janeiro 1934-1949)**. Tese de Doutorado em Educação – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de Um Paradigma Indiciário. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143-180.

_____. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Carlo Ginzburg. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLEDHILL, Helen Sabrina. Manuel Querino: Operários e Negros diante da Desilusão Republicana. In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio. **Política, Instituições e Personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador, EDUFBA/CEAO, 2013.

_____. **Travessias Racialistas no Atlântico Negro: Reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino**. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2014.

GLEDHILL, Helen Sabrina. Manuel Querino: Operários e Negros diante da Desilusão Republicana. In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio. **Política, Instituições e Personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador, EDUFBA/CEAO, 2013.

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)**. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KRAAY, Hendrik. Os Companheiros de Dom Obá: Os Zuavos Baianos e Outras Companhias Negras na Guerra do Paraguai. **Revista Afro-Ásia**. 46, 2012, p. 121-161.

KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: As Comemorações Do Dois De Julho Em Salvador, Século XIX. **Revista Afro-Ásia**. 23, 1999, 9-44, p.47-86. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/770/77002303.pdf>>.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5 ed. SP: Unicamp, 2003, p. 525-539.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923**. São Paulo: Annablume, 2009.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se...: Ideais de Civilização e Cenas de Anti-Civilidade em um Contexto de Modernização Urbana de Salvador, 1912-1916**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, Nei. **Dicionário Escolar Afro-Brasileiro**. 2ª ed. Editora: Selo Negro. São Paulo, 2014.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **A Vida Turbulenta de José do Patrocínio**. 2ª ed. São Paulo: Editora Lisa, 1972.

MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial**. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ªedição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MOREL, Marco. Os Primeiros Passos da Palavra Impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MITROVITCH, Caroline. **Experiência e Formação em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2007.

NEPOMUCENO, Nirlene (Bebel). Festas Negras do Ciclo Natalino no Século XIX na América do Sul e no Caribe. **Revista Latino-Americana de Estudos Avançados**. v. 1, n. 1, jan/jun, 2016, p.101-117.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A Independência do Brasil Narrada Pelos Panfletos Políticos. In: CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo (orgs.). **Guerra Literária. Panfletos da Independência (1820 – 1823)**. Vol. 1. Cartas. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2014, pp. 11-47.

NUNES, Eliane. Manuel Raimundo Querino: o primeiro historiador da arte baiana. **Revista Ohun**, Salvador, ano 3, n.3, p.237-261. 2007. Disponível em: <http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/eliane_nunes.pdf> Acessado em 03/04/17.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Capoeira e Identidade Nacional: De Crime Político à Patrimônio Cultural do Brasil. **Capoeira, Identidade e Gênero: Ensaios sobre a História Social da Capoeira no Brasil**. Editora EDUFBA: Salvador, Bahia, 2009.

PEREIRA, Marcos Paulo. **Manuel Querino: Percursos de um Historiador Negro e a Historiografia de seu tempo – Bahia (século XIX e XX)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2015.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes Laços em Linhas Rotas: Literatos Negros, Racismo e Cidadania na Segunda Metade do Século XX**. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. **De Chocolat: Identidade Negra, Teatro e Educação no Rio de Janeiro da Primeira República**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2014.

PRIORE, Mary del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PROST, Antoine. As questões do historiador. Os tempos da história. In: **Doze Lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.75-114.

PEREIRA, Marcos Paulo. **Manuel Querino: Percursos de um Historiador Negro e a Historiografia de seu tempo – Bahia (século XIX e XX)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2015.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outr’ora – Vultos e Fatos Populares**. 3ªed. Bahia: Livraria Econômica, 1946.

_____. **Os Costumes Africanos no Brasil**. Organizado por Arthur Ramos, 1938.

_____. **Artistas Bahianos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

_____. **Artistas Bahianos**. 2 edição melhorada e cuidadosamente revista. Salvador: Oficinas da Empresa “A Bahia”, 1911.

_____. **As Artes na Bahia: esboço de uma contribuição histórica**. Ed.. Salvador:

Officinas do Diário da Bahia, 1913.

_____. **A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia**. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

REIS, Carlos Antonio do. **Do Convívio e Colaboração das Raças: Elo da mestiçagem e Reabilitação do Negro em Manuel Querino**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito: a Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (In)Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (A Participação da Bahia no Conflito)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2001.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma Contribuição À História dos Transportes No Brasil: Companhia Bahiana de Navegação A Vapor (1839-1894)**. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2006.

SANTANA, Ângela C. S. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia: Um Espaço de Acolhimento e Educação Infantil. **Revista da FAGED – Universidade Federal da Bahia**. nº09, 2005, p.264-277.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940). **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. V. 3, n. 1, 1990. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3103>>.

SCHUELER, Alessandra. **Intelectuais Negros, Reformas Sociais e Educação no Rio de Janeiro (1870-1910)**. Projeto de pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História Social da Educação, Campo Diversidade, desigualdades sociais e educação, julho de 2011.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil – De 1500 até a atualidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=90YqZDSxeRYC&lpg=PA420&dq=marieta%20alves%20historiadora%20da%20arte&hl=pt-BR&pg=PA44#v=onepage&q=marieta%20alves%20historiadora%20da%20arte&f=false>> Acessado em 17 de dezembro de 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As Barbas do Imperador: Um Monarca nos Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SETTON, Maria Graça Jacintho. Teorias da Socialização: Um Estudo sobre as Relações entre Indivíduo e Sociedade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 711-724, dez. 2011.

SENA, Consuelo Pondé de. Frederico Edelweiss. **Revista de História**, n. 111, p. 183-187, 1977. Disponível em: <

SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico E Histórico Da Bahia: Origem E Estratégias De Consolidação Institucional, 1894 – 1930**. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SILVA, Luara dos Santos. **Etymologias Preto: Hemérito José dos Santos e As Questões Raciais de Seu Tempo (1888-1920)**. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicorraciais, CEFET, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A Sociedade Libertadora Bahiana E A Campanha Abolicionista Na Bahia (1883-1888). Anais do **XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios**. 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis, SC.

SILVA, Cícero Williams da; BATISTA, Percy Marques. As Procissões nas Práticas Devocionais Brasileiras: Uma Abordagem a partir de Manifestações Culturais. **Anais do III Congresso Nordestino De Ciências Da Religião e Teologia**. Recife, PE, 2016. Disponível em: <www.unicap.br/ocs/index.php/cncrt/cncrt/paper/download/247/32>.

SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003. 2 ed.

SOUZA, Ione Celeste J. Pobres e Negros nas Aulas Públicas - Província da Bahia, 1842/1850. **Anais do VII CBHE**. Cuiabá, MT, 2013.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano. O Preto no Branco: A Trajetória de escritor de Luiz Gama. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs). **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: Edusp, 2001, p.97-115.

SOUZA, Michelle Dantas Reis. **“O Paladino da Boa Causa”: Manuel Querino e a questão racial na Bahia (1905-1923)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima. Inovação Educacional no Século XIX: a Construção do Currículo da Escola Primária no Brasil. **Caderno CEDES**. Campinas, n.52, 2000.

SOUZA, João Carlos. O Caráter Religioso e Profano das Festas Populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p. 331-351, 2004.

SOUZA, Júlio César; OLIVEIRA, Renata S.B de; DANTAS, Sandra Mara. Cenas de uma vida ingênua: Escravidão e Infância em Uberada (1871-1888). IN: **Rev. Hist. UEG - Goiânia**, v.1, n.1, p.87-102, jan./jun. 2012.

TEIXEIRA. Introdução. In: QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outr’ora – Vultos e Fatos Populares**. 3ªed. Bahia: Livraria Econômica, 1946.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

VÉIA, Vitor Hugo Silva. O Folclore e A Escrita da História: A Cultura Popular como Fonte. **Resgate – Rev. Interdisciplinar Cult.**, Campinas, v.25, n.1 [33]; p. 203-226, jan/jun 2017.

WISSENBACH, Maria Cristina. Cartas, Procuções, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. Dossiê Negros e Educação. Campinas: Autores Associados/Sociedade Brasileira de História da Educação, n.4, jul./dez. 2002.

APÊNDICE A - Quadro das publicações de autoria de Manuel Querino

ANO (1ª edição)	TÍTULO	INFORMAÇÕES	REEDIÇÕES
1903	Desenho Linear das Classes Elementares	Trata-se de um livro didático.	
1911	Elementos de Desenho Geométrico	Também é um livro didático.	
1909	Artistas Bahianos	Reúne 216 registros biográficos de escultores, pintores, músicos, entalhadores, marmoristas, agrimensores e arquitetos (LEAL, 2009, p.69).	A 2ª foi publicada em 1911, com ampliações (LEAL, 2009, p.69).
1916	A Raça Africana e seus Costumes na Bahia	<p>Trata-se de um trabalho que Manuel Querino apresentou ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Foi o único trabalho voltado para o estudo racial (LEAL, 2009, p. 100).</p> <p>O Congresso ocorreu entre os dias 7 a 15 de set de 1916, tendo Querino apresentado no dia 14 (LEAL, 2009, p. 100, nota 194).</p> <p>É uma obra em que Querino destacou a trajetória do escravo no Brasil, valor do africano na formação da sociedade brasileira através de seu trabalho e dos seus costumes africanos no candomblé, nas festividades, nos funerais e casamento e sobre a revolta de 1835 (dos malês) (LEAL, 2009, p.101).</p> <p>O prefácio da publicação de 1938 escrito por Artur Ramos comparava o trabalho de Manuel Querino com o trabalho de Nina Rodrigues. Atribuiu a Manuel Querino falta de rigor metodológico e ao Nina Rodrigues, erudição científica (LEAL, 2009, p.101).</p>	<p>Foi publicado pelas Oficinas do Diário da Bahia em 1917; Integrando a uma coleção “Estudos Brasileiros”, foi publicado em 1955 pela Livraria Progresso; E foi publicada na coletânea Costumes Africanos no Brasil em 1938 e 1988 (LEAL, 2009, p. 100, nota 194).</p> <p>Teve sua 2ª edição em 1917 (LEAL, 2009, p.101, nota 196);</p> <p>Inserido na publicação “Costumes Africanos no Brasil” em 1938, que foi organizada e prefaciada por Artur Ramos (LEAL, 2009, p.101, nota 196).</p> <p>A 3ª edição foi publicada em 1955. (LEAL, 2009, p.101, nota 196).</p> <p>E a 2ª edição de “Costumes Africanos” em 1988, organizada, prefaciada com notas de Raul Lody e apresentação de Thales de Azevedo, por ocasião das</p>

			comemorações dos 100 anos da abolição (LEAL, 2009, p.101, nota 196).
1916	A Bahia de Outr'ora – vultos e factos populares.	<p>Trata-se de um livro que reúne artigos já publicados nos jornais locais e na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (LEAL, 2009, p. 100, nota 194).</p> <p>A publicação desse livro foi noticiada no jornal O Democrata (03/12/1916), na primeira página (LEAL, 2009, p.103).</p> <p>São 59 títulos (artigos, crônicas, narrativas e notícias comentadas) (LEAL, 2009, p.109).</p>	<p>Este livro foi reeditado em 1922, 1946 e 1955 (LEAL, 2009, p. 100, nota 194).</p> <p>Escritos desse livro foi extraídos e reunidos por Ramos em uma publicação intitulada “Notas de Folklore Negro” (LEAL, 2009, p.105).</p> <p>Este livro teve a 2ª edição em 1922; 3ª edição em 1946; 4ª edição em 1954 (LEAL, 2009, p.106).</p> <p>A edição de 1946 contou com o prefácio de Frederico Edelweiss, referindo-se a Querino pelo seu valor como “coleccionador de tradições” (LEAL, 2009, p.106).</p> <p>Leal considera o trabalho de Edelweiss em colocar notas na obra de Querino como um esforço em legitimar a obra dele, a medida que fazia referências a outras pessoas (LEAL, 2009, p.107).</p>
1918	O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira	<p>Respaldou-se nos historiadores do século XIX, como Oliveira Martins e Rocha Pombo (LEAL, 2009, p.59).</p>	<p>Foi publicado na coletânea “Costumes Africanos no Brasil” em 1938 e 1988 (LEAL, 2009, p. 100, nota 195).</p> <p>Sua 2ª edição em 1954 levou o título de O Africano como Colonizador (LEAL, 2009, p. 100, nota 195).</p>
1928	A Arte Culinária na Bahia	<p>Obra póstuma. Publicado por Alberto Morais Martins Catharino, aos cuidados de José Teixeira Barros, obra que também contemplada na publicação</p>	

		<i>Costumes Africanos no Brasil</i> , de 1938, segunda edição em 1988.	
1938	Costumes Africanos no Brasil (organizado por Artur Ramos)	<p>Artur Ramos reeditou as obras de Manuel Querino em uma coletânea, “Costumes Africanos no Brasil”. Ramos afirmou que aquele movimento de interesse pelo “problema do negro, no Brasil, não podendo ser esquecida a contribuição de Manuel Querino” (LEAL, 2009, p.105).</p> <p>Ramos classifica a obra de Querino como “memórias” (A Raça Africana e O Colono Preto”), o que para Leal aponta isso como uma postura de quem retira a cientificidade (LEAL, 2009, p.105)</p> <p>“A obra que Ramos organizou reúne os seguintes títulos: 1. A Raça Africana e seus Costumes na Bahia – com apêndice: Candomblé de Cabloco; 2. O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira; 3. A Arte Culinária na Bahia; 4. Notas de Folclore Negro (excertos de A Bahia de Outrora)” (LEAL, 2009, p.106, nota 208).</p>	Esse livro ganhou nova edição em 1988 para comemoração do centenário da Abolição, por Raul Lody, que o prefacia, e com apresentação de Thales de Azevedo. 2ª edição Revista e ampliada – Recife: Fundaj, Editora Massangana, FUNARTE, 1988 (LEAL, 2009, p.105, nota 206).

APÊNDICE B - Quadro dos artigos levantados no acervo do IHGB do Rio de Janeiro

Nº	Artigos	Identificação	Ano
1	Baianos ilustres. Apontamentos biográficos	v.30, p.219-237; v.32, p.33-68; v.34, p.161-173; v.35,p. 181-210; v.36, p.185-210	1904; 1906; 1908; 1909; 1910
2	Os artistas baianos, indicações biográficas.	v.31, p.93-115.	1905-06
3	Contribuição para a história das artes na Bahia	v. 34, p.79-82	1907
4	Contribuição para a história das artes na Bahia. Os quadros da cathedral.	v.36, p.59-66	1909
5	Theatros da Bahia.	v.35, p.117-133	1909
6	Notícia biográfica de Manoel Pessoa da Silva.	v.36, p.137-144	1909
7	Episódio da Independência.	v.37-39, p.221-230	1911-13
8	A lithografia e a gravura.	v.40, p.36-38	il 1914
9	Primórdios da Independência. ⁶⁴	v.42, p.41-47	1916
10	Candomblé de caboclo.	v.35, p.235-236	1919
11	Um baiano ilustre.	v.48, p.269-273	1923
12	Os homens de cor preta na história.	v.48, p.353-363	1923
13	Notícia histórica sobre o 2 de julho de 1923 e sua comemoração na Bahia.	v.48, p.77-105	1923

⁶⁴ Embora os artigos *Episódio da Independência* e *Lithografia e a Gravura* conste no catálogo do IHGB do Rio de Janeiro, não é possível acessá-los, pois integram os volumes que estão em falta no acervo (37, 38, 39 e 40).

APÊNDICE C - Quadro de Anúncios do Jornal *O Trabalho* (1892)

Nome	Ocupação	Endereço
1. Anacleto Dias da Silva	Carapina	Rua de S. Miguel, nº 24.
2. Almeida & Amaral	Alfaiates	Com oficina na Rua Formosa, <<O Balisa>>.
3. Adalberto Franco	Chapeleiro	Com oficina na ladeira do Taboão.
4. Aparício de Oliveira	<<Bota Guarany>>	Rua da Misericórdia.
5. Antonio Leôncio Barbosa	Funileiro	Com oficina na Rua das Vassouras, nº3.
6. Boaventura José da Silva	Litógrafo, gravador e retratista a crayon	Rua das Princesas, nº 16, 3º andar.
7. Bento Luiz dos Santos	Carapina	Itapagipe.
8. Bonifácio de Teive e Argollo	Pedreiro. Encarrega-se de obras de construção	Rua Munganga, nº 199.
9. Braulino Baptista Ferraz	Carapina. Encarrega-se de trabalhos de construção	Baixa da Soledade.
10. Cosme Hilario dos Passos	Sapateiro	Com oficina na Rua de Palácio, nº29.
11. Deoclecio Silva	Leciona primeiras letras em colégios e casas particulares	Rua do Genipapeiro, nº 200.
12. Cecílio José de Souza	Encanador	Com oficina na rua da Montanha.
13. Dr. Almeida Couto	Médico.	Rua do Caquende, nº173.
14. Dr. Octaviano Pimenta	Operador e parteiro	Dois endereços: Largo da Palma, nº 105; Farmácia Falcão na Baixa dos Sapateiros.
15. Dr. Aurélio Veiga	Médico	Rua de Baixo, nº 10.
16. Dr. Almeida Gouveia	Oculista	Rua direita da Saúde.
17. Dr. Ribeiro dos Santos	Oculista	Rua do Paço.
18. Dr. Eduardo Dotto	Professor de matemáticas elementares	Rua de S. Pedro.
19. Dr. João José de Souza Menezes	<i>Sem informação</i>	Praça da Piedade
20. Domingos Silva	Pedreiro	Rua do Alvo.
21. Dr. Aggripino Dores	Médico	Largo do Desterro.
22. Dr. Augusto de Araújo Santos	Advogado	Praça José de Alencar.
23. Dr. Pedro Carrascosa	Médico	Rua do Duarte.

24. Dr. Francisco R. Teive e Argollo	Advogado	Rua de S. Miguel.
25. Elisário da Cruz	Alfaiate	Com oficina na Rua Pedro Luiz, nº24.
26. Eloy Aleixo Franco	Pedreiro	Alto da Mesquita, Tororó.
27. Emilian Bazarzêto de Oliveira	Costureira e modista	Portas do Carmo, nº 42.
28. Francisco Salles dos Santos	Afina e conserta pianos	Rua da Montanha.
29. Firmo Graciliano da Silva	Serralheiro mecânico e conserta máquinas de costura	Rua da Montanha.
30. Francisco de Sousa Maciel	Ferreiro e carreiro	Rua da Montanha.
31. Francisco Amaro Paraíso	Carapina. Encarrega-se de obras de construção	Rua do Caquende.
32. Francisco Justiniano	Alfaiate	Com oficina na rua de S. Pedro, nº 16.
33. Francisco Llorca & Peixoto	Pharmacia Falcão	Na Baixa dos Sapateiros.
34. Glycerio de Oliveira Passos	Sapateiro	Com oficina na rua da Misericórdia.
35. Gaudencio C. da Franca.	Ferreiro e ferrador	Com oficina na Estrada do Arco.
36. Hermenegildo Lopes de Mesquita	Alfaiate	Com oficina na Rua dos Cobertos.
37. Hilario do Bomfim Rocha	Marmorista	Com oficina na Rua da Vala, nº 19.
38. Ismael Ribeiro dos Santos	Alfaiate.	Rua dos Algibebes, nº 24.
39. Ignacio Borges da Silva	Pedreiro. Encarrega-se de trabalhos de construção	Rua Luiz Gama.
40. Jacob José dos Santos	Pintor	Ladeira do Boqueirão, nº 2.
41. José Roque Pinto	Alfaiate	Com oficina na rua Cons. Dantas.
42. João Nicoláo	Alfaiate	Rua dos Ourives, nº 6.
43. João Alves Belas	Marmorista	Com oficina na Rua da Montanha.
44. Januário Vieira.	Relojoeiro	Rua das Grades de Ferro, nº 49.
45. Jovino Segismundo de Santhiago	Alfaiate	Com oficina a Rua do Coberto Pequeno, nº 23, 2º andar.
46. João Pessoa de Brito	Alfaiate	Rua do Taboão.
47. João Damasceno Alves da Costa	Carapina	Rua de S. Antonio, nº 109.
48. Januario Germano dos Santos	Fabricante de carros e bonde	Barroquinha.

49. João Pinto	Alfaiate	Com oficina na Rua dos Ourives.
50. João Baptista	Ferreiro	Com oficina na Rua da Vala.
51. Manuel Luiz de Jesus	Pedreiro	Rua dos Zuavos, nº 147.
52. João Guilherme da Rocha Barros	Escultor	Encarrega-se de trabalhos tendentes a sua arte, no Liceu de Artes e Ofícios.
53. João Baptista Ferreira de Carvalho	Entalhador	Pode ser procurado no Liceu de Artes e Ofícios.
54. José Maria da Purificação	Marceneiro	Com oficina a Rua Carlos Gomes, nº 96.
55. José Martins de Jesus	Marceneiro	Ladeira do Carmo, nº 63.
56. José Maria de Souza	Carapina	Rua do Lacerda, Tororó.
57. José Maria da Rocha	Pedreiro. Encarrega-se de obras de construção.	Beco de d. Carlos, Desterro.
58. José Joaquim Patrício	Armador com loja de decorações fúnebres e de galas.	Rua do Carmo-Esphaera Verde.
59. José Antonio da Cunha Couto	Retratista	Praça Castro Alves.
60. Laurindo Eutychio de S. José	Encanador	Rua do Sodré, nº 39.
61. Lino João Alves da Cruz	Ferreiro	Com oficina a ladeira da Misericórdia.
62. Manuel Ricardo de Sant'Anna	Encamurça e limpa instrumentos de metal e de madeira, encora bombo, caixa e tympano	Pode ser procurado na igreja de Santo Antonio da Barra.
63. Mauricio da Cruz	Cabeleireiro	Rua do Gravatá.
64. Miguel Paulo da Silva	Funileiro	Rua do Julião, nº 17.
65. Manuel do Bomfim Costa	Ferreiro	Rua do Colégio, nº 49.
66. Manuel Querino	Artista diplomado pela Academia de Belas Artes	Largo do Terreiro.
67. Marcolino da Silva	Pedreiro. Encarrega-se de obras de construção	Taroró.
68. Manuel Vaz da Costa	Pintura e decorações de casas	Rua da Conceição do Boqueirão, nº 25.
69. Manuel Marcelino da Silva	Pintor	Ladeira da Praça.
70. Miguel Placido Viegas	Pintor. Especialidade: letras em vidros	Barroquinha.
71. Matheus Alves	Pedreiro. Encarrega-se de trabalhos de sua arte	Rua dos Carvões.
72. Oséas dos Santos	Retratista e pintor	Rua da Bela Vista – Caoral.
73. Pedro Querino Moreira Dantas	Pedreiro. Encarrega-se de trabalhos de construção	Rua da Jaqueira, nº 14.

74. Pedro Alexandrino de Santa Anna	Alfaiate	Thesoura Elegante, Rua de Santa Barbara, nº 81.
75. Pedro Augusto da Silva	Pedreiro. Encarrega-se de trabalhos da sua arte	Rua do Paço, nº 165.
76. Pedro Fernandes do Bomfim	Cabeleireiro	Atrás da Sé, nº 3.
77. Professor Levino José de Argollo	Leciona de piano	Travessa do Areal, nº 8.
78. Professor Ignacio Viegas da Silva	Leciona matemáticas puras e aplicadas	Currais Velhos nº 76.
79. Pedro Sandre	Entalhador	Ladeira da Saúde, nº 19.
80. Romualdo Guimarães	Pedreiro	Largo do Terreiro, nº 11.
81. Manuel Hermelino Ribeiro	Farmacêutico com farmácia e laboratório químico	Rua de Palácio, nº 29.
82. Raphael Poveda Sanches	Cabeleireiro	Baixa dos Sapateiros.
83. Severiano Pedro d'Alcantara	Impressor	Pode ser procurado, na tipografia do <i>Trabalho</i> .
84. Tomé Mamede de Jesus	Marceneiro	Rua do Taboão.
85. Tito Baptista	Desenhista, pintor e cenógrafo.	Rua dos Aflitos.
86. Tertuliano Guimarães	Encarrega-se de trabalhos da construção, carapina	Cruz do Paschoal, nº 208.
87. Thomaz Pereira Palma	Marmorista	Com oficina na Rua do Arsenal de Marinha.
88. Tibúrcio Gomes da Silva	Sapateiro	Portas do Carmo, nº 41.
89. Ubaldo Couto	Pintor	Rua da Preguiça.
90. Victorino Eduardo de Oliveira	Pintor e dourador	Com oficina no Liceu de Artes e Ofícios.
91. Vicente Manuel Vieira	Pintor	Barroquinha, nº 5.
92. Wencesláu Telles da Silva	Carapina e empreiteiro de obras	Matatú.
93. Vicente Emigdio Pereira	Alfaiate	Com oficina na rua de S. Bárbara, nº 81.

APÊNDICE D - Cronologia de Manuel Raymundo Querino (1851-1923)

ANO	ACONTECIMENTO
1851	Nasceu Manuel Querino, em Santo Amaro da Purificação, Bahia, no dia 28 de julho (LEAL, 2009, p.71).
1855	<p>Com 4 anos de idade ficou órfão de pai e mãe, vítimas da epidemia do cólera que assolou o Recôncavo baiano (LEAL, 2009, p.71).</p> <p>Querino foi conduzido a um Juiz de Órfão por uma vizinha, sendo por ele nomeado o Dr. Manoel Correia Garcia como seu tutor (LEAL, 2009, p.74).</p> <p>Leal não conseguiu achar o processo de tutela de Querino (LEAL, 2009, p.74, nota 126).</p>
1870	<p>Segundo Teixeira Barros, Querino foi para a província do Piauí (estado de Pernambuco); lá foi recrutado para o Paraguai. No Rio de Janeiro, perceberam o domínio da escrita e ficou no quartel como escrevente. (LEAL, 2009, p.77).</p> <p>“[...] Manuel Querino se deslocou para Pernambuco e, de lá, para o Piauí, onde fora recrutado para a guerra. Serviu na qualidade de inferior no Exército Brasileiro de 28 de julho de 1869 a 6 de setembro de 1870.” (LEAL, 2009, p.81).</p> <p>Querino é promovido a cabo de esquadra no dia primeiro de março, no mesmo dia que acabou a Guerra do Paraguai. Conseguiu baixa do serviço militar em outubro desse ano (LEAL, 2009, p.82).</p> <p>Leal não achou o nome de Manuel Querino nos documentos da Guerra (LEAL, 2009, p.82).</p> <p>A partir desse ano, participa ativamente do movimento operário (LEAL, 2009).</p>
1871	<p>Retornou à Bahia (LEAL, 2009, p.82).</p> <p>“Querino trabalhava como pintor-decorador em obras de construção civil e à noite frequentava o curso de humanidades no recém-criado Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (no qual integrou o grupo de alunos fundadores, 1872). (LEAL, 2009, p. 48).</p> <p>“Aquele jovem de 20 anos havia aprendido, com seu tutor Correia Garcia, as primeiras letras e o ofício de pintor. Com este instrumental, Querino garantiu o lugar de escriturário no seu Batalhão, durante o tempo em que servira na Guerra do Paraguai (1868-1870), e a sua sobrevivência, quando retornara para a Bahia, pois passou a trabalhar de dia como pintor enquanto à noite estudava.” (LEAL, 2009, p.85).</p>
1872	<p>Integrou ao grupo de alunos fundadores do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, na qual estudou à noite enquanto trabalhava de dia como pinto-decorador em obras de construção civil (LEAL, 2009, p.48).</p> <p>Ingressou no Liceu e nos preparatórios de francês e português no Colégio Vinte e Cinco de Março (LEAL, 2009, p.85).</p>

	<p>Segundo Miguel Chaves em <i>O Democrata</i> (15/02/1923), Querino pertenceu ao grupo de artistas que aderiu à ideia de fundação do Liceu, contribuindo com a cota somente em 1874 (LEAL, 2009, p.85).</p> <p>Segundo Leal, quem traz a informação que Querino participou da fundação do Liceu foi Miguel Chaves e Teixeira Barros. Ela não conseguiu identificar o nome do Querino entre os sócios-fundadores da instituição por conta de um incêndio de 1968 que atingiu o acervo documental do Liceu, no Centro Histórico de Salvador (LEAL, 2009, p. 85, nota 160).</p>
1874	No liceu, Querino distinguiu-se em francês, obtendo aprovação plena em português (LEAL, 2009, p.85).
1876	Querino participou da fundação da Sociedade Liga Operária Bahiana, que pretendia competir com empreiteiros capitalistas no mercado da construção civil (LEAL, 2009, p.39).
1877	<p>Aliou-se ao seu mestre, o pintor espanhol Miguel Navarro y Cãizares para a fundação da Academia de Belas Artes (LEAL, 2009, p.48).</p> <p>Querino ajudou o seu mestre Canizares na criação e instalação da Academia. Foi contratado para os serviços profissionais de pintor, por ocasião das reformas do Solar Jonathas Abbott, local inicial da instalação (LEAL, 2009, p.86).</p> <p>“Manuel Querino teve, na Academia, seu nome incluído entre os alunos fundadores com a inauguração de um quadro de honra na sala de sessões.” (LEAL, 2009, p.87). Sobre o quadro, ver nota 166 LEAL, 2009.</p>
1881	<p>Foi examinado nas matérias do curso de Desenho e reprovado por não ter realizado os exames de desenho linear. Querino polemizou dizendo que era uma negligência da congregação; que não fazia parte das exigências do curso. Ele quis fazer a disciplina com o Professor Manuel Lopes Rodrigues e não com o Prof. Austriciano Francisco Coelho; O próprio disse que não era culpa dele; que ele não estava apto a regê-la. Querino poderia cursar a matéria onde ela quisesse, desde que fosse com um professor da casa. (LEAL, 2009, p.88).</p> <p>Dois meses depois: Querino declarava-se apto a ser examinado em Desenho Linear. Solicitou funcionamento do segundo ano da seção de desenhista do curso de Arquitetura, sendo necessário um professor de Geometria Descritiva. (LEAL, 2009, p.88)</p>
1882	<p>Diplomou-se Desenhista pela Academia de Belas Artes (LEAL, 2009, p.87). Com dificuldades (p.88).</p> <p>Segundo Querino em <i>Artistas Bahiano</i>: Informa ter obtido aprovação plena no primeiro ano do curso de desenhista e distinta no segundo ano. Premiada em concursos da instituição, com menção honrosa, como aluno (1880) e, posteriormente (1882 e 1883), como expositor externo, duas medalhas de prata. Termos de julgamento dos trabalhos de 02/06/1880, 08/02/1882 e 21/12/1883. A partir de 1883, Querino aparece nas Atas como pintor do prédio da Academia por ocasião das exposições anuais. Atas de 12 e 22/12/1883; 10/11/1892. Fora também nomeado membro do júri da Exposição de 1885. Querino, <i>Artistas Bahianos</i>, p. 146-149. (LEAL, 2009, p.88-89).</p>

1883	<p>Requeriu permissão para prestar exame das matérias do primeiro e segundo anos do curso de Arquitetura (levando em conta os pontos obtidos no curso de Desenhista) (LEAL, 2009, p.88).</p> <p>Publicou o Modelo de Casas Escolares Adaptadas ao Clima do Brasil (GLEDHILL, 2014, p.108).</p>
1884	Deu continuidade ao curso de arquitetura, cursando em todas as matérias. Não conseguiu o diploma por falta de professor de Resistência dos materiais e estabilidade de construções (LEAL, 2009, p.88).
1885	Nomeado membro do júri na Exposição da Escola de Belas Artes (LEAL, 2009, p.90).
1890	<p>Querino participou da fundação do Partido Operário, considerado por Querino como um marco na história operária (LEAL, 2009, p.39).</p> <p>Apresentou-se como candidato a Deputado Federal pelo Partido Operário (LEAL, 2009; GLEDHILL, 2014).</p> <p>Eleito delegado da classe no Congresso Operário Brasileiro (LEAL, 2009, GLEDHILL, 2014).</p>
1893	<p>Ingressou na Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas (LEAL, 2009, p. 324). Como auxiliar de desenhista.</p> <p>Ingressou na Guarda Nacional de Salvador como Primeiro Tenente. (GLEDHILL, 2014). (LEAL, 2009, p. 93)</p>
1894	3/maio: Participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (LEAL, 2009, p.94).
1895	Professor de Desenho Industrial no Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Nesse ano, Manuel Querino aparece como preterido ao cargo de Professor da cadeira de Desenho Linear na Academia de Belas Artes. Mas quem ficou no cargo foi o seu colega e professor do Liceu Agripiniano Barros. Querino ficou frustrado como demonstra o requerimento à Congregação (LEAL, 2009, p.89).
1896	Período de campanha eleitoral.
1897	<p>Manuel Querino é eleito para as eleições municipais no Conselho pela chapa do Partido Republicano Constitucional. É o mais votado entre os 10 eleitos. (LEAL, 2009)</p> <p>Gledhill (2015) afirma que ele foi convocado como suplente para substituir Deocleciano Ramos.</p>
1898	Entre 1898 e 1899, assumiu a função de segundo secretário da Mesa e participou das Comissões de Obras e Alinhamentos e de Polícia, Milícia e Fiscalização, além de Redação (LEAL, 2009, p.325).
1899	<p>Tenta reeleger-se, mas não consegue (LEAL, 2009, p.334).</p> <p>“Até este ano, Querino desenvolveu um trabalho muito ativo nas Comissões de Obras, Indústrias, Profissões e de Alinhamento, interferindo para a melhoria das condições urbanas. A sua relação com o assunto estava associada à sua qualificação profissional e ao seu vínculo com a Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, onde era funcionário desde 1893.” (LEAL, 2009, p.324)</p>

	<p>“Como sócio efetivo fundador, depois honorário, esteve envolvido no seu funcionamento, especialmente a partir de dezembro de 1899, tornando-se mais presente nas sessões e integrando Comissões. Realizou doações de acervos bibliográficos, de três medalhas da Campanha do Paraguai e de dois retratos – um a crayon de Manoel Correia Garcia e outro a óleo do músico e compositor Silvino Faustino dos Santos e passou, a partir de 1905, a publicar diversos artigos na Revista do Instituto”. (LEAL, 2009, p.94-95).</p>
1900	<p>Querino como diretor do grupo carnavalesco Pândegos da África. Fundado por Bibiano Cupim (mestre de obras, açougueiro, carpinteiro e banqueiro do jogo do bicho).</p>
1904	<p>Através dos relatórios do Liceu, Leal identificou este ano como sendo de muitas dificuldades. Muitos professores dispensados. (LEAL, 2009, p.89).</p>
1905	<p>Nesse ano, Manuel Querino prontificou-se a lecionar Desenho Industrial gratuitamente. Ficou lá até às vésperas de sua morte (sendo substituído pelo prof. e artista Philomeno Cruz. (LEAL, 2009, p.89).</p>
1908	<p>Querino, que já era sócio do Liceu, recebeu, entre os anos de 1908 e 1909 o título de sócio benemérito pelo tempo que trabalhou sem remuneração. A partir de 1909/ 1910, passou a receber gratificação. (LEAL, 2009, p.89).</p>
1909	<p>Querino publica seu primeiro manual didático: <i>Desenho Linear das Classes Elementares</i>.</p>
1911	<p>Querino publica seu segundo manual didático: <i>Elementos de Desenho Geométrico</i>.</p>
1916	<p>Abandona o serviço público (LEAL, 2009; GLEDHILL, 2014).</p>
1923	<p>Morre Manuel Querino numa quarta feira de cinzas, dia 14 de fevereiro de 1923 (LEAL, 2009, p.18).</p> <p>Faleceu “em sua Chácara em Matatu Grande, distrito de Brotas, a área hoje é localizada a Praça Manuel Querino, deixando Laura Pimentel Querino e dois filhos: o músico e artífice Paulo Querino e Maria Anathildes Querino. (GLEDHILL, 2014, p.107)</p> <p><i>Diário de Notícias</i> noticiou a sua morte e enterro. Estavam presentes no enterro: Major Cosme de Farias, Dr. Marinho Braga, Profs. Oséas Santos e Antônio Vianna (Vianna representando IHGB) (LEAL, 2009, p.19).</p>

ANEXO A - Manuscrito não datado. Trata-se de um currículo de Manuel Raymundo Querino.

Manuel Querino, artista diplomado, approva-
do com distincão no Curso de architecto, ex
membro do jury de expositão, premiado
com duas medallhas de prata e menção
honrosa, pela Escola de Bellas-Artes.
Socio benemerito, professor, premiado com
as medallhas de bronze, prata e ouro,
pelo Lyceu de Artes e Officinas. Premiado
com grande premio no Mostuario de
São Justos Bahianos. Socio fundador e
honorario do Instituto Historico e Geo-
graphico da Bahia, e correspondente do
Instituto do Ceará. Socio Protector da
Sociedade Bahia dos Patriotas, Beneficitor
da Philantropica dos Artistas, honrado
distincto da Sociedade Bahia de Caridade.
Socio affectivo do Centro Operario, da Benefi-
cent do Professorado Bahiano, da dos
Funcionarios Publicos do Estado, do Grupo
Leterario. Capitão da Guarda Nacional, so-
cio fundador da Associação de Officiaes da
dita milicia. Official da Secretaria de
Agricultura, honrado com a meda-
lha da Companhia Abolicionista da
Bahia, ex Conselheiro Municipal, ex sub-
commissario de Policia, socio correspondente
da Exposição de Arte Religiosa de Petro-
polis, autor dos seguintes trabalhos: Desenho
Linear, Desenho Geometrico, Artistas Ba-
hianos, As Artes na Bahia, Bailes Pastoris,
A Bahia de Outrora, Costumes Africanos e
O laburo preto como factor da Civilização Bra-
zileira. Ex delegado da Exposição Nacional
de 1908. Professor do Collegio dos Alphaes

de S. Joaquim, e seu fundador da Propaganda
das Babelas. Antes, visor da Sociedade de Aca-
demica de Historia Internacional de Paris.